UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

VERSÃO CORRIGIDA

JOÃO CARLOS BORIO

GASTO ALUNO EM CRECHES DIRETAS:
ESTUDO DE CASO EM TRÊS MUNICÍPIOS PAULISTAS

São Paulo
Novembro 2015

JOÃO CARLOS BORIO

GASTO ALUNO EM CRECHES DIRETAS:
ESTUDO DE CASO EM TRÊS MUNICÍPIOS PAULISTAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: Estado, Sociedade e Educação.

Orientador: Prof. Dr. Rubens Barbosa de Camargo.

São Paulo

2015

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

379.32 Bório, João Carlos
B734g Gasto aluno em creches diretas: estudo de caso em três municípios paulistas / João Carlos Bório; orientação Rubens Barbosa de Camargo. São Paulo; s.n., 2015.

180p; graf.; tabs.; anexo

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração: Estado, Sociedade e Educação) - - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

1. Gasto aluno 2. Financiamento da educação 3. Educação infantil
4. Creche 5. Políticas públicas I. Camargo, Rubens Barbosa de, orient.

Nome: Bório, João Carlos

Título: Gasto aluno em creches diretas: estudo de caso em três municípios paulistas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovado em: 08 / 09 / 2015

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Rubens Barbosa de Camargo

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Profa. Dra. Sonia Maria Portella Kruppa

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. José Marcelino Resende Pinto

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Dedico este trabalho
à Beloca, minha mãe (*in memoriam*) que não se cansou em gastar seu amor por mim,
ao Bruno, meu filho, a quem por mais que gaste meu amor, ele quer mais
à Naia, minha filha, a quem quase não consigo gastar meu amor e
à Dorô, minha companheira, a quem nem preciso gastar para amá-la

AGRADECIMENTOS

São muitas as pessoas a quem preciso agradecer para que este trabalho pudesse ser concluído: a todas elas meu sincero muito obrigado, antecipadamente.

Estão no embrião do projeto deste trabalho de pesquisa a então Secretária de Educação de Suzano, e amiga, Sonia Kruppa e a Diretora Geral de Educação, minha colega, Cristiane Oliveira meu especial agradecimento.

No desenvolvimento das primeiras ações para o entendimento e definição da metodologia do custo aluno agradeço a toda equipe de professoras coordenadoras das escolas municipais públicas de Suzano.

Agradeço também ao pessoal que compôs o grupo de apoio da equipe do Custo Aluno da Secretaria de Educação de Suzano: Rodrigo; Luciene; Shamir; Cleide; Cintia; e em especial à Janaina pela valiosa contribuição dos dados de pessoal da educação sob sua coordenação.

Agradeço em particular ao Secretário de Planejamento de Suzano, à época, João Adolfo, pela fiel apresentação dos contratos de serviços prestados à Educação que estavam sob sua coordenação.

À Secretária Adjunta, à época, da Secretaria de Educação de São Bernardo do Campo, Rosemeire do Nascimento, por acreditar que a consolidação de uma metodologia de Custo Aluno Qualidade deveria ser política pública corrente no município e para tanto garantiu meu acesso a todas as informações em todos os setores da Secretaria. Aqui ficam meus especiais agradecimentos.

Ainda referente ao município de São Bernardo do Campo não posso deixar de mencionar e agradecer ao colega Ricardo Zancopé pela presteza no envio dos dados de pessoal e pelo auxílio precioso que me deu para o domínio das relações das tabelas do Excel.

Agradeço à Profa. Letícia Duarte, Secretária de Educação, pela acolhida ao projeto e à amiga Maria Angélica, Secretária Adjunta da Educação, ambas do município de Araçoiaba da Serra, pela convicção de que os números da Educação de um pequeno município podem falar tão alto quanto os de um grande. Ainda de Araçoiaba agradeço ao Gilberto e ao Joubert pelo envio dos dados financeiros e de atendimento.

Aos meus colegas da disciplina Projetos de Pesquisa: Leituras sobre Método e Técnicas na Sociologia da Educação ministrado pela Profa. Dra Flávia Schilling, pela leitura crítica e pelas contribuições ao meu projeto de pesquisa.

Aos professores do Programa de Pós Graduação das demais disciplinas que cursei: Estado e Política Educacional: Fundamentos Teóricos, ministrada pelo Prof. Dr. Romualdo Oliveira; História da Educação, Arquivos e Fontes, ministrada pela Profa. Dra. Maurilane Bicas.

Agradeço em especial meu orientador e professor da disciplina Financiamento da Educação e Gestão Democrática do Ensino Público: Concepções, Processos e Implicações de Políticas Educacionais Recentes, Prof. Dr. Rubens Barbosa de Camargo; um amigo de longa data.

Agradeço à colega de pós Claudia Alves, pelas boas conversas que tivemos sobre o curso, sobre a Educação, pela disponibilidade logística e pela amizade que construímos.

Por fim agradeço aquelas pessoas que sempre me deram apoio e incentivo para a realização das minhas empreitadas, em particular à minha mãe, que sempre perguntava “como está a tese (sic)?” e finalizava sempre com “não deixe *prá* amanhã” e persistiu nessa vida com a coragem de quem ainda tinha muito a fazer e pode ver, em vida, a conclusão deste trabalho, ao meu filho que, agora longe, me mostrou como construir a coragem para vencer novos desafios, à minha filha por mostrar que, com coragem, aprendeu a construir laços de respeito, amizade e confiança e à minha companheira pelas palavras de coragem nos momentos de desânimo e por mostrar-me que o novo sempre vem.

Resumo

Borio, João Carlos. **Gasto aluno em creches diretas: estudo de caso em três municípios paulistas**. 2015. 178 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

Este estudo analisa os gastos realizados por aluno na faixa etária de 0 a 3 anos em creches mantidas e administradas diretamente pelas secretarias de educação de três municípios paulistas que prestam o atendimento em período integral, nos anos de 2012 e 2013. Teve como objetivo apresentar, discutir e aprofundar uma metodologia de análise do gasto aluno, em um ano, para as creches diretas e para isto desenvolveu-se uma metodologia de cálculo do Gasto Aluno Efetivo (GAE), com nove categorias de gastos, tomadas como referência da metodologia do Custo Aluno Qualidade-inicial (CAQi). A questão que norteou o desenvolvimento da pesquisa foi “A partir dos levantamentos dos gastos por aluno, com a metodologia de cálculo aqui apresentada, estes valores se aproximam ou se afastam do CAQi e do FUNDEB para as creches de administração direta das redes públicas de ensino?”. O desenvolvimento da pesquisa se deu pela modalidade de um estudo de caso e a coleta de dados se deu diretamente nos setores administrativos das secretarias envolvidas na execução orçamentária das três secretarias de educação por conta da participação do pesquisador ora como gestor do sistema educacional (Suzano), ora como funcionário da secretaria de educação (São Bernardo do Campo) ora como consultor e pesquisador (Araçoiaba da Serra). Os valores obtidos para o gasto aluno por meio desta metodologia de cálculo mostraram que os três municípios investem um montante maior do que o proposto pelo CAQi e o repassado pelo Fundeb para esta faixa etária, e, portanto, se afastaram dos valores de referência, porém ao serem analisadas as categorias de gastos individualmente, verificou-se que em algumas delas os valores encontrados situam-se abaixo dos valores do CAQi, demonstrando que a metodologia desenvolvida permite um olhar mais aprofundado sobre a destinação dos recursos educacionais para a consolidação de um padrão de qualidade. Como consequência dos valores encontrados para o GAE para as creches diretas, fez-se uma projeção dos recursos necessários para cada município para a consolidação da meta do Plano Nacional de Educação que preconiza o atendimento de no mínimo 50% das crianças de 0 a 3 anos até o final do decênio, ou seja em 2024.

Palavras-Chave: Gasto Aluno; Financiamento da Educação; Educação Infantil – Creche; Políticas Públicas.

Abstract

Borio, João Carlos. **Student spending in direct nurseries: case study in three “paulistas” counties.** 2015. 178 f. Thesis (MS) - Faculty of Education, University of São Paulo, São Paulo, 2015.

This study analyzes the expenditures made by students in the age group 0-3 years hosted and managed kindergartens directly by education departments of three counties that provide care full time, in the years 2012 and 2013. The objective was to present, discuss and develop a spending analysis methodology student in a year, for direct creches and this developed into a expenditure calculation methodology Effective Student (GAE), with nine categories of spending taken as cost methodology of reference Student Quality-starter (CAQi). The question that guided the development of the research was "From the surveys of spending per student, with the calculation methodology presented here, these values toward or away from CAQi and FUNDEB for daycare direct administration of networks public education? ". The development of the research was due to the form of a case study and data collection took place directly in the administrative sectors of the departments involved in the budget execution of the three departments of education because of the participation of the researcher or as the educational system manager (Suzano) either as employee education secretariat (São Bernardo do Campo) or as a consultant and researcher (Araçoiaba da Serra). The values obtained for the student spent by this calculation method showed that the three municipalities invest a greater amount than that proposed by CAQi and transferred by Fundeb for this age group, and thus moved away from the reference values, but to be the spending categories individually analyzed, it was found that in some of the values found are below the CAQi values, demonstrating that this methodology allows for a closer look at the allocation of educational resources for the consolidation of a pattern Of Quality. As a result of the values found for the GAE for direct creches, there was a projection of necessary resources for each municipality for the consolidation of the National Education Plan goal that calls for service at least 50% of children aged 0 to 3 years by the end of the decade, ie in 2024.

Keywords: Spent Student; Financig of Education; Early Childhood Education - Nursery; Public Policies.

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Fator de ponderação para os valores do Fundeb em 2012.....	69
Tabela 2 – Gasto Aluno Efetivo – Pessoal Docentes e Não Docentes – Suzano – 2012.....	93
Tabela 3 – Gasto Aluno Efetivo – Concessionárias de Serviços Básicos – Suzano – 2012	94
Tabela 4 – Gasto Aluno Efetivo – Material de Consumo – Suzano – 2012.....	95
Tabela 5 – Gasto Aluno Efetivo – Kits Escolares – Suzano – 2012.....	96
Tabela 6 – Gasto Aluno Efetivo – Alimentação Escolar – Suzano – 2012.....	97
Tabela 7 – Gasto Aluno Efetivo – Transporte Escolar – Suzano – 2012.....	98
Tabela 8 – Gasto Aluno Efetivo – Acesso e Permanência – Suzano – 2012.....	98
Tabela 9 – Gasto Aluno Efetivo – Serviços Terceirizados – Suzano – 2012.....	99
Tabela 10 – Gasto Aluno Efetivo – Projetos das Escolas – Suzano – 2012.....	100
Tabela 11 – Gasto Aluno Efetivo – Manutenção e Reformas – Suzano – 2012.....	101
Tabela 12 – Gasto Aluno Efetivo – Formação dos Profissionais da Educação – Suzano – 2012.....	102
Tabela 13 – Gasto Aluno Efetivo – Administração da Rede Direta – Suzano – 2012.....	103
Tabela 14 - Síntese do Gasto Aluno Efetivo das Creches de Suzano – GAE – Creche em 2012.....	105
Tabela 15 – GAE – Creche Médio e participação percentual – Suzano – 2012.....	106
Tabela 16 - Gasto Aluno Efetivo – Pessoal – SBC – 2013.....	110
Tabela 17 - Gasto Aluno Efetivo – Pessoal Docente – SBC – 2013.....	111
Tabela 18 - Gasto Aluno Efetivo – Pessoal Não Docente – SBC – 2013.....	112
Tabela 19 – Gasto Aluno Efetivo – Concessionárias de Serviços Básicos – SBC – 2013..	113
Tabela 20 – Gasto Aluno Efetivo – Material de Consumo – SBC – 2013.....	115
Tabela 21 – Gasto Aluno Efetivo – Kits Escolares – SBC – 2013.....	117
Tabela 22 – Gasto Aluno Efetivo – Alimentação Escolar – SBC – 2013.....	118
Tabela 23 – Participação dos itens que compõem o GAE – Alimentação Escolar – SBC – 2013.....	119
Tabela 24 – Gasto Aluno Efetivo – Acesso e Permanência – SBC – 2013.....	119
Tabela 25 – Gasto Aluno Efetivo – Serviços Terceirizados – SBC – 2013.....	120
Tabela 26 – Gasto Aluno Efetivo – Projeto das Escolas – SBC – 2013.....	122
Tabela 27 - Gasto Aluno Efetivo – Manutenção e Reformas – SBC – 2013.....	123
Tabela 28 – Gasto Aluno Efetivo – Formação dos Profissionais da Educação – SBC – 2013.....	124
Tabela 29 – Gasto Aluno Efetivo – Administração da Rede Direta – SBC – 2013.....	125
Tabela 30 – Síntese do Gasto Aluno Efetivo das Creches de São Bernardo do Campo – GAE – Creche em 2013.....	126
Tabela – 31 – GAE – Creche Médio e participação percentual – SBC - 2013.....	127
Tabela 32 - Gasto Aluno Efetivo – Pessoal – Araçoiaba da Serra – 2013.....	129

Tabela 33 - Gasto Aluno Efetivo – Pessoal Docente – Araçoiaba da Serra – 2013.....	130
Tabela 34 - Gasto Aluno Efetivo – Pessoal Não Docente – Araçoiaba da Serra – 2013.....	131
Tabela 35 - Gasto Aluno Efetivo – Serviços Básicos – Araçoiaba da Serra – 2013.....	131
Tabela 36 - Gasto Aluno Efetivo – Material de Consumo – Araçoiaba da Serra – 2013....	132
Tabela 37 - Gasto Aluno Efetivo – Alimentação Escolar – Araçoiaba da Serra – 2013.....	133
Tabela 38 – Participação dos itens que compõem o GAE – Alimentação Escolar Médio – Araçoiaba da Serra – 2013.....	134
Tabela 39 - Gasto Aluno Efetivo – Manutenção e Reformas – Araçoiaba da Serra – 2013	135
Tabela 40 - Gasto Aluno Efetivo – Formação dos Profissionais da Educação – Araçoiaba da Serra – 2013.....	136
Tabela 41 – Gasto Aluno Efetivo – Administração da Rede Direta – Araçoiaba da Serra – 2013.....	137
Tabela 42 – Síntese do Gasto Aluno Efetivo das Creches de Araçoiaba da Serra – GAE – Creche* em 2013.....	138
Tabela 43 – GAE – Creche Médio e participação percentual – Araçoiaba da Serra – 2013.....	139
Tabela 44 – Gasto Aluno Efetivo – Médio para as Creches dos municípios de Araçoiaba da Serra, de São Bernardo do Campo e de Suzano.....	143
Tabela 45 - Comparação GAE – Pessoal com CAQi Pessoal + Encargos no valor de R\$ 4.407 entre os três municípios.....	144
Tabela 46 – GAE – Pessoal – valores, percentual de participação sobre o total e diferença em relação à participação do CAQi.....	144
Tabela 47 – Média de alunos atendidos por docente nos três municípios e a proposição do CAQi.....	145
Tabela 48 – Média de alunos atendidos por Não Docente nos três municípios e a proposição do CAQi.....	146
Tabela 49 – Valor do GAE – Serviços Básicos e média de participação de cada serviço...	147
Tabela 50 - Valor do GAE – Material de Consumo e participação sobre o valor total.....	148
Tabela 51 – Valor do GAE – Alimentação sem o valor das terceirizadas e participação sobre o total.....	150
Tabela 52 – GAE – Médio para Acesso e Permanência e participação sobre o total.....	151
Tabela 53 – GAE – Médio para Serviços Terceirizados e participação sobre o total.....	152
Tabela 54 – GAE – Médio para Projetos das Escolas e participação sobre o total.....	153
Tabela 55 – GAE – Médio para Manutenção e Reformas e participação sobre o total.....	154
Tabela 56 – GAE – Médio para Formação dos Profissionais da Educação e participação sobre o total.....	155
Tabela 57 – Investimento por profissional da educação dos três municípios e o proposto pelo CAQi.....	156
Tabela 58 – GAE – Médio para Administração das Redes Diretas de Ensino, CAQi e participação sobre o total.....	157
Tabela 59 – Despesas do GAE – Creche e do CAQi em manutenção e desenvolvimento do ensino – MDE – e diferença ao valor do Fundeb.....	161
Tabela 60 – Necessidade de novos recursos para o cumprimento do PNE 2014 - 2024 para atendimento em creche – 0 a 3 anos.....	163

Lista de Quadros

Quadro 01 – Custo Aluno do Ensino Fundamental proposto pelo GT.....	30
Quadro 02 – Custo Aluno-Qualidade inicial das Creches.....	36
Quadro 03 – Componentes dos cálculos dos Custos Educacionais e de Custo-Alunos.....	38
Quadro 04 - Recorte da Amostra do Gasto Aluno no Sistema Educacional.....	48
Quadro 05 - As Categorias de Gastos.....	48
Quadro 06 - População, densidade e taxa de urbanização.....	57
Quadro 07 - Posição do município em relação à população do Estado de São Paulo.....	58
Quadro 08 – Valor Adicionado dos Setores.....	59
Quadro 09 - Valor Adicionado da Administração Pública.....	59
Quadro 10 - Produto Interno Bruto Total e per Capita.....	60
Quadro 11 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal em 2010.....	61
Quadro 12 – Evolução do IDHM e posição no Ranking estadual para os anos de 1991, 2000 e 2010.....	62
Quadro 13 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Educação em 2010.....	62
Quadro 14 - Evolução do IDHM-Educação e posição no Ranking estadual para os anos de 1991, 2000 e 2010.....	63
Quadro 15 - Índice Paulista de Responsabilidade Social – 2010.....	64
Quadro 16 - Número de matrículas iniciais na Educação Básica para Suzano para o ano de 2012.....	66
Quadro 17 - Número de matrículas iniciais na Educação Básica para Araçoiaba da Serra e São Bernardo do Campo para o ano de 2013.....	66
Quadro 18 - População em idade escolar de 0 a 3 anos e matrículas em creches para o Município de Suzano – 2012.....	67
Quadro 19 - População em idade escolar de 0 a 3 anos e matrículas em creches para os Municípios de Araçoiaba da Serra e São Bernardo do Campo – 2013.....	67
Quadro 20 – Montante do Fundeb repassado aos municípios.....	71
Quadro 21 - Pacto Federativo para a educação.....	71
Quadro 22 – Valores repassados da Quota do Salário Educação para os três município....	72
Quadro 23 – Valores do Programa Nacional de Alimentação Escolar repassados aos municípios.....	74
Quadro 24 – Recursos repassados pelo Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE.....	75
Quadro 25 – Recursos Repassados para Suzano por demais programas do FNDE.....	76

Quadro 26 - Recursos Repassados para Araçoiaba da Serra pelo PDDE do FNDE.....	77
Quadro 27 - Recursos Repassados para São Bernardo do Campo por demais programas do FNDE.....	77
Quadro 28 – Montante e fontes de financiamento da Educação nos três município.....	79
Quadro 29 - Número de alunos matriculados nas creches de Suzano em 2012.....	80
Quadro 30 - Número de alunos matriculados nas creches de Araçoiaba da Serra em 2013	81
Quadro 31 - Número de alunos matriculados nas creches de São Bernardo do Campo em 2013.....	81
Quadro 32 – Número de Pessoal Docente nas creches de Suzano para o ano de 2012.....	83
Quadro 33 - Número de Pessoal Docente nas creches de Araçoiaba da Serra para o ano de 2013.....	84
Quadro 34 - Número de Pessoal Docente nas creches de São Bernardo do Campo para o ano de 2013.....	85
Quadro 35 – Síntese do número de alunos, Docentes e de alunos por docente nos três municípios.....	86
Quadro 36 - Número de Pessoal Não Docente nas creches de Suzano para o ano de 2012.....	88
Quadro 37 - Número de Pessoal Não Docente nas creches de Araçoiaba da Serra para o ano de 2013.....	89
Quadro 38 - Número de Pessoal Não Docente nas creches de São Bernardo do Campo para o ano de 2013.....	90
Quadro 39 – Síntese do número de alunos, Não Docente e de alunos por Não Docente nos três municípios.....	91
Quadro 40 – Comparação dos valores do GAE – Creche com o valor do CAQi.....	158

Lista de Gráficos

Gráfico 01 - Participação dos Grupos de Despesas no GAE – Creche Médio, Suzano, 2012.	107
Gráfico 02 - Participação dos Grupos de Despesas no GAE – Creche Médio, SBC, 2013.....	128
Gráfico 03 – Participação dos Grupos de Despesas no GAE – Creche Médio, Araçoiaba da Serra, 2013.....	140

Lista de Mapas

Mapa 01 - Localização dos três municípios no Estado de São Paulo.....	56
---	----

Lista de Siglas

ALESP	Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
APM	Associações de Pais e Mestres
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CAQi	Custo Aluno-Qualidade inicial
CF	Constituição Federal da República Federativa do Brasil
EB	Educação Básica
EF	Ensino Fundamental
EI	Educação Infantil
EMEB	Escola Municipal de Educação Básica
ESP	Estado de São Paulo
FE-USP	Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério
GAE	Gasto Aluno Efetivo
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INPC	Índice Nacional de Preço ao Consumidor
IPEA	Instituto de Planejamento Econômico e Social
IPRS	Índice Paulista de Responsabilidade Social
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
IPVA	Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores
ISSQN	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
ITBI	Imposto de Transmissão de Bens Imóveis Inter-vivos
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MDE	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
MEC	Ministério da Educação
PAD	Professor de Apoio à Direção Escolar
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PEB-II-EJA	Professor de Educação Básica II da Educação de Jovens e Adultos
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATE	Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar
QESE	Quota Estadual do Salário-Educação
SBC	São Bernardo do Campo
SEADE	Sistema Estadual de Análise de Dados
SIOPE	Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação
SMA	Secretaria Municipal de Administração
SME	Secretaria Municipal de Educação
UE	Unidade Escolar

SUMÁRIO

Introdução.....	21
Capítulo I - Dos Custos Educacionais ao Custo Aluno Qualidade inicial.....	24
1.1 Evolução das metodologias de Custos Educacionais.....	24
1.2 Custo Aluno Qualidade.....	29
1.3 CAQi das Creches.....	35
1.4 Síntese das metodologias de cálculo dos Custos Educacionais e de Custo Aluno.....	37
Capítulo II – A Construção de Metodologia.....	40
2.1 O início da construção.....	40
2.2 Uma metodologia construída a várias mãos e mentes.....	43
2.3 As escolas analisadas.....	47
2.4 As categorias de gastos.....	48
2.4.1 Pessoal Docente e Não-Docente.....	49
2.4.1.a Pessoal Docente.....	49
2.4.1.b Pessoal Não Docente.....	50
2.4.2 Concessionárias de Serviços Básicos.....	50
2.4.3 Materiais de Consumo.....	50
2.4.4 Acesso e Permanência.....	51
2.4.4.a Kits Escolares.....	51
2.4.4.b Alimentação Escolar.....	51
2.4.4.c Transporte Escolar.....	52
2.4.5 Serviços Terceirizados.....	52
2.4.6 Projetos das Escolas.....	52
2.4.7 Manutenção e Reformas.....	53
2.4.8 Formação dos Profissionais da Educação.....	53
2.4.9 Administração das Redes Diretas de Ensino Municipal.....	54
2.5 Gasto Aluno Efetivo Creche.....	55
Capítulo III – Perfil das três cidades.....	56
3.1 População.....	56
3.2 Produto e Renda.....	58
3.2.1 – Produto.....	58
3.2.2 – Renda.....	60
3.3 Condições de Vida.....	60
3.3.1 – Desenvolvimento Humano.....	60
3.3.2 – Índice Paulista de Responsabilidade Social.....	63
3.4 Educação.....	64
3.4.1 O atendimento nos sistemas públicos.....	65
3.4.2 Os recursos públicos utilizados em Educação.....	67
3.4.2.1 O financiamento da Educação.....	68
3.4.2.1.1 FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.....	68

3.4.2.1.2 QESE – Quota Estadual e Municipal do Salário Educação.....	72
3.4.2.1.3 PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar.....	73
3.4.2.1.4 PNATE – Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar.....	74
3.4.2.1.5 Outras fontes de financiamento.....	76
3.4.2.1.6 Recursos próprios.....	78
3.4.3 Os dados das creches analisadas.....	79
3.4.3.1 – Número de alunos nas creches analisadas.....	80
3.4.3.2 – Número de profissionais nas creches.....	82
3.4.3.2.1 – Pessoal Docente.....	83
3.4.3.2.2 – Pessoal Não Docente.....	87
Capítulo IV – Os valores para o Gasto Aluno obtidos para os três estudos de caso.....	92
4.1. Gasto Aluno das creches da rede direta municipal própria de Suzano.....	92
4.1.1 Gastos com Pessoal Docente e Não-Docente.....	92
4.1.2 Gastos com Concessionárias de Serviços Básicos.....	93
4.1.3 Gastos com Materiais de Consumo.....	94
4.1.4 Gastos com Itens de Acesso e Permanência.....	95
4.1.4a Gastos com Kits Escolares.....	95
4.1.4b Gastos com Alimentação Escolar.....	96
4.1.4c Gastos com Transporte Escolar.....	97
4.1.5 Gastos com Serviços Terceirizados.....	99
4.1.6 Gastos com os Projetos das Escolas.....	100
4.1.7 Gastos com Manutenção e Reformas.....	101
4.1.8 Gastos com a Formação dos Profissionais da Educação.....	102
4.1.9 Gastos com a Administração da Rede Direta de Ensino Municipal.....	103
4.1.10 Consolidação do valor do Gasto Aluno Efetivo-Creches Direta em Suzano.....	104
4.2. Gasto Aluno das creches da rede direta municipal própria de São Bernardo do Campo.....	108
4.2.1 Gastos com Pessoal Docente e Não-Docente.....	108
4.2.1a. Gastos com Pessoal Docente.....	110
4.2.1b. Gastos com Pessoal Não Docente.....	112
4.2.2 Gastos com Concessionárias de Serviços Básicos.....	113
4.2.3 Gastos com Materiais de Consumo.....	114
4.2.4 Gastos com Itens de Acesso e Permanência.....	115
4.2.4.a Gastos com Kits Escolares.....	116
4.2.4.b Gastos com Alimentação Escolar.....	117
4.2.5 Gastos com Serviços Terceirizados.....	120
4.2.6 Gastos com os Projetos das Escolas.....	121
4.2.7 Gastos com Manutenção e Reformas.....	122
4.2.8 Gasto Aluno Efetivo – Formação.....	124
4.2.9 Gasto Aluno Efetivo – Administração da Rede Direta de Ensino Municipal.....	125
4.2.10 Consolidação do valor do Gasto Aluno Efetivo-Creche Direta em SBC.....	125
4.3. Gasto Aluno das creches da rede direta municipal própria de Araçoiaba da Serra.....	128

4.3.1 Gastos com Pessoal Docente e Não-Docente.....	129
4.3.1.a Gastos com Pessoal Docente.....	130
4.3.1.b Gastos com Pessoal Não-Docente.....	130
4.3.2 Gastos com Concessionárias de Serviços Básicos.....	131
4.3.3 Gastos com Materiais de Consumo.....	132
4.3.4 Gastos com Itens de Acesso e Permanência.....	132
4.3.4.a Gastos com Alimentação Escolar.....	133
4.3.5 Gastos com Serviços Terceirizados.....	134
4.3.6 Gastos com os Projetos das Escolas.....	134
4.3.7 Gastos com Manutenção e Reformas.....	135
4.3.8 Gasto Aluno Efetivo – Formação.....	135
4.3.9 Gasto Aluno Efetivo – Administração da Rede Direta de Ensino Municipal.....	136
4.3.10 Consolidação do valor do Gasto Aluno Efetivo-Creche Direta em Araçoiaba da Serra	137
Capítulo V – Análise Comparativa dos dados do Gasto Alunos Efetivo.....	141
5.1 Gastos com Pessoal – GAE – Pessoal Docente e Não Docente.....	143
5.2 Gastos com Serviços Básicos – GAE – Concessionárias de Serviços Básicos.....	146
5.3 Gastos com Material de Consumo – GAE – Material de Consumo.....	147
5.4 Gastos com itens de Acesso e Permanência – GAE – Acesso e Permanência.....	148
5.5 Gastos com Serviços Terceirizados – GAE – Serviço de Terceiros.....	151
5.6 Gastos com Projetos das Escolas – GAE – Projetos.....	152
5.7 Gastos com Manutenção e Reformas – GAE – Manut. Reforma.....	153
5.8 Gastos com Formação dos Profissionais da Educação – GAE – Formação.....	154
5.9 Gastos com Administração da Rede Direta de Ensino Municipal – GAE – Administração..	156
5.10 GAE – Valores do GAE – Creche e Fundeb: uma primeira comparação.....	160
5.11 O Plano Nacional de Educação e a necessidade de novos recursos.....	162
Considerações Finais.....	164
Referências bibliográficas.....	166
Anexos.....	168

Introdução

O enfoque deste trabalho vem no sentido de apresentar, discutir e aprofundar uma metodologia de análise do Gasto Aluno para as creches diretas da rede pública e contrastar os resultados obtidos à luz de parâmetros como os do Custo Aluno-Qualidade inicial – CAQi e do custo aluno ano do FUNDEB. Não tem a pretensão de estabelecer e consolidar uma metodologia de acompanhamento e de controle social dos gastos com alunos.

Pretende-se com a investigação responder à seguinte questão: A partir dos levantamentos dos gastos por aluno, com a metodologia de cálculo aqui apresentada, estes valores se aproximam ou se afastam do CAQi e do FUNDEB para as creches de administração direta das redes públicas de ensino?

Para que a investigação pudesse aprofundar a análise de todos os gastos que as redes públicas de ensino realizam para a manutenção dos serviços educacionais das creches definiu-se a pesquisa na modalidade de um estudo de caso.

Por conta do acesso aos dados dos gastos efetivados para a manutenção dos serviços educacionais de creches diretas em três municípios do Estado de São Paulo – Suzano, São Bernardo do Campo e Araçoiaba da Serra – e também em função de suas características populacionais, econômicas e sociais, acredita-se que o estudo pode oferecer contribuições a muitos outros sistemas públicos educacionais.

O estudo iniciou-se no município de Suzano, no ano de 2012 que, segundo os dados da Fundação SEADE¹, registrou uma população de 270.887 habitantes em 2013 e um PIB *per capita* de R\$

¹ O Seade, Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados vinculada à Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de São Paulo, é um centro de referência nacional na produção e disseminação de análises e estatísticas socioeconômicas e demográficas. Realiza pesquisas diretas e levantamentos de informações produzidas por outras fontes, compondo um amplo acervo, disponibilizado gratuitamente, que permite a caracterização de diferentes aspectos da realidade socioeconômica do estado, de suas regiões e municípios e de sua evolução histórica.

21.840,47 em 2011. Pelo critério da pesquisa, Suzano se classifica como uma cidade com população e economia de porte médio.

O segundo município foi o de São Bernardo do Campo, analisado em 2013, que tinha uma população de 780.735 habitantes para o ano de 2013 e um PIB *per capita* de R\$ 47.181,73 para o ano de 2011, segundo dados do mesmo instituto, e, portanto, segundo o mesmo critério, classifica-se como um município grande e rico.

Araçoiaba da Serra foi o terceiro município em que fizemos nosso estudo em 2013 e pode-se classificá-lo como uma cidade de porte pequeno, tanto em termos de população, com 28.804 habitantes como em termos econômicos, com um PIB *per capita* de R\$ 14.859,90, segundo os dados do SEADE para os anos de 2013 e 2011 respectivamente.

Com a intensão de se chegar ao objetivo proposto estruturou-se este trabalho em cinco capítulos.

No primeiro tratou-se da evolução das abordagens metodológicas sobre Custo Educacional (SCHULTZ, 1967, HALLAK,1969, CASTRO,1971, PARO,1982 e XAVIER,1988) até o conceito de padrão mínimo de qualidade postulado da Constituição Federal de 1988 como parâmetro para inclusão no cálculo de Custo Aluno Qualidade (FARENZENA, 2005 , CARRERA e PINTO, 2007).

No segundo capítulo é descrita a metodologia de cálculo para a obtenção dos valores do Gasto Aluno Efetivo, explicitando as categorias de gasto e situando a amostra da pesquisa.

No terceiro capítulo apresenta-se sucintamente um perfil dos três municípios das creches em estudo, analisando os principais indicadores socioeconômicos e educacionais e os dados das três redes de ensino, com foco nas creches diretas.

O quarto capítulo apresenta os dados da pesquisa organizados por município e por categoria de gasto. Estes dados serão analisados no quinto capítulo onde pretende-se comparar os valores do

Gasto Aluno Efetivo para as creches – GAE – Creche - entre os municípios para cada categoria de gasto e também com parâmetros do Custo Aluno-Qualidade inicial – CAQi. Analisou-se, também, a participação percentual do GAE frente ao Produto Interno Bruto *per capita* (PIB *per capita*), tanto do país como do Estado de São Paulo e dos municípios em tela.

Foi feita, também, a comparação entre os valores do GAE – Creche encontrados nos municípios com os valores *per capita* de referência do FUNDEB, para os municípios do Estado de São Paulo, para esta Etapa de Ensino, indicando a distância entre o valor do GAE – Creche e o valor *per capita* do repasse do FUNDEB.

Pretende-se com essa análise avaliar a validade da metodologia proposta para o cálculo GAE – Creche como contribuição para as discussões na área de financiamento da educação pública e como ferramenta para os gestores dos sistemas públicos de ensino poderem se orientar para o planejamento e orientação dos seus planos e ações para o avanço do atendimento na prestação dos serviços educacionais, com qualidade, para as crianças pequenas.

Capítulo I – Dos Custos Educacionais ao Custo Aluno Qualidade inicial

Neste primeiro capítulo pretende-se resgatar uma parte da trajetória sobre a temática dos custos na educação, desde os primeiros estudos sobre Custos Educacionais, a partir da segunda metade do Século XX, publicadas no Brasil, para melhor situar a localização da proposta da presente pesquisa.

Não se trata aqui de fazer uma análise crítica de todas as metodologias de cálculo de custos na educação que já foram implementadas ou propostas, mas de apontar alguns aspectos metodológicos destes estudos que pareceram os mais significativos para a obtenção dos custos educacionais por aluno. Pretende-se com isso apontar quais parâmetros poderiam ser tomados como base para fundamentar a análise a ser feita neste trabalho.

1.1. Evolução das metodologias de Custos Educacionais

Custo educacional é uma temática que tem atraído poucos pesquisadores para a produção acadêmica, pois a produção de estudos e artigos são relativamente escassos em nosso país. Salvo em momentos bem específicos da história da educação recente no Brasil o assunto referente aos custos educacionais pouco aparecem nas pautas das pesquisas acadêmicas.

Um dos primeiros trabalhos sobre a temática, SCHULTZ (1967), tratava do estabelecimento dos custos educacionais e como estes variavam ao longo do tempo com o aumento da instrução, fazendo uma relação entre estes - o aumento da população e o aumento do Produto Interno Bruto dos Estados Unidos. Faz comparações também entre os custos educacionais por aluno e por ano nas três etapas de ensino – primário, secundário e universitário – para Estados Unidos, Israel, México e Venezuela.

No estudo o autor considerava como parte integrante dos custos educacionais os salários não recebidos pelos estudantes pelo fato de, ao decidirem frequentar as escolas, deixavam de receber,

pelo período de instrução, salários por qualquer atividade “produtiva”. Inclusive em seus cálculos o maior valor seria o dos salários não recebidos, com consequente aumento do custo educacional, quanto maior fosse o seu grau de instrução. Este é um componente do custo aluno que tem como origem as transposições da análise de custos de produção da indústria para a educação e é um fator que tem recorrência em vários estudos mais tradicionais de economistas sobre os custos educacionais. Porém em nosso estudo este componente de custo não será levado em consideração, mesmo porque os alunos são da Educação Infantil, que por pressuposto não realizam atividades remuneradas.

São também nos primeiros trabalhos de Hallak (1969), que vemos mais consolidada a noção de custos educacionais como instrumento de planejamento educacional. Notadamente como ferramenta de gestão pública para embasar administradores e políticos de países em desenvolvimento na tomada de decisão para o investimento em sistemas educacionais.

Hallak faz um estudo de custos educacionais, no final da década de 1960, em vários países como Alemanha, Argentina, Congo, Costa do Marfim, Nigéria, entre outros e propõe uma metodologia para a definição de custos educacionais onde classifica as despesas em duas grandes categorias: Despesas Correntes agrupando os custos com salários, com aluguel de imóveis e materiais, com a manutenção dos prédios, com os gastos para o funcionamento e com a amortização dos capitais fixos; e Despesas de Capital agrupando os custos com a aquisição e construção dos imóveis e dos equipamentos. (COOMBS et ali, p. 180. 1969).

No trabalho, Hallak apresenta o também o conceito de custos de oportunidade como os que representam “os débitos resultantes do funcionamento dos sistemas educacionais que não ocasionam despesas efetivas”, mas que se fossem utilizados para outros fins, por exemplo, no aluguel de um prédio escolar, renderiam recursos ao Estado, teoricamente. Valores estes que deveriam ser considerados pelos gestores ao estabelecer os custos educacionais na

implementação de tal metodologia. Contudo, nossa pesquisa de custo aluno não levará em consideração este conceito.

O domínio dos economistas sobre os estudos de custos educacionais prevalece sobre todos os outros profissionais, tendo como resultante toda a terminologia desse campo de atuação com forte influência nas categorias de despesas componentes dos custos educacionais.

Um dos estudos pioneiros realizados no Brasil foi de responsabilidade de Claudio de Moura Castro, publicado em 1971 pelo Instituto de Planejamento Econômico e Social - IPEA, no âmbito do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, intitulado “Eficiência e Custos das Escolas de Nível Médio: um estudo-piloto na Guanabara²” em que estudou as relações entre um indicador de qualidade e variáveis econômicas. De certa forma correlaciona um custo educacional, representado pelas anuidades pagas pelas famílias dos alunos com uma qualidade entendida como o êxito no acesso à uma universidade. Ou seja, as considerações sobre qualidade estavam diretamente associadas ao índice de formandos do ensino secundário com acesso à universidade que cada escola desempenhava.

Os dados ali apresentados levavam à conclusão de que as escolas que cobravam maiores anuidades tinham mais sucesso no percentual de alunos que passavam no vestibular e essa anuidade estava diretamente associada ao nível dos salários pagos aos professores destas escolas. Portanto conclui que esta qualidade tinha correlação com a remuneração dos professores.

Neste trabalho o autor não apresenta uma metodologia para o cálculo dos custos educacionais, limitando-se a uma pesquisa de mercado nas instituições de ensino privadas referentes aos valores das anuidades cobrados.

Em publicação de 1981 encontramos referência ao custo aluno de escolas da rede pública paulista em pesquisa encomendada pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo por

² Guanabara foi um Estado da União até 1975 quando foi incorporado ao Estado do Rio de Janeiro.

meio da Equipe de Planejamento I da Assessoria Técnica de Planejamento Educacional sobre custos educacionais, cujo principal objetivo era a implantação da Lei 5.692/71 no que se referia a “racionalização crescente da alocação de recursos da Pasta”. Teve como objetivos parciais “otimizar a relação entre o custo e a eficiência do sistema”, “subsidiar a elaboração dos planos de custos e os orçamentos-programa” e “oferecer elementos para o avanço dos retornos do sistema”(Paro, 1982, p. 4).

Foi responsável pela pesquisa o Prof. Dr. Vitor Henrique Paro que em publicação de 1982³ descreve os componentes do custo educacional adotados para a metodologia de cálculo do custo aluno do 1º e 2º graus na rede pública do estado de São Paulo, em amostra que incluiu 66 escolas distribuídas no estado.

O método desenvolvido pelo autor para a obtenção dos valores do custo aluno também classificou as despesas em Despesas de Capital, abrangendo os custos em três dimensões - terreno, prédio escolar e equipamentos – e em Despesas Correntes que englobam os gastos com pessoal, com materiais de consumo e com as despesas sociais.

Justificou que as Despesas de Capital referentes aos chamados custos de oportunidade não se aplicariam no campo da educação pública para o cálculo do custo aluno por não representar um custo real, servindo apenas como um parâmetro para a tomada de decisão, argumento com o qual concordamos.

“O custo de oportunidade, como um dos componentes do custo real, nos parece, em especial quando se trata de custo educacional, uma entidade fantasmagórica. Isto porque não se trata, na realidade, de um custo, mas de um simples parâmetro para a tomada de decisão com relação a aplicação de recursos”(Paro, 1982, p. 5)

No estudo, vemos claramente que o Estado absorveu para o campo da educação despesas de outras naturezas que não as de sua restrita função prover de ensino às pessoas. Motivo que levou

³ Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, São Paulo, n.43, nov. 1982

o pesquisador a considerar em seu método as despesas que o Estado realizava com assistência nutricional, assistência médica e assistência odontológica. Em nossa pesquisa estará evidente a presença do Estado no provimento de condições para além da função restrita da educação e o consequente custo que estas atividades representam na manutenção dos alunos no sistema de ensino aqui estudados.

Em estudo realizado em 1988 por Antonio Carlos Xavier, sob a coordenação do Ministério da Educação, no âmbito do componente “Planejamento Estratégico de Longo Prazo”, do V acordo MEC/BIRD, publicado ainda em 1988 com a denominação de: "Custo Direto de Funcionamento das Escolas Públicas de 1º Grau da Região Sul", o autor desenvolve levantamento de custos aluno em amostra de 306 escolas públicas dos estados do Rio Grande do Sul (85 escolas), de Santa Catarina (121 escolas) e do Paraná (100 escolas) - com o objetivo de “auxiliar a tomada de decisão e o planejamento educacional, tanto na administração federal quanto nas administrações estaduais” (1988, p. 9).

O autor adota o mesmo critério referente aos custos de oportunidade que no trabalho de Paro, acrescentando o argumento da compulsoriedade do Ensino Elementar no país.

Na metodologia adotada classifica os custos em Custos Diretos, que seriam aqueles realizados na escola, e em Custos Indiretos, que seriam os referentes aos custos fora da escola, e se dedica apenas aos custos diretos. Em relação aos custos diretos faz uma diferenciação entre custos de implantação e custos de funcionamento e exclui da análise os custos de implantação. Nos custos de funcionamento organiza as categorias em despesas com pessoal docente e não docente, despesas com material de consumo e permanente e outras despesas, incluindo nestas as realizadas com serviços de terceiros e outras despesas.

1.2. Custo Aluno Qualidade

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, às discussões sobre custo aluno foi acrescido o princípio de padrão de qualidade a ser ministrado no ensino, estabelecido no inciso VII do Artigo 206 da CF e como consequência as metodologias para o cálculo do custo aluno tiveram que incorporar esta nova dimensão.

Oito anos entre a promulgação da Constituição Federal e a Lei Nº 9.394 de 1996 que estabelece Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB - não foram suficientes para a consolidação de uma metodologia que desse resposta ao custo aluno com padrão mínimo de qualidade.

Em documento do Grupo de Trabalho – GT - do Fórum Permanente do Magistério de Educação Básica de 1995, há o primeiro ensaio sobre a definição do conceito de custo aluno qualidade e a indicação de uma metodologia para o estabelecimento do valor por aluno do Ensino Fundamental.

Os investimentos⁴ realizados foram agrupados em três grandes grupos considerados “imprescindíveis ao ato pedagógico de qualidade”: pessoal, infraestrutura e gestão.

No documento, o GT adotou a unidade escolar como referência dos custos, por analogia à unidade produtiva, do campo da produção industrial “e o aluno por ela formado como um produto”. (p. 3, 1995)

Ficou explícito que o GT não levou em consideração os custos que se se realizaram fora da escola, assim os custos com pessoal, infraestrutura e gestão dizem respeito aos custos que acontecem dentro da escola.

“... o custo aluno qualidade a que este documento se refere limita-se ao conjunto dos investimentos feitos diretamente na escola, em favor de um aluno, recebendo uma educação de qualidade, durante um ano.”(p. 5)

⁴ Os membros do GT passaram a considerar todos os gastos públicos em educação como investimentos. (p. 5 do referido documento)

Porém faz menção ao custo dos sistemas educacionais que devem ser acrescidos no cálculo final do custo aluno qualidade.

O quadro abaixo detalha a natureza dos itens que compõem o custo aluno do ensino fundamental formulado pelo GT, detalhando os percentuais e os valores em reais para cada um dos insumos considerados indispensáveis para uma educação de qualidade.

Os valores em reais da tabela foram mantidos como em seu original, lembrando que o documento foi elaborado no ano de 1995, e, portanto, não podem ser tomados como referência para comparações sem antes atualizá-los.

Quadro 01 – Custo Aluno do Ensino Fundamental proposto pelo GT – valores em R\$ de 1995.

Ordem	Natureza	Especificação	Detalhamento	%	Custo (R\$)
1º	Pessoal	Professores	Salários e encargos	54,40	272,00
2º			Capacitação	10,00	50,00
3º		Especialistas	Salários e encargos	5,60	28,00
4º			Capacitação	1,40	7,00
5º		Administrativo*	Salários e encargos	4,60	23,00
6º			Capacitação	4,00	20,00
7º	Infra-estrutura*	Material de Consumo	Material Didático	6,00	30,00
8º		Obras e Instalações	Instalações	5,00	25,00
9º		Equip. e Mat. Perm.	Material Permanente	3,00	15,00
10º		Material de Consumo	Material de Apoio	2,00	10,00
11º	Gestão*	Material de Consumo	Material de Escritório	1,00	5,00
12º		Obras e Instalações	Dependências Administrativas	1,00	5,00
13º		Equip. e Mat. Perm.	Mobiliário, Equipamentos	1,00	5,00
14º		Serviços de Terceiros	Pessoa Física e Jurídica	1,00	5,00
Total				100,00	500,00

* da escola

FONTE: Fórum Permanente do Magistério de Educação Básica, 1995

Estudo detalhado sobre custo aluno foi realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira entre 2003 e 2006, que gerou dois trabalhos bastante importantes sobre a temática do custo aluno.

O primeiro foi o trabalho organizado por Nalú Farenzena intitulado Custos e condições de qualidade da educação em escolas públicas: aportes de estudos regionais, publicado em 2005, e o

segundo foi uma publicação em dois volumes intitulado Pesquisa Nacional Qualidade na Educação, cujo primeiro volume intitula-se Problematização da qualidade em pesquisa de custo-aluno-ano em escolas de Educação Básica, sendo que o relatório de pesquisa foi realizado por Rubens Barbosa de Camargo, João Ferreira de Oliveira, Rosana Evangelista da Cruz e Andréa Barbosa Gouveia e o segundo volume, intitulado Custo-aluno-qualidade em escolas de Educação Básica – 2ª Etapa, foi realizado por Robert E. Verhine, publicados em 2006.

O primeiro trabalho traz uma série de artigos elaborados por pesquisadores de várias instituições de ensino, tanto federais como estaduais, “que apresentam resultados de pesquisas descritivas e avaliativas do custo-aluno/ano e de aspectos referentes à organização e gestão escolar, envolvendo estudos realizados em escolas públicas de Educação Básica de oito estados brasileiros – Ceará, Goiás, Minas Gerais, Pará, Paraná, Piauí, Rio Grande do Sul e São Paulo” (2005, p. 7) e um dos principais objetivos deste estudo foi o de fornecer subsídios para a construção de um modelo para o cálculo de custo/aluno/ano.

O segundo trabalho, mais abrangente que o primeiro, traz uma discussão sobre a questão da qualidade da educação e uma possível relação com o custo aluno, defendendo que todo o trabalho não vinha no sentido de definir ou até mesmo ranquear as escolas em critérios de qualidade, mas sim no sentido de afirmar que as escolas escolhidas, por critérios amplamente discutidos, ofereciam condições para uma educação de qualidade.

A metodologia utilizada para a obtenção dos valores do custo aluno ano, base para os dois trabalhos acima definidos, foi a do método de ingredientes, emprestado da economia, definindo que..

“Esta abordagem parte do geral para o específico, via desagregações consecutivas, até o ponto em que se possa identificar, sem ambigüidade, o valor-custo de cada ingrediente (ou recurso) necessário para implementar o programa ou intervenção sob análise. Uma vez especificados todos os ingredientes, eles poderão ser avaliados pelo conceito de oportunidade. Agregando-se novamente, ou seja, somando-se os valores unitários obtidos dos ingredientes, tem-se o custo total da intervenção” (LEVIN, 1983, Apud INEP, p. 45, 2006).

... e os ingredientes, ou as categorias de análise, para o cálculo dos custos foram:

Pessoal – referente aos custos com os salários brutos e encargos de todos os Docentes e Não Docentes da unidade escolar;

Material de Consumo – referentes aos custos com materiais farmacológicos, esportivos, de expediente, de processamento de dados, de apoio pedagógico, de acondicionamento e embalagem, de cama e mesa, de copa e cozinha, de limpeza, de manutenção de bens móveis e imóveis, elétricos, de áudio, de vídeo e foto, de sementes, de mudas de plantas e insumos, laboratoriais, de ferramentas e outros;

Equipamento e Material Permanente – referente ao custo com aparelhos de medição, comunicação, médicos e odontológicos, bandeiras, flâmulas e insígnias, coleções e material bibliográfico, instrumentos musicais e artísticos, industriais, energéticos, gráficos, áudio, vídeo e foto, diversos, processamento de dados, escritório, mobiliário em geral, veículos diversos, peças não incorporáveis à imóveis e outros.

Merenda Escolar – os custos referentes aos recursos transferidos à escola para aquisição de gêneros e pela quantidade de gêneros enviados a escola;

Outros Insumos - contemplam despesas anuais com os serviços de terceiros, os serviços de utilidade pública – água, luz e telefone - e outras despesas relacionadas com a manutenção do prédio e seus equipamentos.

Instalações Físicas – foram calculados os custos com a amortização anual dos valores do terreno, e do imóvel, com base na expectativa de vida útil do imóvel e nos valores de mercado e para as unidades escolares que não tinham prédio próprio foi levantado o valor do aluguel mensal, multiplicado por 12 e distribuído igualmente entre prédio e terreno.

Encontramos nestes trabalhos as primeiras referências de valor para o custo aluno da etapa da educação infantil, mais especificamente para o nível das creches, R\$ 4.531,69 de valor médio por aluno no estudo de Farenzena, para o ano de 2005, e R\$ 3.923,50 de valor médio por aluno, no trabalho de Verhine.

No estudo do Custo Aluno-Qualidade inicial desenvolvido e proposto pelo movimento chamado Campanha Nacional pelo Direito à Educação, há a inversão da lógica da quantidade de recursos disponíveis versus quantidade de alunos nas redes de ensino para se definir a qualidade possível e que se configura como o principal pressuposto da Campanha, onde a premissa do padrão mínimo de qualidade, prevista na Constituição Federal, tome corpo em pressupostos objetivos e para tanto a determinação de valores mínimos por aluno ao ano para cada etapa e modalidade de ensino é o que determinará o montante necessário a ser disponibilizado para a Educação.

Para o estabelecimento destes valores mínimos para se consolidar uma qualidade inicial estabeleceu-se uma metodologia para o cálculo que desse corpo às dimensões contidas em uma matriz de custo aluno-qualidade, em que se define que os recursos por aluno, para cada etapa e modalidade de ensino, devem ser em quantidade suficiente para que se garantam condições de estrutura e funcionamento das escolas e dos sistemas de ensino, valorização dos profissionais Docentes e Não Docentes desses sistemas, que sejam cada vez mais incentivadas a democratização das gestões das unidades escolares e dos sistemas de acompanhamento e controle dos gastos da educação e que hajam escolas em número suficiente que ofereçam vagas em conformidade com a população em idade escolar e com todos aqueles que não tiveram a oportunidade de frequentar os bancos das escolas em idade adequada e os que a ela frequentarem, tenham as condições mínimas de nela permanecerem, e para tal, os recursos disponíveis devem dar conta, também, de aspectos correlatos com a educação, tais como a alimentação, o transporte e o fornecimento de insumos para a desenvolvimento das atividades pertinentes ao ato de estudar, como livros, cadernos, lápis, borracha etc.

Os recursos devem, também, ser suficientes minimamente para garantir que o espaço e o ato de estudar respeitem as diferenças existentes entre todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, sejam eles alunos ou profissionais dos sistemas de educação, diferenças estas quanto aos aspectos econômicos, de gênero, de orientação sexual, de raça e de etnia, em relação ao local onde se situa a escola, como um espaço rural ou urbano e da região dentro do território nacional, das necessidades diferenciadas que cada aluno precisa para ter a possibilidade de um pleno desenvolvimento de suas possibilidades.

O cálculo do Custo Aluno-Qualidade inicial estabeleceu, então a seguinte metodologia.

Custo com pessoal – referente ao custo das remunerações de todos os profissionais que atuam na escola, o que inclui o pagamento dos encargos patronais de 20% pagos pelo poder público correspondente, com detalhamento da função que exerce na estrutura – se docente de sala de aula, pessoal de secretaria, onde se incluem os diretores, os coordenadores, os responsáveis pela manutenção do prédio, bem como o pessoal que trabalha nas bibliotecas.

O ponto de partida para a fixação dos salários foi o Acordo Nacional de Valorização do Magistério da Educação Básica, assinado em 1994, no governo Itamar Franco, que fixava um piso salarial nacional de 300 reais por mês para uma jornada de 40 horas semanais de trabalho para professores com formação de nível médio (normal). Esse valor, com correção inflacionária, corresponde hoje a cerca de 1.000 reais. (CARREIRA e PINTO, 2007, p. 81).

Fixou-se o salário dos professores em jornada de 40 horas e a partir dele estabeleceu-se os salários dos demais profissionais, em função da natureza do trabalho, formação e o equivalente para jornadas menores.

*Estabeleceu-se, portanto, que todos os profissionais que atuam na escola e que possuem formação em nível técnico (incluindo os não-docentes) terão uma remuneração inicial de 1.000 reais por mês para uma jornada de 40 horas semanais. Fixou-se ainda uma segunda alternativa de jornada de 30 horas de trabalho semanais, com remuneração proporcional à redução da jornada. Para todos os profissionais que atuam na escola e que possuem nível superior, estabeleceu-se um adicional de 50% diante de seus colegas que possuem nível médio com habilitação técnica, e, para aqueles profissionais com formação apenas no ensino fundamental, fixou-se um salário correspondente a 70% do que recebem seus colegas com nível médio.
... Optou-se ainda por fixar adicionais de 30% para as funções de direção de escola, de 20% para aquelas de coordenação pedagógica e de 30% sobre o salário-base para os*

professores que atuam nas escolas situadas na zona rural, tendo em vista as dificuldades de acesso e o longo tempo gasto no percurso. (CARREIRA e PINTO, 2007, p. 81e 82).

Custo de bens e serviços – referente aos custos com serviços básicos das concessionárias de água, energia elétrica e água, com os custos de material de escritório e de limpeza, com os custos de material didático, recursos para o desenvolvimento de projetos específicos das escolas, recursos para a manutenção do prédio e para a manutenção e reposição dos equipamentos.

Assim, para os itens referentes a água/luz/telefone, material de escritório e material de limpeza, fixou-se um valor em reais por aluno-mês, considerando a etapa de ensino. Fixou-se ainda um patamar anual de 100 reais por aluno para a aquisição de material didático. Estão previstos também 100 reais por aluno-ano para que a escola possa desenvolver projetos de ação previstos em sua proposta pedagógica. Para a conservação predial, foi definido um índice percentual tendo por base o valor de construção do prédio da escola e a etapa de ensino atendida, fixando um índice de 2% para instituições de educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental e de 3% para as escolas que atendem as séries finais do ensino fundamental e do ensino médio, nas quais a conservação tende a ser mais dispendiosa. Por fim, estipulou-se um valor em reais por aluno-mês para a manutenção e a reposição dos equipamentos. (CARREIRA e PINTO, 2007, p. 85).

Custo da administração do sistema de ensino – custos referentes à supervisão das escolas por parte da administração do sistema de ensino, fixado em 5% do valor total do CAQi para cada etapa e modalidade de ensino da Educação Básica.

Custo de formação dos profissionais – referentes aos recursos necessários para a formação continuada de todos os profissionais que atuam na escola fixado em R\$ 500,00 em valores de 2005.

CAQi das Creches

Com a metodologia definida e os parâmetros estabelecidos os autores apresentam as planilhas do Custo Aluno-Qualidade inicial para cada etapa e modalidade da Educação Básica. Reproduziremos aqui apenas a planilha do CAQi das Creches, por ter ressonância com o trabalho por nós investigado.

Quadro 02 – Custo Aluno-Qualidade inicial das Creches – valores em R\$ de 2005

Insumos	Quantidade	Custo Unitário (R\$)	Custo Total (R\$)	Custo Aluno Ano (R\$)	% do Total
Custo no Âmbito da Creche					
Pessoal (professor)					
Professor com curso superior (30 horas)	3	1.125	44.989	375	9,1%
Professor com curso normal (30 horas)	17	750	169.958	1.416	34,2%
Subtotal			214.946	1.791	43,3%
Pessoal – Outros					
Direção	1	1.950	25.994	217	5,2%
Secretária	1	700	9.331	78	1,9%
Manutenção e infra-estrutura	2	700	18.662	156	3,8%
Coordenador Pedagógico	1	1.800	23.994	200	4,8%
Subtotal			77.981	650	15,7%
Bens e Serviços					
Água/luz/telefone (por mês)	12	1.200	14.400	120	2,9%
Material de Limpeza (por mês)	12	360	4.320	36	0,9%
Material pedagógico e brinquedos (por criança)	120	100	12.000	100	2,4%
Projeto de ações pedagógicas (por criança)	120	100	12.000	100	2,4%
Material de escritório (por mês)	12	180	2.160	18	0,4%
Conservação predial (por ano)	1	9.800	9.800	82	2,0%
Manutenção e reposição de equipamentos (por mês)	12	480	5.760	48	1,2%
Subtotal			60.440	504	12,2%
Alimentação					
Funcionários	2	700	18.662	156	3,8%
Alimentos (5 refeições/dia por criança)	120	1	24.000	200	4,8%
Subtotal			42.662	356	8,6%
Custo na Administração Central					
Formação profissional	27	500	13.500	113	2,7%
Encargos sociais (20% do Pessoal)	-	-	62.318	519	12,5%
Administração e supervisão (5%)	-	-	24.834	207	5,0%
Subtotal	-	-	100.652	839	20,3%
Total Pessoal+Encargos	-	-		-	75,3%
Total MDE	-	-		3.783	
Total Geral	-	-	496.681	4.139	100,0%
% do PIB <i>per capita</i> (2005)	-	-			39,3%

Fonte: CARREIRA, D. E Pinto, J.M.R. , 2007, p 90)

A proposta do valor do CAQi para as creches ficou em R\$ 4.139,00 para cada uma das crianças com idade escolar de 0 a 3 anos, valores estes para o ano de 2005.

Uma das reivindicações da Campanha Nacional pelo Direito à Educação era a vinculação dos recursos para a educação ao Produto Interno Bruto (PIB) e como consequência o valor do CAQi foi calculado, também, em função deste parâmetro, mais particularmente ao PIB *per capita* que para o ano de 2005 era de R\$ 10.520,00 e portanto o valor do CAQi para as creches correspondeu à 39,3% do PIB *per capita*.

1.3. Síntese das metodologias de cálculo dos Custos Educacionais e de Custo Aluno

O componente de custos com pessoal predomina em todos os estudos sobre custos educacionais, sendo que a análise mais detalhada quanto aos custos com pessoal docente e não docente, começa a ser relevante à partir dos estudos de XAVIER (1987).

Não é consenso entre as metodologias analisadas a adoção dos custos de capital, mais especificamente a inclusão de valores referentes à amortização de imóveis e de depreciação de materiais e equipamentos utilizados nas escolas, porém é um componente que tem bastante expressão em várias metodologias.

É relevante, também, a inclusão de materiais de consumo nas metodologias, havendo, porém pequenas diferenças nos itens que o compõe.

Quadro 03 – Componentes dos cálculos dos Custos Educacionais e de Custo-Alunos nas metodologias analisadas

Autor		Schultz	Hallak	Claudio de Moura Castro	Vitor Paro	Antonio Carlos Xavier	GT - do Fórum Permanente do Magistério	Nalú Farenzena - INEP	Robert E. Verhine - INEP	Denise Carreira e José Marcelino Resende Pinto
Ano da Publicação		1967	1969	1971	1982	1987	1995	2005	2006	2007
Abrangência		Sistema Educacional	Sistema Educacional		Rede Pública Estadual	Escolas Públicas	Escolas Públicas	Escolas Públicas	Escolas Públicas	Escolas Públicas
Localidade		USA, Israel, México e Venezuela	Alemanha, Argentina, Congo, Costa do Marfim e Nigéria	Guanabara	SP	RS, SC e PR	BR	BR	BR	BR
Nível/Etapa de Ensino		Todos	Todos	Nível Médio	1º e 2º graus	1º grau	EF	Educação Básica	Educação Básica	Educação Básica
Categorias de Custo										
Despesas de Capital	Instalações		X				X			
	Terreno		X		X			X	X	
	Prédio		X		X		X	X	X	
	Equipamento		X		X		X			X
	Permanente					X	X	X	X	X
Despesas Correntes	Pessoal	X	X		X			X	X	
	Pessoal Docente			X		X	X			X
	Pessoal Não Docente					X	X			X
	Consumo		X		X	X	X	X	X	X
	Amortização		X							
	Custo de Oportunidade		X		X					
	Formação									X
	Projeto da Escola									X
Despesas Sociais	Serviço Terceiros		X			X	X	X	X	X
	Alimentação/Merenda				X			X	X	X
Outras Relações	Assistência Odontológica				X					
	Salários Não Recebidos	X								
	Qualidade			X				X	X	X
	PIB	X								X

Encontramos nas metodologias de PARO, 1982, FARENZENA, 2005, VERHINE, 2006 e CARREIRA e PINTO, 2007, a inclusão de valores referentes à despesas sociais, como define Paro, como Alimentação dos alunos (PARO, FARENZENA, VERHINE e CARREIRA e PINTO), e Assistência Odontológica(PARO). Em outras metodologias, há a menção aos gastos que as famílias realizam para enviar e manter seus filhos nas escolas como o análogo às despesas sociais.

E por fim são nas metodologias mais recentes que encontramos parâmetros relacionados à qualidade de ensino.

Capítulo II – A Construção de Metodologia

Neste capítulo faremos a descrição da metodologia do cálculo do Gasto Aluno Efetivo discriminando cada uma das categorias de gastos indicando sua evolução até a composição final.

A decisão de adotarmos o conceito de Gasto Aluno e não o Custo Aluno se deu pelo entendimento de que o que estávamos “medindo” era o sacrifício financeiro⁵ que uma secretaria de educação destinou para a consolidação da política educacional e não o estabelecimento do custo como uma categoria a ser considerada na composição dos investimentos e recursos necessários à realização da ação educacional.

Os valores de cada item seja salário, bem ou serviço, foram obtidos dos bancos de dados das Secretarias de Educação e de outras secretarias como a de Administração e a de Finanças.

2.1 O início da construção

Entre os anos de 2010 e 2012 ocupei o cargo de Diretor de Suprimentos da Secretaria Municipal de Educação do Município de Suzano (SME) e nesta condição tinha como responsabilidade encaminhar todos os procedimentos administrativos financeiros para a consolidação da política educacional e desta forma suprir as necessidades das unidades escolares da rede municipal para a concretização das ações que definem a qualidade do ensino possível.

Uma das atribuições dizia respeito ao acompanhamento e controle da execução orçamentária pertinente a essa consolidação. Em outras palavras, tínhamos a incumbência de acompanhar as fontes, os montantes de recursos financeiros e sua utilização pela secretaria. Nesta condição tinha uma posição favorável ao acesso dos dados da execução orçamentária e financeira dos gastos da Secretaria Municipal de Educação.

⁵ Definições de Custo Aluno e Gasto Aluno do Relatório Final do projeto “Financiamento do Ensino Básico no Estado de São Paulo”. Carpintero, J.N., 1999.

Durante este período, uma das ações que se desenvolveu foi a organização do 1º Congresso Municipal de Educação de Suzano – Criança, Jovem e Adulto: diálogo de gerações em busca do direito à Educação de Qualidade, cujo principal objetivo foi a elaboração do Plano de Educação de Suzano, à luz da discussão nacional da elaboração do Plano Nacional de Educação, ambos para o período de 2011 a 2020. Dentre as temáticas discutidas durante as três etapas do congresso ficamos com a responsabilidade de estruturar as discussões e sistematizar o resultado do Eixo V – Financiamento da Educação e Controle Social.

Durante as discussões tivemos importantes presenças de acadêmicos estudiosos do tema que puderam contribuir para a formação dos presentes com seus pontos de vista na temática do Financiamento da Educação. Dentre os estudiosos destacamos a presença do Prof. Dr. José Marcelino de Resende Pinto da Universidade de São Paulo – Campus Ribeirão Preto e a do Prof. Dr. I-Juca Pirama Camargo Gil da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O documento final do Plano de Educação de Suzano estabelecia para este eixo a seguinte Diretriz: “Ampliar recursos públicos em educação garantindo o aumento dos percentuais vinculados ao fundo público municipal”(p. 10) e estabelecia como uma das Metas para o alcance desta Diretriz a seguinte: “Garantir transparência à elaboração, execução do orçamento público e aos processos de licitação em todas as esferas da administração pública, referentes à educação”(p. 11). Uma das estratégias para a construção desta meta dizia: “Definir e efetivar padrão de qualidade, tendo como parâmetro o 'custo aluno qualidade' por níveis, etapas e modalidades da educação básica, sob responsabilidade municipal”(p. 11).

A partir destas intenções iniciamos, na Diretoria de Suprimentos, independente da aprovação final da Lei do Plano de Educação de Suzano, um processo para a implantação de uma sistemática de informações que pudessem representar uma metodologia para o cálculo dos gastos realizados com cada um dos alunos que vínhamos praticando. O “batisamos” de Gasto Aluno Efetivo – GAE -

uma metodologia que permitisse aferir os gastos realizados por aluno ao longo de um ano letivo para cada uma das escolas. Os números a que chegássemos representaria, para cada etapa de ensino, o valor efetivamente praticado na consolidação daquela política educacional.

A decisão de tornar essa ação administrativo-financeira em projeto de pesquisa acadêmica tomou corpo ao nos depararmos com a dificuldade de organizar as informações da execução orçamentária tendo como foco a centralidade da Escola como Unidade de Gasto. Aliada a esta dificuldade encontramos na literatura poucos subsídios que expressassem o gasto efetivado. Na maior parte dela encontramos estudos de caso de Custo Aluno em escolas, ou redes de escolas, que apresentavam valores para escolas que reuniam condições para oferecer um padrão de qualidade, Farenzena (2005), ou mesmo a construção de escolas com padrões mínimos de qualidade em autores como Pinto (2005, 2006), Carreira e Pinto (2007), entre outros.

O enfoque deste trabalho não vem no sentido de estabelecer e consolidar uma metodologia de acompanhamento e de controle social dos gastos e possibilidade de indicar maior eficiência no gasto público ao estabelecer parâmetros do gasto aluno para cada etapa de ensino, mas sim de aprofundar o estabelecimento de uma metodologia para aferição do Gasto Aluno para as creches, aplicar a metodologia a três municípios e analisar os resultados obtidos à luz dos parâmetros do Custo Aluno-Qualidade inicial – CAQi, pois como observa Farenzena (2005) em estudo realizado pelo INEP em artigos que apresentam resultados de pesquisas descritivas e avaliativas do custo-aluno/ano e de aspectos referentes à organização e gestão escolar, envolvendo escolas públicas de Educação Básica em oito estados brasileiros, pouco se produziu sobre a temática.

*“Contudo, com esta inovação constitucional e **legal**⁶, surge uma grande necessidade de estudos de custos nas escolas de Educação Básica, em virtude da inexistência de estudos recentes, em especial, estudos que contemplem as diferentes regiões do país e os diversos níveis, etapas e modalidades de ensino”. (FARENZENA, 2005, p 13)(grifo nosso).*

⁶ Trata da introdução do princípio constitucional de um padrão mínimo de qualidade de ensino do artigo 75 da LDB.

O estudo do Gasto Aluno Efetivo das creches diretas da rede municipal pública de Suzano não apresentou qualquer recorte ou *ranqueamento* na escolha das escolas. Todas as creches foram incluídas, definindo, desta forma, o padrão de oferta de ensino efetivamente praticado naquele momento.

Observamos, nos vários estudos analisados na temática do custo aluno, que os valores são mais elevados para as idades menores, no caso das creches, e menores para as idades mais avançadas, pelo menos no âmbito da etapa da Educação Básica, não profissionalizante e não rural, implicando que um aumento na oferta de vagas para as creches representa um comprometimento mais elevado de recursos, se comparado a qualquer outra etapa de ensino, em função das características próprias desta faixa etária no contexto escolar, por conta de: menor número de alunos por sala de aula; quantidade de alunos por profissional mais reduzida que para outras etapas de ensino; o número e o tipo de alimentação etc, razão pela qual um instrumento de planejamento, como a metodologia de cálculo do gasto aluno, poderia subsidiar a análise para a tomada de decisão de expansão do atendimento, sem comprometer o padrão da qualidade oferecida ao ensino, além de poder contribuir, no campo acadêmico, para ampliar as discussões sobre metodologias de cálculo de gasto aluno, assegurando padrões mínimos de qualidade educacional para esta faixa etária.

2.2 Uma metodologia construída a várias mãos e mentes

O início das discussões sobre a construção de uma metodologia de Gasto Aluno Efetivo – GAE - se deu em junho de 2011 com um grupo de pessoas representantes de vários setores da Secretaria Municipal de Educação de Suzano.

A ideia que norteava a intenção de construção de tal metodologia com um grupo era a de que não se pensasse apenas como uma questão técnica, mas sim a sistematização de uma determinada

política educacional que tinha como uma de suas diretrizes⁷ a gestão democrática, que, para além de um conceito, era uma prática nas decisões da secretaria.

A equipe teve como “tarefa” inicial conhecer e estudar os estudos sobre a temática, com ênfase no livro de CARREIRA e PINTO, “Custo Aluno-Qualidade inicial: rumo à educação pública de qualidade no Brasil”. Teve também como tarefa estabelecer critérios para a escolha das escolas que iriam inicialmente ser analisadas e quais seriam as pessoas que iriam fazer um acompanhamento mais sistemático para cada uma das escolas escolhidas. Os critérios foram então utilizados para a escolha das escolas que iriam fazer parte da aplicação inicial da metodologia do GAE.

Os responsáveis pelo acompanhamento de cada escola tinham a função de levar para as escolas subsídios para a discussão dos itens que compunham o GAE e traziam para as reuniões da equipe as contribuições vindas de cada uma das escolas e dessa forma pudessem melhor classificar os tipos de gastos que ocorriam nas unidades.

Ao longo das reuniões foi-se apurando as informações que, necessariamente, deveriam estar presentes na composição do GAE.

Tais informações eram do tipo: (a) dados gerais da Unidade Escolar, como localização, número e destinação de salas etc.; (b) dados do atendimento aos alunos, por etapa de ensino; (c) dados da equipe de profissionais Docentes e Não Docentes da escola e (d) dados dos gastos das ações realizadas pelas escolas para a consolidação de seus projetos pedagógicos.

Os três primeiros itens eram de controle direto, tanto da SME, como da Unidade Escolar. Informações estas que já faziam parte do arcabouço de dados de uso cotidiano da prática educacional e obtê-los não representou qualquer dificuldade.

⁷ Diretrizes da Secretaria de Educação de Suzano que norteavam a política educacional: 1- Democratização da Gestão – Gestão Democrática; 2- Democratização do Acesso e da Permanência; 3- Qualidade Social; 4- Educação de Jovens e Adultos e; 5- Educação Inclusiva.

O mesmo aconteceu com parte das informações do último item - (d) – especialmente aos gastos com material de consumo, gastos com serviços prestados por terceiros, gastos com serviços prestados pelas concessionárias de água, de energia e de telefonia, pois o processamento para o pagamento de cada um destes itens era realizado pelo Setor de Compras da SME, porém o que constituiu a maior dificuldade na obtenção de dados foram os gastos com o pagamento da remuneração dos profissionais das escolas, pois este processamento era operacionalizado pela Secretaria Municipal de Administração (SMA) daquele município. Obtê-los requereu muita discussão entre os responsáveis das pastas envolvidas, com a anuência do prefeito municipal. Mesmo com toda esta interação não foi possível obter o desmembramento dos montantes pagos aos profissionais Docentes e aos profissionais Não Docentes de cada unidade escolar, pois o sistema gerencial gerava muita inconsistência nas informações fazendo com que optássemos por não desmembrá-las nestas duas subcategorias de gastos para este município.

Com a regularidade na obtenção das informações dos gastos de cada uma das escolas a equipe foi gradativamente estabelecendo as categorias de gastos e após algumas discussões consideramos, para efeito da metodologia, os gastos diretos e os indiretos para o funcionamento das escolas, entendendo: os **diretos** como aqueles que se referem à manutenção do ensino e reposição de equipamentos, vinculados diretamente à unidade escolar, e classificados em (a) gastos de pessoal das escolas, (b) os serviços oferecidos pelas concessionárias de água, energia e telefonia, (c) os gastos com material de consumo, (d) gastos com itens de acesso e permanência, que englobam as despesas com material (kit) e uniforme distribuídos diretamente aos alunos, alimentação e transporte oferecidos às crianças, (e) gastos com serviços terceirizados de limpeza e vigilância, (f) os gastos com as atividades dos projetos pedagógicos realizados em cada uma das creches e (g) os gastos com manutenção e reformas nas unidades escolares; e os **indiretos** como aqueles que foram realizados pelo sistema educacional como um todo para a gestão e desenvolvimento dos serviços

educacionais, que não na escola, classificados em (h) formação dos profissionais da educação e (i) gastos da administração da rede direta de ensino municipal.

Para os gastos diretos (a, b, c, d, e, f, e g) o valor do GAE foi obtido pela divisão entre a somatória dos valores gastos ao longo de um ano letivo (12 meses) para cada categoria de gasto e a média do número de alunos de cada creche ao longo do ano.

Para os gastos indiretos (h e i) o valor do GAE foi obtido pela divisão entre a somatória dos gastos, no período apurado, para cada categoria de gasto e o número total de alunos da rede pública municipal.

A somatória dos valores dos GAE de cada categoria compôs o Gasto Aluno Efetivo para cada uma das escolas.

Os valores de cada um dos itens de materiais de consumo e/ou serviços prestados foram obtidos dos processos licitatórios que geraram as suas compras e, portanto, preços que a secretaria de educação do município pagou ou se comprometeu a pagar pelo bem ou serviço. Em nenhum caso adotamos preços de varejo.

Esta forma de atribuir valores aos itens que compõem o Gasto Aluno nos pareceu mais adequada, pois indica o valor efetivamente praticado pela administração pública para aquele bem ou serviço.

Vale indicar que os preços dos bens ou produtos adquiridos pelo poder público são estabelecidos por procedimentos administrativos⁸ que respeitam preceitos legais⁹ e estão sujeitas a controles institucionais, tanto internos¹⁰ como externos¹¹.

⁸ A Lei Nº 8666/93 regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

⁹ A Lei Nº 8666/93, Art. 23, Inciso II - para compras e serviços ...: a) até R\$ 8.000,00 dispensa a licitação; b) convite - até R\$ 80.000,00; c) tomada de preços - até R\$ 650.000,00 e d) concorrência - acima de R\$ 650.000,00.

¹⁰ Na Educação: Conselho de Acompanhamento e Controle Social, (CACS) do Fundeb, Conselho da Alimentação Escolar (CAE) e Conselho do Transporte Escolar (CTE)

¹¹ No caso dos municípios em foco o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

É importante destacar que os preços praticados pelas secretarias de educação podem diferir dos preços de mercado, pois os representantes do mercado que se propõem vender para o “Estado” se sujeitam às determinações legais. E esses não são todo o mercado, mas sim uma parte dele. Entre estes, vence a licitação aquele que oferecer o menor preço para os bens ou serviços de mesma qualidade (em geral definida em edital).

Foi esta metodologia que adotamos para a análise do Gasto Aluno Efetivo nos três municípios que estarão detalhados no capítulo IV.

2.3 As escolas analisadas

O objeto desta pesquisa é o Gasto Aluno das escolas de Educação Infantil, mais especificamente daquelas que fazem o atendimento às crianças de 0 a 3 anos, pelos sistemas públicos municipais de administração direta – as chamadas Creches Diretas - efetivados nos três municípios em foco. Portanto, o recorte que fizemos diz respeito apenas à etapa e modalidade, porém inclui todas as Creches Diretas de cada uma das redes dos sistemas educacionais dos municípios estudados que oferecem esta etapa e esta modalidade de ensino. Estão excluídas deste estudo as creches mantidas por entidades assistenciais, conveniadas com as secretarias de educação para a prestação de serviços educacionais, mesmo que mantidas parcialmente com recursos públicos geridos pelas correspondentes secretarias de educação e, também, as creches particulares, mesmo aquelas que oferecem bolsas de estudos aos seus alunos em troca de incentivos fiscais municipais.

Excluímos deste estudo as escolas que oferecem outras etapas e modalidades de ensino na mesma unidade escolar, por entendermos que os arranjos de etapas mascaram os valores dos gastos, pois quisemos considerar a unidade escolar como “unidade de gastos”.

O quadro abaixo sintetiza o recorte da amostra das escolas situando-a no sistema educacional

Quadro 04 – Recorte da Amostra do Gasto Aluno Efetivo no Sistema Educacional

NÍVEL DE ENSINO	EDUCAÇÃO BÁSICA
ETAPA DE ENSINO	EDUCAÇÃO INFANTIL
MODALIDADE DE ENSINO	0 A 3 ANOS
SISTEMA EDUCACIONAL	PÚBLICO
ESFERA ADMINISTRATIVA	MUNICIPAL
ADMINISTRAÇÃO	DIRETA

2.4 As categorias de gastos

As categorias de gastos, então iniciadas em Suzano, foram definidas para a metodologia que adotamos para analisar os valores de Gasto Aluno das Creches nas redes públicas diretas dos três municípios deste estudo.

A seguir apresentamos as categorias de gastos, especificando as despesas que cada categoria contempla.

Quadro 05 – As Categorias de Gastos

CATEGORIAS DE GASTOS

- 1 Gastos com Pessoal
 - 1.a Gastos com Pessoal Docente
 - 1.b Gastos com Pessoal Não-Docente
- 2 Gastos com Concessionárias de Serviços Básicos
- 3 Gastos com Materiais de Consumo
- 4 Gastos com Itens de Acesso e Permanência
 - 4.a Gastos com Kits Escolares
 - 4.b Gastos com Alimentação Escolar
 - 4.c Gastos com Transporte Escolar
- 5 Gastos com Serviços Terceirizados
- 6 Gastos com Projetos das Escolas
- 7 Gastos com Manutenção e Reformas
- 8 Gastos com Formação dos Profissionais da Educação
- 9 Gastos com a Administração da Rede Direta de Ensino Municipal

Os valores obtidos por categoria de gasto expressam os desembolsos efetivamente realizados pelas secretarias de educação para o período de um ano letivo - 2012 para o município de Suzano e 2013

para os municípios de São Bernardo do Campo e de Araçoiaba da Serra. Obtivemos o valor do Gasto Aluno para cada categoria de gasto, dividindo esses montantes pela média do número de alunos durante este período. A somatória dos valores do Gasto Aluno de cada categoria compôs o valor final do Gasto Aluno.

A seguir a descrição dos grupos de despesas e os valores apurados.

2.4.1 Pessoal Docente e Não-Docente

Os valores para esta categoria de gasto representam o total das remunerações pagas aos profissionais, durante um ano, em cada unidade escolar incluindo os encargos sociais pagos pelos municípios, isto é, a somatória dos vencimentos e dos salários. Somados a estes todos os benefícios que cada trabalhador teve direito como vale alimentação, auxílio refeição, adicionais por tempo de serviço, gratificação por local de exercício, bem como o vale transporte, conforme a nomenclatura de cada secretaria.

Os profissionais que compõem o quadro de pessoal de cada unidade escolar são todos funcionários próprios das Secretarias de Educação, não constando nenhum prestador de serviço de empresas terceirizadas.

Classificamos os profissionais da Educação em função da atividade que realiza na unidade escolar em duas categorias: Profissionais Docentes e Profissionais Não Docentes.

2.4.1.a Pessoal Docente

Formam o grupo dos profissionais Docentes todos aqueles que têm função docente. Estão incluídos neste grupo os professores, os gestores escolares (diretor, dirigentes, coordenadores educacionais¹², professores de apoio à direção e professores respondendo pela direção), coordenadores pedagógicos, agentes de educação infantil, auxiliar de desenvolvimento infantil e

¹² No município de Suzano o cargo de Coordenador Educacional veio em substituição ao cargo de Diretor Escolar

auxiliar em educação que atuam na unidade escolar. Em cada município há denominações diferentes para cada uma destas funções docentes.

2.4.1.b Pessoal Não Docente

São todos os outros profissionais que atuam nas creches e se constituem de agentes escolares, auxiliares de atividades escolares, auxiliares de secretaria, secretários escolares, agentes de segurança escolar, ajudantes gerais, auxiliares administrativos, auxiliares de limpeza, cozinheiras ou merendeiras, monitores, oficiais de escola, professores readaptados, zeladores, agentes administrativos, agentes de manutenção, assistentes administrativos, auxiliares de serviços e estagiários. O mesmo verificamos em relação às diferentes denominações dos profissionais Não Docentes entre os municípios.

2.4.2 Concessionárias de Serviços Básicos

Neste grupo de despesas foram organizados os valores de cada um dos serviços de fornecimento de energia elétrica, de água e de telefonia de cada unidade escolar, ao longo do ano, obtidos das notas fiscais/faturas de cada uma das concessionárias.

2.4.3 Materiais de Consumo

Os itens que compuseram esta categoria de gastos foram: material de limpeza; material de higiene; material de papelaria; material de informática; material de escritório ou de secretaria e outros tipos de materiais.

Nossa intenção inicial era a de obter os valores por tipo de material, porém à medida que fomos obtendo os dados, verificamos que a forma com que estes materiais são cadastrados nos sistemas de controle das secretarias não permitia que o agrupamento por tipo pudesse ser comparado entre os municípios estudados, portanto optamos por apresentar o valor total dos gastos com estes tipos de material em um único agrupamento.

2.4.4 Acesso e Permanência

Nesta categoria de gastos foram agrupadas todas as despesas que as secretarias realizaram com itens que foram distribuídos ou implicados diretamente a cada um dos alunos de suas redes. Itens estes que representam políticas de garantias para que o aluno não só tenha acesso à escola como também nela permaneça. Nossa classificação incluiu os itens de (a) kits escolares e de higiene pessoal distribuídos a cada aluno, os kits coletivos para o grupo classe e os kits distribuídos aos professores de cada unidade escolar. Incluiu, também, os (b) gastos com os alimentos e com os serviços terceirizados para a confecção e distribuição da alimentação escolar e por fim inclui (c) os gastos realizados com o transporte escolar dos alunos e dos profissionais das escolas quando houve.

2.4.4.a Kits Escolares

Para o estabelecimento do Gasto Aluno referente aos kits escolares multiplicamos o valor de cada kit (individual e coletivo) pelo número de alunos de cada etapa/modalidade de ensino e a somatória destes valores foi dividida pelo número total de alunos daquela unidade. O valor do kit do professor, quando houve, ficou definido pelo número de professores de cada unidade escolar e, então, o valor da soma dos kits foi dividido pelo total de alunos daquela escola.

2.4.4.b Alimentação Escolar

Os valores obtidos para o cálculo do Gasto Aluno com alimentação incluem os gastos com os produtos estocáveis, com os produtos de hortifrúti, com o fornecimento de gás enviado para as escolas e com o serviço terceirizado das merendeiras de cada escola, quando houve. Estes valores foram, então, somados e o resultado foi dividido pelo total de alunos daquela unidade e não pelo número de alunos que se alimentou na escola.

2.4.4.c Transporte Escolar

Os valores gastos com o transporte dos alunos e profissionais da educação foram organizados nos seguintes itens: gastos com o transporte regular dos alunos, gastos com os passes escolares, gastos com as viagens pedagógicas, gastos com o transporte de cadeirantes e gastos com o transporte dos profissionais da educação quando houve.

O valor total foi dividido pelo número médio de alunos de cada unidade escolar, matriculados no período e não apenas pelo número de alunos que utilizou o transporte escolar, das unidades que tiveram este tipo de serviço.

As creches que não apresentaram gastos com transporte escolar não foram contabilizadas.

2.4.5 Serviços Terceirizados

Neste grupo de despesas foram agrupados os gastos com os serviços prestados por terceiros para a limpeza das escolas, a limpeza das caixas d'água, para o controle de pragas, para a segurança patrimonial e para o monitoramento dos sistemas de alarme das unidades escolares.

Uma vez prestado o serviço, o valor foi computado para aquela escola. Os valores foram obtidos dos processos licitatórios para cada tipo de serviço pelo fato de serem compras centralizadas pelas secretarias.

2.4.6 Projetos das Escolas

Neste grupo foram lançados todos os valores repassados às Associações de Pais e Mestres (APM) das escolas da rede de ensino municipal ou para os gestores da unidade, em forma de adiantamento¹³, durante o período de estudo, para o desenvolvimento dos seus projetos. Não

¹³ Regime de adiantamento – modalidade de repasse de recursos públicos a funcionário público para pequenas compras de pronto pagamento que não sejam previstas nos procedimentos normais de licitação, assim entendidas aquelas de valor não superior a 5% (cinco por cento) do limite estabelecido no art. 23, inciso II, alínea "a" da lei nº 8.666/93, ou seja, no valor máximo de R\$ 4.000,00.

foram analisados os saldos financeiros de cada uma das APMs, como também não foram analisadas as prestações de contas para os referidos repasses, por entendermos que os eventuais saldos ou devoluções de recursos quando existir, pois em alguns lugares eles podem ser remanejados por um período de até 3 meses e são, em geral, de pequena monta e em pouco impactaria o valor para este item de despesa.

Para o estabelecimento do Gasto Aluno com os projetos não se contabilizou a utilização de recursos provenientes de outra fonte de financiamento, externa aos recursos repassados pela municipalidade, como por exemplo, o Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE¹⁴, nem os recursos que as APMs arrecadaram por seus próprios meios.

2.4.7 Manutenção e Reformas

Este grupo de despesas reúne os valores que foram gastos com a manutenção física das unidades escolares realizada por empresa terceirizada.

Optamos por representar essas despesas nesta categoria de despesa e não na de serviços terceirizados em função da natureza dos serviços, pois apesar de a manutenção ser constante para a rede de escolas, as necessidades de cada escola são diferentes, sendo que algumas, mais novas, demandam menos esses serviços, enquanto outras têm maiores necessidades.

2.4.8 Formação dos Profissionais da Educação

Os valores deste grupo de despesas informam os gastos que as secretarias realizaram com a formação de seus profissionais ao longo de um ano.

Como a formação, a nosso ver, tem por objetivo final a melhor qualificação dos profissionais da educação e como consequência a melhoria dos serviços por eles oferecidos aos alunos da rede, optamos por dividir o valor total dos gastos com formação pelo número total de alunos em cada

¹⁴ Programa do Governo Federal que repassa recursos para as APMs das escolas públicas uma vez ao ano, em correspondência ao número de alunos da Unidade Escolar informado no Censo Escolar do ano imediatamente anterior ao ano do repasse.

uma das três redes analisadas, pelo fato de os profissionais da educação poderem se remanejar de uma escola para outra, disseminando, desta forma, a formação que receberam.

2.4.9 Administração das Redes Diretas de Ensino Municipal

Para a consolidação dos serviços educacionais as secretarias de educação contam com uma infraestrutura de pessoas e de serviços que demandam a destinação de recursos para a sua manutenção, portanto os valores expressos neste grupo de despesa representam a somatória dos gastos que o sistema educacional de cada município realizou, para que as escolas prestassem seus serviços de atendimento educacional aos alunos.

Estão incluídos neste grupo de despesas: os gastos com pessoal dos diversos setores administrativos de cada uma das secretarias dos municípios estudados, que incluem os secretários municipais, diretores de departamentos, chefes de divisões, secretarias, pessoal de manutenção de equipamentos, pessoal de serviços de reprografia, técnicos de informática, motoristas do sistema de transporte; os gastos com a formação destes profissionais; os gastos com serviços das concessionárias de serviços básicos; gastos com combustível das frotas dos veículos das secretarias de educação em foco; gastos com serviços terceirizados de segurança patrimonial, de limpeza e de locação de veículos; gastos com manutenção e reformas realizados nos prédios das administrações centrais e setoriais, como almoxarifados e de apoio às atividades educacionais que não as escolas; gastos com as locações de imóveis quando houve; gastos com materiais de consumo o que inclui itens de alimentação como café, açúcar, chá, gás etc.

Como uma parte das ações de setores das secretarias tem vinculação com a rede privada de ensino, mais especificamente às entidades conveniadas para a prestação de serviços educacionais, adotamos o critério de proporcionalidade entre o número de alunos das redes diretas e o número de alunos das redes conveniadas para definir o valor dos gastos que comporiam o Gasto Aluno das redes diretas.

A somatória de todos os gastos foi, então, dividida proporcionalmente entre o total de alunos atendido pela rede direta e o total de alunos atendidos pela rede conveniada do sistema educacional de responsabilidade de cada município.

O valor do Gasto Aluno Efetivo - Administração foi obtido pela divisão da parte proporcional da rede direta pelo número médio de alunos da rede direta.

2.5 Gasto Aluno Efetivo Creche

O valor do Gasto Aluno Efetivo - Creche foi obtido pela somatória dos valores de cada categoria de gasto realizado no período de um ano para cada sistema educacional dos municípios estudados conforme a fórmula abaixo.

$$GAE_{Creche} = \sum_{i=1}^n GAE_i$$

Onde

i ➡ indicação da categoria de gasto

n ➡ número de categorias de gasto e

GAE_i ➡ valor do Gasto Aluno Efetivo para cada uma destas categorias

Capítulo III – Perfil das três cidades

Pretendemos, neste capítulo, descrever os principais indicadores socioeconômicos e educacionais dos três municípios - Suzano, São Bernardo do Campo e Araçoiaba da Serra – cujas creches estão sendo analisadas quanto aos valores do Gasto Aluno Efetivo por ano - GAE – Creche - para podermos fazer uma análise mais aprofundada, no capítulo V, quando compararemos os valores do GAE - Creche detalhados no Capítulo IV.

Por se tratarem de três municípios paulistas faremos, para cada indicador, uma comparação com o Estado de São Paulo, para melhor situar para o leitor os conceitos do que aqui estamos tratando por grande, médio e pequeno município.

3.1 População

Segundo o CENSO de 2010, o Estado de São Paulo é constituído por 645 municípios, sendo que o mais populoso é o município de São Paulo, com 11.244.369 habitantes e o município com a menor população, com 805 habitante chama-se Borá, localizado à 424 km a noroeste do Estado.

Mapa 01 - Localização dos três municípios no Estado de São Paulo

O município de São Bernardo do Campo é o mais populoso e o mais urbanizado dentre os três. Está localizado na região metropolitana da Grande São Paulo, distante aproximadamente 20 km a sudeste do centro da capital, possui uma população de 780.735¹⁵ habitantes e uma densidade populacional de 1.906,65 habitantes por metro quadrado, o que representa uma taxa de urbanização de 98,35%.

O município de Suzano está localizado, também na região metropolitana da Grande São Paulo, à aproximadamente 32 km a leste do marco zero da capital paulista – Praça da Sé –, possui uma população de 270.887 e registra uma densidade populacional de 1.313,71 habitantes por metro quadrado, o que representa 96,48% de urbanização. Situação bastante próxima à de São Bernardo do Campo.

O município de Araçoiaba da Serra está localizado a aproximadamente 100 km à oeste da capital paulista, registrando uma população de 28.804 habitantes com uma densidade demográfica de 112,77 habitantes por metro quadrado. O grau de urbanização do município é o menor deles, representando 68,71% para este indicador.

Quadro 06 - População, densidade e taxa de urbanização - 2013

Localidade	Área (km ²)	População (habitantes)	Densidade Demográfica (habitantes/km ²)	Grau de Urbanização (em %)
Estado de São Paulo	248.223,21	42.304.694	170,43	96,14
Araçoiaba da Serra	255,43	28.804	112,77	68,73
São Bernardo do Campo	409,48	780.735	1.906,65	98,35
Suzano	206,20	270.887	1.313,71	96,48

Fonte: Fundação SEADE elaborada pelo autor

Comparados aos demais municípios do Estado de São Paulo, o município de São Bernardo do Campo é o quarto município mais populoso, com 1,85% da população do estado; o município de Suzano é o vigésimo quinto, concentrando 0,64% do total dos habitantes do estado; enquanto o

¹⁵ Os dados populacionais dos três municípios foram obtidos junto à Fundação SEADE para o ano de 2013.

município de Araçoiaba da Serra ocupa a 199ª posição em relação ao número de habitantes, abrigando 0,07% do total de habitantes paulistas.

Quadro 07 - Posição do município em relação à população do Estado de São Paulo

Localidade	Posição quanto à população	Participação populacional (%)
Araçoiaba da Serra	199	0,07
São Bernardo do Campo	4	1,85
Suzano	25	0,64

Elaborada pelo autor a partir dos dados da Fundação SEADE

3.2 Produto e Renda

3.2.1 - Produto

Os três municípios apresentam diferenças em relação à composição de seus produtos. O indicador do Valor Adicionado¹⁶ mostra que os três municípios tem a maior parcela do valor total no setor dos serviços, com uma pequena variação percentual entre eles. Esse indicador para o Estado de São Paulo é maior do que os três municípios em tela, mostrando que o setor de serviços tem uma grande hegemonia na produção de riqueza deste estado, com uma participação de 73,12% do total. (vide Quadro 08)

O município de Araçoiaba da Serra tem o maior percentual de participação do Valor Adicionado dos Serviços com 68,85%, seguido do município de São Bernardo do Campo, com 63,53%, enquanto o município de Suzano apresenta o menor índice de participação do Valor Adicionado dos Serviços, com 58,55%.

¹⁶ Valor econômico adicionado ou simplesmente valor adicionado ou, ainda, valor agregado é uma noção que permite medir o valor criado por um agente econômico. Em finanças públicas é o total obtido na soma das contas que representam um determinado setor. O mesmo que Valor Agregado. Definição obtida do Dicionário de Economia do século XXI. (SANDRONI, 2010, p. 873)

Situação inversa quando se analisa o Valor Adicionado na Indústria. Para este indicador, o município de Suzano apresenta a maior participação, com 41% do Valor Adicionado Total, o município de São Bernardo do Campo ocupa a posição intermediária com 36,46%, enquanto o município de Araçoiaba da Serra apresenta apenas 31,95% para o Valor Adicionado na Indústria.

Quadro 08 – Valor Adicionado dos Setores, em milhões de R\$ correntes de 2012

Localidade	Valor Adicionado dos Serviços	%	Valor Adicionado da Agropecuária	%	Valor Adicionado na Indústria	%	Valor Adicionado Total
Estado de São Paulo	844.706,94	73,12%	21.841,82	1,89%	288.624,35	24,99%	1.155.173,11
Araçoiaba da Serra	302,85	65,85%	10,09	2,19%	146,96	31,95%	459,90
São Bernardo do Campo	17.299,28	63,53%	4,41	0,02%	9.928,13	36,46%	27.231,83
Suzano	2.843,40	58,55%	21,75	0,45%	1.991,39	41,00%	4.856,53

Elaborada pelo autor a partir dos dados da Fundação SEADE

Quando desagregamos o Valor Adicionado dos Serviços, apontando os valores referentes à Valor Adicionado da Administração Pública, percebemos que o município de Araçoiaba da Serra apresenta o mais alto percentual, com 22,59%, com o município de Suzano vindo logo em seguida com 21,74%, indicando que o poder público tem um peso bastante significativo na renda desses municípios. O município de São Bernardo do Campo registra uma participação de 12,18% para o Valor Adicionado da Administração Pública, valor este bem próximo do índice do Estado de São Paulo – 12,99%, como mostra o Quadro 09.

Quadro 09 - Valor Adicionado da Administração Pública, em milhões de R\$ correntes de 2012

Localidade	Valor Adicionado da Administração Pública	Valor Adicionado dos Serviços	%
Estado de São Paulo	109.740,25	844.706,94	12,99%
Araçoiaba da Serra	68,42	302,85	22,59%
São Bernardo do Campo	2.106,57	17.299,28	12,18%
Suzano	618,05	2.843,40	21,74%

Elaborada pelo autor a partir dos dados da Fundação SEADE

3.2.2 – Renda

Quanto ao total da renda gerada nos municípios verifica-se que o de São Bernardo do Campo é o que tem o maior valor do Produto Interno Bruto – PIB, com um montante de 34.185,28 milhões de reais, e também do Produto Interno Bruto per capita, com a marca de R\$ 44.085,69 por habitante. Somente este município responde por 2,43% do total do PIB do Estado de São Paulo.

O município de Suzano ocupa a segunda posição, entre os três aqui analisados, com um valor do PIB de 5.681,81 milhões de reais e um valor de PIB *per capita* de R\$ 21.204,51.

Araçoiaba da Serra apresenta valores bem mais modestos para o PIB, com um total de R\$ 510.970.000,00 e um PIB *per capita* de R\$ 18.075,81.

Em relação ao PIB *per capita*, o município de São Bernardo do Campo registra mais que o dobro do que o município de Suzano e algo em torno de duas vezes e meia mais do que o de Araçoiaba da Serra. O Quadro 10 concentra os valores do PIB e do PIB *per capita* dos três municípios e o do estado de São Paulo.

Quadro 10 - Produto Interno Bruto Total e per Capita – 2012

Localidade	PIB (em milhões de reais correntes)	PIB per Capita (em reais correntes)	Participação no PIB do Estado (em %)
Estado de São Paulo	1.408.903,87	33.593,32	100,00
Araçoiaba da Serra	510,97	18.075,81	0,04
São Bernardo do Campo	34.185,28	44.085,69	2,43
Suzano	5.681,81	21.204,51	0,40

Elaborada pelo autor a partir dos dados da Fundação SEADE

3.3 Condições de Vida

3.3.1 Desenvolvimento Humano

Outro indicador que é amplamente analisado é o Índice de Desenvolvimento Humano, desenvolvido pela ONU e largamente utilizado tanto para indicar a evolução dos aspectos contidos no indicador, como para comparar e ranquear cidades, estados e países.

Para os três municípios aqui analisados, o de São Bernardo do Campo é o que registra o maior índice para o ano de 2010, com a marca de 0,805, melhor, inclusive que o do Estado de São Paulo (0,783). No ranking estadual, ocupa a 14ª posição. O município de Araçoiaba da Serra vem em segundo lugar com o valor de 0,776 e o de Suzano é a pior colocação dos três com 0,765, que representam as posições de número 89 e 141 respectivamente no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano para os municípios do Estado de São Paulo, para o ano de 2010, conforme Quadro 11.

Quadro 11 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal em 2010

Localidade	IDHM	Posição no Ranking Estadual
São Bernardo do Campo	0,805	14
Araçoiaba da Serra	0,776	89
Suzano	0,765	141

Elaborada pelo autor a partir dos dados da Fundação SEADE

Ao analisarmos a evolução deste indicador para as três décadas, verificamos que o município de Araçoiaba da Serra é o que tem o melhor aproveitamento, indo da 327ª posição em 1991 para a 89ª em 2010 no ranking estadual, como registra o Quadro 12, enquanto o município de São Bernardo do Campo teve sua posição rebaixada da 3ª em 1991 para a 14ª em 2010, apesar de ainda conservar a melhor posição entre os três municípios analisados. O Município de Suzano teve, também, uma melhora na posição do ranking entre 1991 e 2010, indo da 180ª posição para a 141ª, apesar de ter registrado uma queda no indicador no ano de 2000, passando para a 232ª posição.

Quadro 12 – Evolução do IDHM e posição no Ranking estadual para os anos de 1991, 2000 e 2010

Localidade	1991		2000		2010	
	IDHM	Posição no Ranking Estadual	IDHM	Posição no Ranking Estadual	IDHM	Posição no Ranking Estadual
Araçoiaba da Serra	0,494	327	0,658	254	0,776	89
São Bernardo do Campo	0,642	3	0,74	13	0,805	14
Suzano	0,529	180	0,662	232	0,765	141

Elaborada pelo autor a partir dos dados da Fundação SEADE

O indicador do Desenvolvimento Humano analisa três dimensões bem específicas para a sua composição final: (1) Longevidade, que analisa o aumento da expectativa de vida; (2) Renda, onde leva em consideração o aumento da renda dos indivíduos e; (3) Educação, quando analisa o aumento do nível de escolarização da população daquele município.

Em relação a esta última dimensão, o Quadro 13 mostra que o município de São Bernardo do Campo é o que apresenta a melhor posição do ranking estadual, ocupando a posição de número 32, com o índice de 0,752. Os municípios de Araçoiaba da Serra e de Suzano apresentam o mesmo índice para a Educação, 0,723, registrando posições entre as de número 107 e 111, pois cinco municípios apresentam o mesmo valor para o IDHM Educação.

Quadro 13 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Educação em 2010

Localidade	IDHM Educação	Posição no Ranking Estadual
São Bernardo do Campo	0,752	32
Araçoiaba da Serra	0,723	Entre 107 e 111
Suzano	0,723	Entre 107 e 111

Elaborada pelo autor a partir dos dados da Fundação SEADE

A evolução deste indicador nos três censos realizados (1991, 2000 e 2010) mostra que os municípios de Araçoiaba da Serra e o de Suzano tiveram suas posições melhoradas a cada medição, sendo a melhor evolução a de Araçoiaba da Serra indo da 379ª posição no ranking dos

municípios do Estado de São Paulo para a faixa de posição entre 107 e 111, ganhando algo em torno de 270 posições neste ranking. O município de Suzano ganhou, no mesmo período, aproximadamente 95 posições. Na contramão destes dois municípios, o de São Bernardo do Campo perdeu 28 posições, indo da 4ª posição para a 32ª posição entre os anos de 1991 e 2010, no ranking estadual, apontados no Quadro 14.

Quadro 14 - Evolução do IDHM-Educação e posição no Ranking estadual para os anos de 1991, 2000 e 2010

Localidade	1991		2000		2010	
	IDHM Educação	Posição no Ranking Estadual	IDHM Educação	Posição no Ranking Estadual	IDHM Educação	Posição no Ranking Estadual
Araçoiaba da Serra	0,259	379	0,51	333	0,723	Entre 107 e 111
São Bernardo do Campo	0,47	4	0,651	13	0,752	32
Suzano	0,309	202	0,557	183	0,723	Entre 107 e 111

Elaborada pelo autor a partir dos dados da Fundação SEADE

3.3.2 Índice Paulista de Responsabilidade Social

Por se tratarem de três municípios paulistas, é possível analisarmos as condições de vida, também pelo Índice Paulista de Responsabilidade Social (ANEXO), criado pela Fundação SEADE e Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), em 2000, para subsidiar os gestores municipais com informações para a formulação de políticas públicas para os municípios do estado, indicador este que, além de preservar as dimensões que compõem o Índice de Desenvolvimento Humano, acresce outras três especificidades.

“A primeira, e mais importante, consistiu na elaboração de uma tipologia de municípios que permitisse identificar, simultaneamente, o padrão de desenvolvimento nas três dimensões consideradas: renda, escolaridade e longevidade. Esse tipo de indicador, apesar de não ser passível de ordenação, permite maior detalhamento das condições de vida existentes no município, fundamental para o desenho de políticas públicas específicas. Em segundo lugar, incluíram-se, na medida do possível, variáveis capazes de apreender mudanças nas condições de vida do município em períodos mais curtos que os dez anos que separam os censos demográficos, fonte de informações do IDH municipal. E, em terceiro, foram adotados como base de informações, prioritariamente, os registros administrativos que satisfizessem as condições de qualidade, periodicidade e cobertura, necessárias à produção de um indicador passível de atualização nos anos entre os censos demográficos e com a cobertura de todos os municípios do Estado.” (<http://www.iprsipvs.seade.gov.br/view/pdf/iprs/estado.pdf>, p. 11 – 15, acessado em 25/04/2015)

Os municípios de São Bernardo do Campo e de Suzano estão classificados como de alta riqueza – Grupos 1 e 2¹⁷ -, enquanto Araçoiaba da Serra é classificado como de baixa riqueza – Grupo 3.

São Bernardo do Campo tem o maior desempenho¹⁸ nos três indicadores que compõem o Índice Paulista de Responsabilidade Social entre os municípios aqui analisados e Araçoiaba é o que tem o menor desempenho.

Apesar de o município de Araçoiaba da Serra estar classificado como pertencente ao Grupo 3, apresenta melhor desempenho nas dimensões Longevidade e Escolaridade do que o município de Suzano. O Quadro 15 detalha os valores do Índice Paulista de Responsabilidade Social em 2010.

Quadro 15 - Índice Paulista de Responsabilidade Social - 2010

Localidade	IPRS	IPRS – Riqueza	IPRS – Longevidade	IPRS – Escolaridade
Estado de São Paulo	-	45	69	48
Araçoiaba da Serra	Grupo 3	31	66	50
São Bernardo do Campo	Grupo 1	52	72	54
Suzano	Grupo 2	42	61	43

Elaborada pelo autor a partir dos dados da Fundação SEADE

3.4 Educação

Passamos agora a apresentar e analisar os principais indicadores do perfil educacional em relação ao atendimento das redes públicas e também no montante dos principais recursos que os sistemas municipais de ensino dos três municípios registraram nos anos de análise dos dados do Gasto Aluno Ano, ou seja, Suzano em 2012 e Araçoiaba da Serra e São Bernardo do Campo em 2013.

¹⁷ Grupo 1 - Municípios com nível elevado de riqueza e bons níveis nos indicadores sociais.

Grupo 2 - Municípios que, embora com níveis de riqueza elevados, não exibem bons indicadores sociais.

Grupo 3 - Municípios com nível de riqueza baixo, mas com bons indicadores nas demais dimensões.

¹⁸ Quanto mais próximo de 100, melhor é o indicador.

3.4.1 O atendimento nos sistemas públicos

O Censo Escolar do ano de 2012 mostra que no município de Suzano foram matriculados no sistema público de ensino 67.784 alunos nas duas esferas de dependência administrativa (estadual e municipal) e nas três etapas de ensino da educação básica.

Apenas no sistema público municipal o total de matrículas, no ano de 2012, foi de 22.597 alunos, sendo 9.205 alunos matriculados na Educação Infantil e 13.392 no Ensino Fundamental que inclui 826 alunos da Educação de Jovens e Adultos.

No sistema público estadual, o total de matrículas na Educação Básica foi de 45.187 alunos, sendo 28.693 no Ensino Fundamental e 16.494 alunos matriculados no Ensino Médio, no ano de 2012, conforme podemos verificar no quadro 16.

Para o ano de 2013 o Censo Escolar registrou um total de 6.339 alunos matriculados no sistema público de ensino da Educação Básica para o município de Araçoiaba da Serra. Deste total, 5.047 matrículas foram no sistema municipal de ensino, sendo 1.213 alunos matriculados na Educação Infantil e 3.834 alunos no Ensino Fundamental. As 1.292 matrículas restantes foram registradas no Ensino Médio do sistema público estadual.

As matrículas da Educação Básica nos sistemas públicos de ensino do município de São Bernardo do Campo totalizaram 148.867 alunos, sendo 76.322 alunos matriculados no sistema público estadual e 72.545 alunos matriculados no sistema público municipal. Neste sistema foram matriculados 29.245 alunos na Educação Infantil, 43.300 no Ensino Fundamental, sendo 3.275 destas matrículas na Educação de Jovens e Adultos.

O sistema público estadual registrou a seguinte distribuição das matrículas da Educação Básica: 42.162 no Ensino Fundamental, com 512 na Educação de Jovens e Adultos e 34.160 no Ensino Médio, com 3.212 na Educação de Jovens e Adultos, como mostra o Quadro 15.

Quadro 16 - Número de matrículas iniciais na Educação Básica para Suzano para o ano de 2012

Unidades da Federação Municípios Dependência Administrativa	Matrícula inicial														TOTAL
	Ensino Regular										EJA				
	Educação Infantil				Ensino Fundamental				Médio		EJA Presencial				
	Creche		Pré- escola		Anos Iniciais		Anos Finais				Fundamental		Médio		
	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	
Estadual Urbana	-	-	-	-	7.942	-	19.335	-	14.908	40	955	-	1.392	-	44.572
Estadual Rural	-	-	-	-	187	-	274	-	154	-	-	-	-	-	615
Municipal Urbana	1.027	1.465	6.326	-	11.059	1.119	-	-	-	-	812	-	-	-	21.808
Municipal Rural	13	105	269	-	388	-	-	-	-	-	14	-	-	-	789
Estadual e Municipal	1.040	1.570	6.595	-	19.576	1.119	19.609	-	15.062	40	1.781	-	1.392	-	67.784
Fonte: INEP															

Fonte: INEP

Quadro 17 - Número de matrículas iniciais na Educação Básica para Araçoiaba da Serra e São Bernardo do Campo para o ano de 2013

Unidades da Federação Municípios Dependência Administrativa	Matrícula inicial														TOTAL
	Ensino Regular										EJA				
	Educação Infantil				Ensino Fundamental				Médio		EJA Presencial				
	Creche		Pré- escola		Anos Iniciais		Anos Finais				Fundamental		Médio		
	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	
ARACOIABA DA SERRA															
Estadual Urbana	-	-	-	-	-	-	-	-	1.292	-	-	-	-	-	1.292
Estadual Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Municipal Urbana	131	383	575	124	1.930	39	1.865	-	-	-	-	-	-	-	5.047
Municipal Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estadual e Municipal	131	383	575	124	1.930	39	1.865	-	1.292	-	-	-	-	-	6.339
SAO BERNARDO DO CAMPO															
Estadual Urbana	-	-	-	-	4	-	40.437	1.206	30.755	193	515	-	3.212	-	76.322
Estadual Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Municipal Urbana	6.249	5.662	16.857	-	35.620	3.621	-	-	-	-	3.204	-	-	-	71.213
Municipal Rural	146	-	331	-	671	113	-	-	-	-	71	-	-	-	1.332
Estadual e Municipal	6.395	5.662	17.188	-	36.295	3.734	40.437	1.206	30.755	193	3.790	-	3.212	-	148.867

Fonte: INEP

Vale lembrar que das etapas da Educação Básica, desde 2009 é obrigatória a matrícula de alunos com idades inferiores a 6 anos e os sistemas de ensino terão até o ano de 2016 para se adequarem a isso o que fará com que o atendimento se estenda para as idades de 4 e 5 anos, no extremo inferior das idades, o que fez com que muitos municípios já iniciassem a ampliação do atendimento para esta faixa etária. Porém a faixa de 0 a 3 anos é a que, ainda, apresenta um dos menores índices de matrículas nas redes de ensino público. Para o município de Suzano, no ano de 2012, este percentual de atendimento representou 16,5% do total de crianças desta faixa etária, conforme Quadro 18.

Quadro 18 - População em idade escolar de 0 a 3 anos e matrículas em creches para o Município de Suzano – 2012

Localidade	População em Idade Escolar de 0 a 3 Anos*	Número de Matrículas em Creche no Município**	Percentual de Atendimento das Creches
Suzano	15.805	2.610	16,5%

Fontes: * Fundação SEADE - 2012

** Censo Escolar 2012

Para o ano de 2013 o percentual de atendimento aos alunos das creches foi de 32,3% para o município de Araçoiaba da Serra e de 29,0% para o de São Bernardo do Campo.

Quadro 19 - População em idade escolar de 0 a 3 anos e matrículas em creches para os Municípios de Araçoiaba da Serra e São Bernardo do Campo – 2013

Localidade	População em Idade Escolar de 0 a 3 Anos*	Número de Matrículas em Creche no Município**	Percentual de Atendimento das Creches
Araçoiaba da Serra	1.591	514	32,3%
São Bernardo do Campo	41.595	12.057	29,0%

Fontes: * Fundação SEADE - 2013

** Censo Escolar 2013

3.4.2 Os recursos públicos utilizados em Educação

Pretendemos neste tópico apresentar o montante de recursos que os sistemas de ensino municipais dos municípios em tela utilizaram nos respectivos anos de análise dos dados do Gasto Aluno Ano com a intenção de elucidar sobre o financiamento da Educação à que os municípios são sujeitos e,

em particular, estabelecer os parâmetros dos recursos e suas fontes para a concretização dos planos e metas de cada um dos três municípios.

3.4.2.1 O financiamento da Educação

Já há longa data que a Educação no Brasil tem recursos vinculados constitucionalmente nos orçamentos públicos. A vinculação que está em vigor hoje, ancorado na Constituição Federal de 1988, estabelece que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinem, no mínimo 25% dos seus recursos arrecadados em impostos ou recebidos como transferência para o financiamento da Manutenção e Desenvolvimento da Educação das suas respectivas redes de ensino. No mesmo artigo da CF lê-se que a União destinará não menos de 18% para o mesmo fim.

A Lei de Responsabilidade Fiscal¹⁹, de 2000, criminalizou os gestores públicos que não observassem a aplicação mínimas dos percentuais dos impostos na Educação, com a possibilidade da perda do mandato e com uma temporária inelegibilidade futura à mandatos públicos.

3.4.2.1.1 FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

Com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb²⁰, em dezembro de 2006, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Fundef - parte dos recursos²¹ dos municípios e dos estados e do distrito federal foram subvinculados contabilmente para formar os recursos deste fundo. Os recursos do Fundeb são depositados semanalmente nas contas dos entes federativos e devem ser aplicados integralmente na

¹⁹ Lei Complementar nº 101, de 4 de Maio de 2000.

²⁰ O Fundeb foi criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundef, que vigorou de 1998 a 2006.

²¹ Em cada estado, o Fundeb é composto por 20% das seguintes receitas: Fundo de Participação dos Estados – FPE; Fundo de Participação dos Municípios – FPM; Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS; Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações– IPIexp; Desoneração das Exportações (LC nº 87/96); Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações – ITCMD; Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA; Cota parte de 50% do Imposto Territorial Rural-ITR devida aos municípios.

manutenção e desenvolvimento da educação básica de competência daquele ente federativo. Essa sistemática se estenderá até 2020 quando se definirá se um novo fundo irá substituir o Fundeb, se ele continuará a existir ou se este se extinguirá, voltando aos parâmetros de financiamento existentes apenas na Constituição Federal.

O valor repassado do Fundeb tem como base o número de alunos matriculados nas redes de ensino registrados no Censo Escolar do ano anterior ao do repasse.

A distribuição dos recursos leva, também, em consideração uma ponderação entre os vários desdobramentos das etapas e modalidades dos serviços educacionais que o ente federativo oferece.

A Tabela 1 mostra o fator de ponderação para os vários desdobramentos da Educação Básica para o ano de 2012.

Tabela 1 – Fator de ponderação para os valores do Fundeb em 2012.

	Nível de Ensino	Fator de Ponderação
I	Creche pública em tempo integral	1,3
II	Creche pública em tempo parcial	0,8
III	Creche conveniada em tempo integral	1,1
IV	Creche conveniada em tempo parcial	0,8
V	Pré-escola em tempo integral	1,25
VI	Pré-escola em tempo parcial	1
VII	Anos iniciais do ensino fundamental urbano	1
VIII	Anos iniciais do ensino fundamental no campo	1,15
IX	Anos finais do ensino fundamental urbano	1,1
X	Anos finais do ensino fundamental no campo	1,2
XI	Ensino fundamental em tempo integral	1,25
XII	Ensino médio urbano	1,2
XII	Ensino médio no campo	1,25
XIV	Ensino médio em tempo integral	1,3
XV	Ensino médio integrado à educação profissional	1,3
XVI	Educação especial	1,2
XVII	Educação indígena e quilombola	1,2
XVIII	Educação de jovens e adultos com avaliação no processo	0,8
XIX	Educação de jovens e adultos integrada à educação profissional de nível médio, com avaliação no processo	1

Fonte: FNDE

Os valores para cada etapa do Fundeb são definidos nacionalmente e cada estado tem um valor específico para cada uma dos desdobramentos da Educação Básica. Para o ano de 2012 o valor aluno ano de referência, para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental Urbano, para o Estado de São Paulo, foi de R\$ 2.837,06. Para as creches em período integral este valor foi de R\$ 3.688,17, assim como para os demais desdobramentos obedeceu-se o fator de ponderação, definidos pela Portaria Interministerial nº 1.495, de 28 de dezembro de 2012 do FNDE. O montante dos recursos é então estimado tendo como base de cálculo o valor base de referência – Anos Iniciais do Ensino Fundamental Urbano -, multiplicado pelo fator de ponderação de cada desdobramento do serviço educacional prestado e multiplicado pelo número de alunos matriculados em cada um desses desdobramentos, registrados no Censo Escolar do ano anterior ao do repasse. A somatória destes montantes se constitui no total de recursos estimados do Fundeb para aquele ente da federação para aquele ano específico.

Como o repasse dos valores do Fundeb acontece semanalmente tendo como base a alíquota de 20% da cesta de impostos acima mencionada, o valor final ao longo do ano é ligeiramente diferente do valor estimado, pois os impostos são calculados em função da atividade econômica do município ou do estado e, como sabemos, a economia é dinâmica, refletindo o momento do mercado.

Para o ano de 2013 o valor de referência para o Estado de São Paulo foi de R\$ 3.156,55 por aluno ano e o valor para as creches em período integral foi de R\$ 4.103,52, como registrado na Portaria Interministerial nº 1.496 de 28 de dezembro de 2012 do FNDE.

Os valores do Fundeb para os municípios aqui estudados estão registrados no Quadro 20, e para efeito de comparações os valores de Suzano, referentes ao ano de 2012 foram atualizados monetariamente para o ano de 2013, quando do registro dos valores para os municípios de Araçoiaba da Serra e de São Bernardo do Campo.

Quando 20 – Montante do Fundeb repassado aos municípios – em R\$ de 2013

Localidade	FUNDEB
Araçoiaba da Serra	17.792.521,88
São Bernardo do Campo	255.534.514,18
Suzano ²²	74.843.182,63

Fonte: FNDE – Portal do Banco do Brasil

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu um pacto federativo (Quadro 21) para definir o papel prioritário de cada ente na gestão da educação pública. De acordo com o pacto, e a CF/88, os municípios “têm papel fundamental na área da educação e são responsáveis, principalmente, pelas instituições de ensino fundamental e de educação infantil”, os Estados devem focar no ensino fundamental e médio, o Distrito Federal acumula as competências dos municípios e dos estados, enquanto a União é responsável prioritariamente pelo nível superior e pela educação profissional, e, portanto o uso dos recursos do Fundeb está vinculado ao nível e à etapa da educação de sua competência. Caso o gestor utilize para o financiamento de etapa de educação que está fora da competência do pacto deverá utilizar recursos para além dos vinculados constitucionalmente.

Quadro 21 - Pacto Federativo para a educação

Fonte: <http://blog.planalto.gov.br/pacto-federativo-saiba-o-papel-de-cada-ente-da-federacao-na-gestao-da-educacao-publica/>
acessado em 29 de março de 2015

²² Correção dos valores de Suzano de dezembro de 2012 para dezembro de 2013 utilizando a Calculadora do Cidadão em <http://www.bcb.gov.br/calculadora>, com base no INPC – IBGE – (6,34383 %).

3.4.2.1.2 QESE – Quota Estadual e Municipal do Salário Educação

Importante fonte de financiamento da Educação no Brasil, o Salário-Educação é uma contribuição social, e não um imposto, arrecadada, fiscalizada e cobrada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Fazenda. Instituída desde 1964 é destinada ao financiamento de programas, projetos e ações da Educação Básica.

O Salário-educação é calculado “com base na alíquota de 2,5% sobre o valor total das remunerações pagas ou creditadas pelas empresas, a qualquer título, aos segurados empregados, ressalvadas as exceções legais²³”.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) tem a responsabilidade de redistribuir o montante arrecadado pelo Salário-educação, destinando 90% do total para a União sendo 30% para a aplicação no “financiamento de programas e projetos voltados para a educação básica, de forma a propiciar a redução dos desníveis socioeducacionais entre os municípios e os estados brasileiros” e 60% para os Estados e Municípios “para o financiamento de programas, projetos e ações voltados para a educação básica”

Os valores da quota municipal do Salário-Educação – QESE - para os três municípios da pesquisa estão registrados no Quadro 22. Para o município de Suzano os valores são do ano de 2012 e foram atualizados monetariamente para o ano de 2013 para que pudéssemos fazer comparações com os valores dos municípios de Araçoiaba da Serra e de São Bernardo do Campo.

Quadro 22 – Valores repassados da Quota do Salário Educação para os três municípios – em R\$
de 2013

Localidade	QESE
Araçoiaba da Serra	2.473.349,47
São Bernardo do Campo	35.933.918,57
Suzano*	10.249.172,20

Fonte: FNDE

* Dado de 2012, atualizado para 2013 (INPC/IBGE)

²³ Texto retirado da página do FNDE referente ao Salário Educação, intitulado “**Entendendo o Salário Educação**” em <http://www.fnde.gov.br/financiamento/salario-educacao/salario-educacao-entendendo-o>

3.4.2.1.3 PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), implantado em 1955, “se constitui em mais uma fonte de financiamento de assistência ao aluno que contribui para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta da alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricional.”²⁴ Administrado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) os valores são repassados diretamente aos municípios para a aquisição de gêneros alimentícios, suporte e infraestrutura ao serviço de Alimentação Escolar.

Estes recursos não encontram respaldo na legislação que financia a Manutenção e Desenvolvimento da Educação (MDE)²⁵ e, portanto, não podem ser contabilizados dentro dos recursos vinculados da Educação. Esse é um recurso para além do MDE.

Os valores repassados tem por base o número de matrículas registradas no Censo Escolar do ano imediatamente anterior ao repasse e o valor per capita para cada etapa da educação. Para o ano de 2012 os valores registrados para cada refeição estavam assim definidos:

- R\$ 0,30 por dia para cada aluno matriculado em turmas de pré-escola, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos.
- R\$ 0,60 para os alunos das creches e das escolas indígenas e quilombolas.
- R\$ 0,90 por dia por refeição para cada aluno para as escolas que oferecem ensino integral por meio do programa Mais Educação terão.

Ainda em 2012, a partir do mês de junho, os valores por refeição foram reajustados, e os valores *per capita* passaram a vigorar da seguinte forma:

- Creches: R\$ 1,00
- Pré-escola: R\$ 0,50
- Escolas indígenas e quilombolas: R\$ 0,60
- Ensino fundamental, médio e educação de jovens e adultos: R\$ 0,30

²⁴ Apresentação do Programa de Alimentação Escolar do FNDE – www.fnde.gov.br acesso em 29/05/2015

²⁵ Artigos 70 e 71 da Lei 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional define o que é e o que não é considerado despesa para manutenção e desenvolvimento do ensino - MDE, respectivamente.

- Ensino integral: R\$ 1,00
- Alunos do Programa Mais Educação: R\$ 0,90
- Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contraturno: R\$ 0,50

O montante de recursos enviados ao município de Suzano, para o ano de 2012, foram atualizados monetariamente para o ano de 2013 para que comparações com os outros dois municípios pudessem ser mais facilmente estabelecidas. O Quadro 23 resume estes montantes.

Quadro 23 – Valores do Programa Nacional de Alimentação Escolar repassados aos municípios – valores em R\$ de 2013

Localidade	PNAE
Araçoiaba da Serra	526.832,00
São Bernardo do Campo	7.575.140,80
Suzano	5.127.372,02

Fonte: FNDE

3.4.2.1.4 PNATE – Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar

Constitui-se, também, em fonte de financiamento, porém de menor expressão financeira que as demais. Como o PNAE, as despesas com transporte escolar não configuram despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE e, portanto, estão para além dos chamados 25% da Educação.

O “Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate) foi instituído pela Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, com o objetivo de garantir o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares dos alunos do ensino fundamental público residentes em área rural que utilizem transporte escolar, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos estados, Distrito Federal e municípios.”²⁶

Os valores do PNATE para o município de Suzano foi de R\$ 145.679,67, em valores de 2012. Utilizando o mesmo critério de correção dos valores para o ano de 2013, este passa para R\$

²⁶ <http://www.fnde.gov.br/programas/transporte-escolar/transporte-escolar-apresentacao> acesso em 29/05/2015

154.921,34. O município de Araçoiaba da Serra recebeu do FNDE para este programa o valor de R\$ 108.647,80 e o município de São Bernardo do Campo recebeu R\$ 105.630,49, ambos para o ano de 2013, para este último município a previsão de repasses de recursos para o PNATE era de R\$ 219.433,34. Não conseguimos apurar as razões da diferença entre o estimado e o depositado, porém, fica o registro.

O montante que cada município recebeu é proporcional ao número de alunos da educação básica, matriculados naquela rede de ensino, residentes em áreas rurais e cadastrados no Censo Escolar do ano imediatamente anterior ao ano do repasse. Para o ano de 2012, o município de Suzano registrava 1.196 alunos residentes em área rural e o valor *per capita* para este ano foi de R\$ 121,81²⁷. O Município de Araçoiaba da Serra registrou 862 alunos residentes em área rural, enquanto o município de São Bernardo do Campo, apesar de ser o mais urbanizado entre os três, registrou 1.799 alunos nestas condições. O valor *per capita* para o ano de 2013²⁸ foi de R\$ 126,04 para Araçoiaba e de R\$ 121,98 para São Bernardo do Campo.

Quadro 24 – Recursos repassados pelo Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE – em R\$ de 2013

Localidade	PNATE	Alunos residentes em área rural
Araçoiaba da Serra	108.647,80	862
São Bernardo do Campo	105.630,49	1.799
Suzano	154.921,34	1.196

Fonte: FNDE

Estas quatro importantes fontes de financiamento vêm se realizando ordinariamente, todos os anos, desde suas criações, para todos os municípios, estados brasileiros e também para o distrito federal, apenas pelo fato de haverem alunos matriculados nas suas redes e pelo fato de residirem em áreas rurais, não depende da política específica de cada gestor público.

²⁷ Valores per capita do PNATE - [http://www.fnde.gov.br/programas/transporte-escolar/transporte-escolar-consultas - Previsão de Atendimento – PNATE 2012](http://www.fnde.gov.br/programas/transporte-escolar/transporte-escolar-consultas-Previsão%20de%20Atendimento%20-%20PNATE%202012) acessado em 10 de julho de 2015

²⁸ Valores per capita do PNATE - [http://www.fnde.gov.br/programas/transporte-escolar/transporte-escolar-consultas - Previsão de Atendimento – PNATE 2013](http://www.fnde.gov.br/programas/transporte-escolar/transporte-escolar-consultas-Previsão%20de%20Atendimento%20-%20PNATE%202013) – acessado em 10 de julho de 2015

Há também outras formas de financiamento, por exemplo, do Governo Federal, por meio do FNDE, para algumas políticas específicas que os gestores públicos podem acessar para dar concretude e agilidade a ações pontuais.

3.4.2.1.5 Outras fontes de financiamento

No período analisado, os três municípios receberam recursos do Governo Federal para ações específicas e que se constituíram em recursos orçamentários utilizados para o financiamento da Educação.

Para o município de Suzano foram quatro os programas que injetaram recursos para a Educação, representando um montante de R\$ 1.947.651,90 em valores de 2012, que corrigido monetariamente para 2013, representa R\$ 2.071.207,63.

Quadro 25 – Recursos Repassados para Suzano por demais programas do FNDE, em R\$ de 2012

Programa do FNDE	Repasse realizado
Manutenção Educação Infantil - Transferência Direta	523.856,90
PAC II - Programa Proinfância - Construção de Creches	929.989,39
PAC II - Programa de Construção de Quadras Poliesportivas	203.979,06
Projovem - Urbano - Transferência Direta	289.826,55
Total para outros Programas do FNDE	1.947.651,90

Fonte: FNDE

Para o município de Araçoiaba da Serra o valor de R\$ 760,00 representa o único repasse de recursos proveniente do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE. Programa esse que o Governo Federal instituiu em 1995 com a finalidade de “prestar assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos”²⁹, repassando os recursos diretamente às escolas, em geral para as Associações de Pais e Mestres (APM), por se constituírem em Unidades Executoras na forma de pessoas jurídicas sem fins lucrativos habilitadas a receberem recursos públicos. O fato de o município de Araçoiaba da Serra

²⁹ FNDE – PDDE - <http://www.fnde.gov.br/programas/dinheiro-direto-escola/dinheiro-direto-escola-apresentacao> acessado em 29 de março de 2015

ter recebido o recurso deve-se ao fato de que a escola registrada no Censo Escolar não tinha, à época do repasse do recurso, uma APM habilitada a receber este recurso. Não temos o registro se a Secretaria de Educação repassou o dinheiro para a escola e, portanto, vamos incluí-lo nos recursos administrados diretamente pelo órgão público e, com isso, este recurso, representou, para este ano, uma fonte de financiamento, como as demais anteriormente analisadas.

Ressalto este aspecto, pois na metodologia adotada para o estabelecimento do Gasto Aluno Ano, escolhemos por não incluir os recursos do PDDE por não termos acesso aos registros das APMs, apesar de entendermos que estes recursos se constituem em importante fonte de financiamento direto da escola, em uma perspectiva de aumento da autonomia relativa da unidade escolar.

Quadro 26 - Recursos Repassados para Araçoiaba da Serra pelo PDDE do FNDE, em R\$ de 2013

Programa do FNDE	Repasse realizado
PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola	760,00

Fonte: FNDE

O município de São Bernardo do Campo recebeu um montante de R\$ 2.168.818,47 no ano de 2013 e, como Araçoiaba da Serra, também recebeu recursos do PDDE, pelo mesmo motivo.

O Quadro 27 especifica os programas do FNDE que foram fonte dos repasses e os montantes para o ano de 2013.

Quadro 27 - Recursos Repassados para São Bernardo do Campo por demais programas do FNDE, em R\$ de 2013

Programa do FNDE	Repasse realizado
PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola	4.760,00
PAR - Plano de Ação Articulada - Transferência Direta	484.260,10
PAC II - Programa Proinfância - Construção de Creches	1.470.780,01
PAC II - Programa de Construção de Quadras Poliesportivas	189.698,36
Transferência a Estado a Municípios PBA – Transferência Direta	19.320,00
Total para outros Programas do FNDE	2.168.818,47

Fonte: FNDE

3.4.2.1.6 Recursos próprios

Somados aos recursos destas fontes há ainda os recursos do próprio ente federado, no nosso caso, os municípios, que por força da CF, estabelece como fonte obrigatória para o financiamento da Educação 25% dos recursos arrecadados com impostos próprios e transferências constitucionais. Os impostos próprios são constituídos pelo Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), pelo Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e pelo Imposto de Transmissão de Bens Imóveis inter-vivos (ITBI) e as transferências constitucionais são constituídos pela cota parte dos impostos de competência de outros estes da federação, que foram gerados no município. É o caso do ICMS, por exemplo, que é de competência do Estado e é repassado ao município. Como este imposto faz parte da cesta de impostos do Fundeb, o município terá, ainda, que destinar 5% do total desta transferência para a pasta da Educação. O mesmo acontece com o IPVA e o Fund.Exp-IPI.

Para o município de Suzano este valor foi de R\$ 54.325.872,24 para o ano de 2012, que corrigidos monetariamente para o ano de 2013, representa R\$ 57.772.213,22.

O município de Araçoiaba da Serra registrou, para o ano de 2013, um total de R\$ 5.153.872,35 com os recursos provenientes dos 25% dos impostos municipais, enquanto o município de São Bernardo do Campo registrou um valor de R\$ 280.713.049,61 para esta mesma fonte no ano de 2013.

O Quadro 28 sintetiza todas as fontes de recursos e seus montantes no financiamento da Educação para cada um dos três municípios analisados. Os valores de Suzano foram corrigidos monetariamente para o ano de 2013 para que comparações pudessem ser feitas.

Quadro 28 – Montantes e fontes de financiamento da Educação nos três município – valores em R\$ de 2013

Localidade	FUNDEB*	QESE*	PNAE*	PNATE*	Demais Programas do FNDE*	25% dos Impostos Municipais ³⁰	Total das Receitas da Educação**
Araçoiaba da Serra	17.792.521,88	2.473.349,47	526.832,00	108.647,80	760,00	5.153.872,35	26.055.983,50
São Bernardo do Campo	255.534.514,18	35.933.918,57	7.575.140,80	105.630,49	2.168.818,47	280.713.049,61	582.031.072,12
Suzano	74.843.182,63	10.249.172,20	5.127.372,02	154.921,34	2.071.207,63	57.772.213,22	150.218.069,04

Fontes: * FNDE
**SIOPE

O total de receitas para a Educação realizadas pelo município de São Bernardo do Campo foi o maior deles com o valor de R\$ 582.031.072,12, representando um fator de quase quatro vezes maior que o total de receitas do município de Suzano, que registrou o valor de R\$ 150.218.069,04 e de mais de vinte vezes o total das receitas do município de Araçoiaba da Serra pelos valores de 2013.

3.4.3 Os dados das creches analisadas

Passamos agora a apresentar e analisar os dados mais especificamente relacionados ao objeto desta pesquisa para uma melhor caracterização do universo focado.

Inicialmente listaremos as creches de cada município para em seguida apresentarmos o número de alunos de cada uma das creches, lembrando que o universo focado representa apenas as creches diretas municipais próprias e que forneçam apenas os serviços educacionais para crianças de 0 a 3 anos, em período integral e, portanto ficaram excluídas todas as demais creches que, mesmo sendo da administração direta e própria, apresentassem arranjos múltiplos de outras etapas e modalidades de ensino. Também foram excluídas as creches conveniadas, mesmo que fornecessem serviços educacionais para crianças de 0 a 3 anos, em período integral.

³⁰ Calculado pelo autor a partir dos dados do FINBRA menos a somatória dos recursos do Fundeb, do QESE, do PNAE, do PNATE e dos Demais Programas do FNDE

A seguir apresentamos o número de profissionais que cada uma das escolas apresentou no período de análise dos dados. Para mais profundidade da análise separaremos este grupo de dados em dois: Pessoal Docente e Pessoal não Docente.

3.4.3.1 – Número de alunos nas creches analisadas

No município de Suzano foram analisadas 15 creches com um universo de 1.399 alunos distribuídos conforme o Quadro 29.

Em geral são escolas adaptadas para prestarem os serviços educacionais para esta faixa etária, com poucas exceções. Não apresenta um padrão quanto ao número de alunos atendidos, tendo creches que atendem apenas 30 crianças, como é o caso da Escola Municipal de Educação Infantil Jardim Colorado e no extremo oposto temos creches que atendem 231 crianças, como na Creche Darcy Correa Gonçalves.

Quadro 29 - Número de alunos matriculados nas creches de Suzano em 2012

UE	Total de Alunos
Alice Setuko Honda Miyake, Profª	209
Antônio Teixeira, Ver.	101
Cidade Edson	46
Cláudio José Rodrigues, Prof.	205
Darcy Correa Gonçalves	231
Djalma dos Santos Paiva	109
Jardim Brasil II	42
Jardim Colorado	30
Jardim Maitê	50
Jardim Revista	52
Jardim São José	41
Jardim Tabamarajoara	46
Parque Maria Helena	133
Suzano Centro	60
Walter Passagli	44
Total de Alunos	1.399
Média	93
Desvio Padrão	67

Elaborado pelo autor

Em Araçoiaba da Serra foram analisadas 5 creches com um atendimento total de 287 crianças, e como o universo de escolas é três vezes menor do que em Suzano, não podemos afirmar que há um padrão no atendimento, porém a escola que atende o menor número de crianças – Creche Rita

Machado, tem apenas 13 alunos matriculados e a de maior atendimento é a Creche Antonio Euzébio Gonçalves, com 102 matrículas.

Quadro 30 - Número de alunos matriculados nas creches de Araçoiaba da Serra em 2013

EU	Total de Alunos
Alfredo Emiliano Lourenço	61
Antonio Euzébio Gonçalves	102
Lígia de Paula Alvares	74
Maria de Souza Cruz	37
Rita Machado	13
Total de Alunos	287
Média	57
Desvio Padrão	30

Elaborado pelo autor

Já em São Bernardo do Campo foram analisados os gastos de 33 creches, que atendem, juntas, 4.025 alunos. A Creche com maior número de matrículas é a Creche Cecília Oliveira Turbay, com 283 crianças atendidas. No extremo inferior, com apenas 51 crianças atendidas está a Creche Loide Ungaretti Torres.

Quadro 31 - Número de alunos matriculados nas creches de São Bernardo do Campo em 2013

EU	Total de Alunos
Afonso Monteiro da Cruz	128
Agostinho dos Santos	155
Antonio Jose Mantuan	87
Arlindo Ferreira	111
Armando Zoboli	183
Cecilia Oliveira Turbay, Professora	283
Dolores de Toledo de Matteo, Professora	136
Dora E Maurício Galante	107
Eunice Alves Eneas Soares	66
Francisco Diassis Gomes Teixeira	187
Geraldo de Melo Ferreira	109
Gervasio Paz Folha, Vereador	104
Gildo dos Santos	60
Jacob Zampieri	108
Joao Setti	79
Jose Augusto Oliveira Santos	143
Jose Roberto Preto	194
Josue De Castro	114
Kiyoshi Tanaka, Vereador	66
Loide Ungaretti Torres, Professora	51
Luana Lino de Souza	124
Manoel Torres de Oliveira	90
Marcelo Peres Ribeiro	150
Maria Anselma Vieira, Irmã	131
Maria Jose Mattar Jorge, Professora	198
Roberto Montanheiro, Pastor	136
Rosa de Pacce dos Santos, Professora	96
Sadão Higuchi	128
Silvio Teles de Souza, Professor	56
Sonia Regina Hernandez de Lima, Professora	65
Tarsila do Amaral	139
Valderez Avelino de Souza	81
Zoraida Aparecida, Professora	160
Total de Alunos	4.025
Média	122
Desvio Padrão	49

Elaborado pelo autor

Para fazermos uma análise quanto ao padrão de atendimento das creches dos três municípios usaremos o conceito de Média de Alunos por Escola e o de Desvio Padrão, por entendermos que para o atendimento para esta faixa etária, apesar de existir há um bom tempo, pouco se investiu para que se tivesse um padrão de atendimento, na maioria dos casos. Muitas dos prédios onde funcionam as creches são casas que foram adaptadas ou escolas que sofreram reformas para se adequar ao tipo de serviço educacional adequado às crianças desta faixa etária.

A média de alunos por creche direta para Suzano foi de 93 alunos, porém o desvio padrão registra o valor de 67, que segundo o conceito de Desvio Padrão, quanto maior for o desvio, mais desigual é o universo da amostragem, ou seja, menos homogêneo é o número de atendimentos nas Creches.

A média de alunos nas creches diretas de Araçoiaba da Serra é a menor de todas – 57 alunos por escola, como também o Desvio Padrão – 30, indicando que há mais homogeneidade no número de atendimento entre as creches do município.

Para São Bernardo do Campo a média de alunos por creche direta é a maior das três cidades, com 122 crianças por creche, indicando que há mais estabelecimentos maiores, porém o Desvio Padrão registra um valor intermediário entre os três municípios – 49 –, indicando que a rede de creches diretas tem melhor concentração do que a de Suzano e pior do que a de Araçoiaba da Serra.

3.4.3.2 – Número de profissionais nas creches

No ano de 2012, Suzano registrou um total de 416 profissionais da educação trabalhando nas creches diretas do município, deste total 311 eram profissionais com função docente, denominados aqui de Pessoal Docente e 105 profissionais de apoio à escola e às atividades pedagógicas, denominados aqui de Pessoal Não Docente. Para o ano de 2013, o número total de profissionais trabalhando nas creches diretas do município de Araçoiaba da Serra foi 109, sendo 87 Docentes e 22 Não Docentes e o total de profissionais trabalhando nas creches diretas do município de São Bernardo do Campo foi 1.140, dos quais 893 eram Docentes e 247 Não Docentes.

3.4.3.2.1 – Pessoal Docente

As creches do município de Suzano registraram, juntas, 311 profissionais Docentes, em 2012, representando uma média de 20,7 Docentes por escola. Apresentam um desvio padrão relativamente alto, de 12,3, o que demonstra uma dispersão grande no número de Docentes nas escolas.

A creche com maior número de Docentes foi a Creche Darcy Correa Gonçalves, com 48 profissionais, enquanto a Creche Jardim Colorado foi a que registrou o menor número, com 10 Docentes.

Quando estabelecida a razão entre o número de alunos e o número de docentes – Alunos por Docente - encontramos outro cenário, que a nosso ver deveria encontrar um equilíbrio, onde algumas posições se invertem.

O maior número de alunos por docente foi encontrado na Creche Cláudio José Rodrigues com 6,2 alunos por docente, enquanto o menor foi registrado na Creche Jardim Colorado com, apenas, 3 alunos por profissional docente.

Aplicando os mesmos conceitos de média e desvio padrão, temos para as creches de Suzano uma média de 4,5 alunos por docente e um desvio padrão de 0,8.

Quadro 32 – Número de Pessoal Docente nas creches de Suzano para o ano de 2012

UE	Total de Docentes	Total de Alunos	Alunos por Docente
Alice Setuko Honda Miyake, Profª	45	209	4,6
Antônio Teixeira, Ver.	20	101	5,1
Cidade Edson	11	46	4,2
Cláudio José Rodrigues, Prof.	33	205	6,2
Darcy Correa Gonçalves	48	231	4,8
Djalma dos Santos Paiva	27	109	4,0
Jardim Brasil II	12	42	3,5
Jardim Colorado	10	30	3,0
Jardim Maitê	14	50	3,6
Jardim Revista	13	52	4,0
Jardim São José	12	41	3,4
Jardim Tabamarajoara	11	46	4,2
Parque Maria Helena	29	133	4,6
Suzano Centro	15	60	4,0
Walter Passagli	11	44	4,0
Total	311	1.399	-
Média	20,7	-	4,5
Desvio Padrão	12,3	-	0,8

Elaborado pelo autor

Para o município de Araçoiaba da Serra, no ano de 2013, foram encontrados 87 profissionais Docentes trabalhando nas creches, registrando uma média de 17,4 Docentes por escola e um desvio padrão de 10,6.

A escola com maior número de Docentes foi a Creche Antonio Euzébio Gonçalves, com 34 profissionais e a que registrou o menor número foi a Creche Rita Machado, com apenas 4 Docentes.

O número de alunos por docente de maior valor foi encontrado na Creche Maria de Souza Cruz (4,6) e o de menor valor foi obtido na Creche Antonio Euzébio Gonçalves, com a marca de 3,0 alunos por docente.

A média encontrada para o número de alunos por docente, para as creches de Araçoiaba foi de 3,3 e o desvio padrão para esta distribuição foi de 0,6

Quadro 33 - Número de Pessoal Docente nas creches de Araçoiaba da Serra para o ano de 2013

UE	Total de Docentes	Total de Alunos	Alunos por Docente
Alfredo Emiliano Lourenço	20	61	3,1
Antonio Euzébio Gonçalves	34	102	3,0
Lígia de Paula Alvares	21	74	3,5
Maria de Souza Cruz	8	37	4,6
Rita Machado	4	13	3,3
Total	87	287	-
Média	17,4	-	3,3
Desvio Padrão	10,6	-	0,6

Elaborado pelo autor

Para o município de São Bernardo do Campo encontramos o maior número de Docentes na Creche Cecilia Oliveira Turbay, com 63 profissionais e o menor na Creche Silvio Teles de Souza, onde trabalhavam 11 Docentes. A média de Docentes nas creches do município foi de 27,1 e o desvio padrão foi de 10,1.

A razão Alunos por Docente teve seu maior valor registrado na Creche José Roberto Preto, com 5,4 alunos por docente, enquanto na Creche Loide Ungaretti Torres encontramos o menor valor:

3,6 alunos por docente. Este universo apresenta uma média de 4,5 alunos por docente e um desvio padrão de 0,4. O Quadro 34 apresenta todos os valores das creches analisadas.

Quadro 34 - Número de Pessoal Docente nas creches de São Bernardo do Campo para o ano de 2013

UE	Total de Docentes	Total de Alunos	Alunos por Docente
Afonso Monteiro da Cruz	33	128	3,9
Agostinho dos Santos	35	155	4,4
Antonio Jose Mantuan	21	87	4,1
Arlindo Ferreira	24	111	4,6
Armando Zoboli	40	183	4,6
Cecilia Oliveira Turbay, Professora	63	283	4,5
Dolores de Toledo de Matteo, Professora	28	136	4,9
Dora e Maurício Galante	26	107	4,1
Eunice Alves Eneas Soares	18	66	3,7
Francisco Diassis Gomes Teixeira	38	187	4,9
Geraldo de Melo Ferreira	23	109	4,7
Gervasio Paz Folha, Vereador	23	104	4,5
Gildo dos Santos	14	60	4,3
Jacob Zampieri	25	108	4,3
Joao Setti	17	79	4,6
Jose Augusto Oliveira Santos	31	143	4,6
Jose Roberto Preto	36	194	5,4
Josue De Castro	28	114	4,1
Kiyoshi Tanaka, Vereador	14	66	4,7
Loide Ungaretti Torres, Professora	14	51	3,6
Luana Lino de Souza	27	124	4,6
Manoel Torres de Oliveira	23	90	3,9
Marcelo Peres Ribeiro	31	150	4,8
Maria Anselma Vieira, Irmã	29	131	4,5
Maria Jose Mattar Jorge, Professora	40	198	5,0
Roberto Montanheiro, Pastor	34	136	4,0
Rosa de Pacce dos Santos, Professora	21	96	4,6
Sadão Higuchi	27	128	4,7
Silvio Teles de Souza, Professor	11	56	5,1
Sonia Regina Hernandez de Lima, Professora	14	65	4,6
Tarsila do Amaral	32	139	4,3
Valderez Avelino de Souza	21	81	3,9
Zoraida Aparecida, Professora	32	160	5,0
Total	893	4.025	-
Média	27,1	-	4,5
Desvio Padrão	10,1	-	0,4

Elaborado pelo autor

O Quadro 35 reúne os dados comparativos entre os três municípios referentes às médias e aos desvios padrão, tanto do número alunos, número de Docentes por escola como do número de alunos por docente.

Quadro 35 – Síntese do número de alunos, Docentes e de alunos por Docente nos três municípios.

Localidade	Média de Alunos por Creche	Média de Docentes por Creche	Desvio Padrão de Docentes por Creche	Média de Alunos por Docente	Desvio Padrão de Alunos por Docente
Araçoiaba da Serra	57,4	17,4	10,6	3,3	0,6
São Bernardo do Campo	122,0	27,1	10,1	4,5	0,4
Suzano	93,3	20,7	12,3	4,5	0,8

Elaborado pelo autor

Verificamos que o número de alunos por creche varia bastante entre os três municípios sendo maior a média de São Bernardo do Campo com 122 alunos por creche, refletindo, também, o maior número de Docentes por creche – 27,1. Estes números indicam que as creches deste município são maiores entre os três. No extremo inferior estão as creches de Araçoiaba da Serra com uma média de 57,4 alunos por creche e com apenas 17,4 Docentes por creche. Números estes bastante coerentes com a visão de senso comum, pois cidades maiores, com maior população demandam escolas maiores que atendam mais alunos e consequentemente mais profissionais Docentes serão necessários.

A questão que ultrapassa o senso comum, a nosso ver, reside na razão entre o número de alunos e o número de Docentes, quando temos em foco a análise do Gasto Aluno Ano que será analisado nos capítulos à frente.

Os municípios de São Bernardo do Campo e de Suzano apresentam a mesma média para o número de alunos por docente, com 4,5 Alunos por Docente, enquanto o município de Araçoiaba da Serra apresenta o menor deles, com uma média de 3,3 Alunos por Docente. O desvio padrão indica que no município de São Bernardo do Campo, a dispersão entre os valores é a menor entre os três municípios, com 0,4 alunos por docente em relação à média. O município de Suzano apresenta a maior dispersão entre seus valores de alunos por docente com a marca para o desvio padrão de 0,8 alunos por docente em relação à média.

Como o foco de nossa pesquisa reside na análise do gasto por aluno que os municípios realizam em um ano para fornecer os serviços educacionais em suas creches próprias e não na qualidade dos serviços e educacionais prestados, não podemos afirmar que a qualidade da educação nas creches de Araçoiaba da Serra é melhor do que a dos outros dois municípios, pelo fato de que cada profissional docente de Araçoiaba “atende” um menor número de crianças do que em São Bernardo ou em Suzano.

Sob o ponto de vista dos gastos por aluno esta diferença parece ser relevante como tentaremos verificar mais adiante.

3.4.3.2.2 – Pessoal Não Docente

Analisaremos agora o perfil das creches diretas dos três municípios em relação ao Pessoal Não Docente que estavam vinculados à cada uma das escolas nos anos de obtenção dos dados.

O total de profissionais Não Docentes nas creches do município de Suzano, em 2012, foi de 105 profissionais, tendo como média 7 profissionais Não Docentes por escola. O desvio padrão, que mede a dispersão do valor obtido por escola em relação à média, foi de 2,9 profissionais.

Foram registradas duas creches com o maior número de pessoal não docente: Creche Claudio José Rodrigues e Creche Darcy Correa Gonçalves, ambas com 12 profissionais cada. Na outra extremidade encontramos a Creche Jardim Colorado, com apenas 3 Não Docentes.

Ao compararmos a proporção de alunos atendidos por profissionais Não Docentes encontramos, também, a Creche Darcy Correa Gonçalves com o maior número de crianças “assistidas” por estes profissionais, com a marca de 19,3 alunos por pessoal não docente. O menor valor para esta média foi encontrada na Creche Jardim Maitê, com 7,1 alunos por Não Docentes.

Para as creches de Suzano registramos uma média de 13,9 alunos por profissional não docente e um desvio padrão de 3,9.

Quadro 36 - Número de Pessoal Não Docente nas creches de Suzano para o ano de 2012

UE	Total Não Docentes	Total de Alunos	Alunos por Não Docente
Alice Setuko Honda Miyake, Prof ^a	11	209	19,0
Antônio Teixeira, Ver.	8	101	12,6
Cidade Edson	6	46	7,7
Cláudio José Rodrigues, Prof.	12	205	17,1
Darcy Correa Gonçalves	12	231	19,3
Djalma dos Santos Paiva	9	109	12,1
Jardim Brasil II	4	42	10,5
Jardim Colorado	3	30	10,0
Jardim Maitê	7	50	7,1
Jardim Revista	6	52	8,7
Jardim São José	4	41	10,3
Jardim Tabamarajoara	6	46	7,7
Parque Maria Helena	8	133	16,6
Suzano Centro	5	60	12,0
Walter Passagli	4	44	11,0
Total	105	1,399	-
Média	7,0	-	13,3
Desvio Padrão	2,9	-	3,9

Elaborado pelo autor

Araçoiaba da Serra registrou, no ano de 2013, um total de 22 profissionais lotados nas suas creches, com isso estabelecendo uma média de 4,4 profissionais por escola e desvio padrão de 2,2. A unidade que registrou maior número de pessoal não docente foi a Creche Antonio Euzébio Gonçalves, com 8 profissionais e a de menor número foi a Creche Rita Machado com apenas 1 funcionário não docente.

Observamos que o coeficiente da proporção do número de alunos por profissional não docente registrou seu maior valor para a Creche Lígia de Paula Alvares, com cada profissional “atendendo” uma média de 18,5 alunos e na Creche Maria de Souza Cruz o menor valor com a marca de 9,3 alunos por não docente. A média de alunos “atendidos” por Não Docentes foi de 13 para as creches do município, com um desvio padrão de 3 alunos por profissional em relação à média.

Quadro 37 - Número de Pessoal Não Docente nas creches de Araçoiaba da Serra para o ano de 2013

UE	Total de Não Docentes	Total de Alunos	Alunos por Não Docente
Alfredo Emiliano Lourenço	5	61	12,2
Antonio Euzébio Gonçalves	8	102	12,8
Lígia de Paula Alvares	4	74	18,5
Maria de Souza Cruz	4	37	9,3
Rita Machado	1	13	13
Total	22	287	-
Média	4,4	-	13,0
Desvio Padrão	2,2	-	3,0

Elaborado pelo autor

No município de São Bernardo do Campo os valores encontrados para o total de profissionais Não Docentes, lotados nas creches, para o ano de 2013, foi de 247, o que representou uma média de 7,5 não docente por escola, com um desvio padrão de 2,2 profissionais por escola em relação à média.

As escolas que registraram o maior número destes profissionais foram: Creche Armando Zoboli e a Creche Cecília Oliveira Turbay com 12 Não Docentes cada e a que trabalhou com o menor número de profissionais Não Docentes foi a Creche Loide Ungaretti Torres, com apenas 3 Não Docentes no seu quadro de funcionários.

A proporção entre o número de alunos e o de profissionais Não Docentes teve seu maior valor na Creche Marcelo Peres Ribeiro, com o índice de 30 alunos por não docente e o menor valor para este indicador foi registrado na Creche Kiyoshi Tanaka, com 8,3 alunos por profissional. A média para esta proporção foi de 16,3 alunos por não docente e o desvio padrão em relação à média foi de 6,3.

Quadro 38 - Número de Pessoal Não Docente nas creches de São Bernardo do Campo para o ano de 2013

UE	Total de Não Docentes	Total de Alunos	Alunos por Não Docente
Afonso Monteiro da Cruz	7	128	18,3
Agostinho dos Santos	9	155	17,2
Antonio Jose Mantuan	6	87	14,5
Arlindo Ferreira	8	111	13,9
Armando Zoboli	12	183	15,3
Cecilia Oliveira Turbay, Professora	12	283	23,6
Dolores de Toledo de Matteo, Professora	8	136	17
Dora E Maurício Galante	7	107	15,3
Eunice Alves Eneas Soares	6	66	11
Francisco Diassis Gomes Teixeira	7	187	26,7
Geraldo de Melo Ferreira	7	109	15,6
Gervasio Paz Folha, Vereador	9	104	11,6
Gildo dos Santos	5	60	12
Jacob Zampieri	6	108	18
Joao Setti	5	79	15,8
Jose Augusto Oliveira Santos	11	143	13
Jose Roberto Preto	9	194	21,6
Josue De Castro	8	114	14,3
Kiyoshi Tanaka, Vereador	8	66	8,3
Loide Ungaretti Torres, Professora	3	51	17
Luana Lino de Souza	9	124	13,8
Manoel Torres de Oliveira	6	90	15
Marcelo Peres Ribeiro	5	150	30
Maria Anselma Vieira, Irmã	6	131	21,8
Maria Jose Mattar Jorge, Professora	10	198	19,8
Roberto Montanheiro, Pastor	11	136	12,4
Rosa de Pacce dos Santos, Professora	5	96	19,2
Sadão Higuchi	6	128	21,3
Silvio Teles de Souza, Professor	5	56	11,2
Sonia Regina Hernandez de Lima, Professora	6	65	10,8
Tarsila do Amaral	11	139	12,6
Valderez Avelino de Souza	8	81	10,1
Zoraida Aparecida, Professora	6	160	26,7
Total	247	4025	-
Média	7,5	122,0	16,3
Desvio Padrão	2,2	49,2	6,3

Elaborado pelo autor

Como podemos verificar no Quadro 38, a média de pessoal Não Docente nas creches, também obedece a lógica da média de alunos por escola, quanto maior o número de alunos, maior a necessidade de se ter um maior número destes profissionais e, portanto a análise recai sobre a proporção entre o número de alunos e o número de profissionais Não Docentes.

Estas médias se mantiveram relativamente próximas para as creches dos municípios de Araçoiaba da Serra e de Suzano, pode-se inferir que há certa semelhança na estrutura de atendimento dos profissionais Não Docentes em relação ao número de alunos atendidos, pois em Araçoiaba da Serra a média foi de 13,0 Alunos por Não Docente, enquanto em Suzano este número foi de 13,3.

O município de São Bernardo do Campo registrou a maior marca, com a proporção de 16,3 alunos “atendidos” por um profissional Não Docente e, portanto, sob o ponto de vista da análise dos gastos por aluno, essa média tende a contribuir positivamente para a redução dos gastos por aluno ano, porém como o desvio padrão para este município (6,3) é o maior deles, significa que a dispersão dos valores de alunos por profissional se afasta mais da média do que os outros dois municípios analisados: 3,0 para Araçoiaba da Serra e 3,9 para Suzano.

Quadro 39 – Síntese do número de alunos, Não Docentes e de Alunos por Não Docente nos três municípios.

Localidade	Média de Alunos	Média de Não Docentes por Creche	Desvio Padrão de Não Docentes por Creche	Média de Alunos por Não Docente	Desvio Padrão de Alunos por Não Docente
Araçoiaba da Serra	57,4	4,4	2,2	13,0	3,0
São Bernardo do Campo	122,0	7,5	2,2	16,3	6,3
Suzano	93,3	7,0	2,9	13,3	3,9

Elaborado pelo autor

Capítulo IV – Os valores para o Gasto Aluno obtidos para os três estudos de caso

Neste capítulo apresentamos os valores apurados nos três municípios. Por uma questão de cronologia apresentamos inicialmente os dados de Suzano, obtidos em 2012, seguido dos dados de São Bernardo do Campo e por fim os dados de Araçoiaba da Serra, ambos obtidos em 2013.

Os dados serão apresentados por grupo de despesa como apontado na página 32. Faremos uma breve consideração em relação às variações dos valores do Gasto Aluno Efetivo para cada um dos grupos e no capítulo V faremos a análise comparativa entre os três municípios, frente a parâmetros que serão melhor detalhados à frente.

4.1. Gasto Aluno das creches da rede direta municipal própria de Suzano

4.1.1 Gastos com Pessoal Docente e Não-Docente

Como já descrito anteriormente estes dados não puderam, apesar dos esforços empreendidos, ser desmembrados entre Docentes e Não-Docentes.

Os valores representam o total anual da remuneração dos profissionais de cada creche direta que neste caso foi estabelecido o valor da folha de pagamento do mês de julho de 2012, por representar um mês bastante típico e então anualizado pelo fator 13,33.

A Tabela 2 apresenta os valores do Gasto Aluno Efetivo referente à remuneração dos profissionais da educação em cada uma das creches.

Esta tabela é constituída, em sua primeira coluna das unidades escolares (UE) que são as creches diretas analisadas do município de Suzano. A segunda coluna trás o total de alunos matriculados em cada uma das creches diretas, no ano de 2012, a terceira coluna apresenta os valores de pagamento anual dos profissionais das creches e a quarta coluna é apresentado o resultado da divisão dos gastos anuais pelo número de alunos, representando, então, o Gasto Aluno Efetivo – Pessoal Docente e Não Docente, para o ano de 2012.

A mesma estrutura desta tabela se repete nas demais para a obtenção dos valores dos gastos por aluno para as outras categorias de gasto.

Tabela 2 – Gasto Aluno Efetivo – Pessoal Docentes e Não Docentes – Suzano – 2012 (correntes)

UE	Total de Alunos	Total da Folha e Encargos (R\$)	GAE-Pessoal (R\$)
Alice Setuko Honda Miyake, Profª	209	2.262.179,53	10.823,83
Antônio Teixeira, Ver.	101	973.712,46	9.640,72
Cidade Edson	46	639.345,49	13.898,82
Cláudio José Rodrigues, Prof.	205	1.628.438,48	7.943,60
Darcy Correa Gonçalves	231	2.079.699,12	9.003,03
Djalma dos Santos Paiva	109	1.242.290,64	11.397,16
Jardim Brasil II	42	650.120,18	15.479,05
Jardim Colorado	30	436.808,71	14.560,29
Jardim Maitê	50	870.698,76	17.413,98
Jardim Revista	52	717.481,30	13.797,72
Jardim São José	41	618.562,85	15.086,90
Jardim Tabamarajoara	46	718.323,50	15.615,73
Parque Maria Helena	133	1.260.626,35	9.478,39
Suzano Centro	60	627.524,90	10.458,75
Walter Passagli	44	577.495,71	13.124,90
Total ---> Média	1.399	15.303.307,98	10.938,75

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Suzano

Apesar de sabermos que as creches são diferentes em vários aspectos não podemos deixar de fazer comparações entre os valores obtidos.

O maior valor do GAE-Pessoal foi de R\$ 17.413,98, na Creche do Jardim Maitê, enquanto o menor valor foi de R\$ 7.943,60 encontrado na Creche Cláudio José Rodrigues. Uma diferença de 96,6%, ou seja, o valor do GAE-Pessoal da Creche do Jardim Maitê é quase duas vezes maior do que o GAE-Pessoal da Creche Cláudio José Rodrigues. A média dos valores do GAE-Pessoal no ano de 2012, em Suzano, foi de R\$ 10.938,75.

4.1.2 Gastos com Concessionárias de Serviços Básicos

Neste grupo de despesas obtivemos os valores de cada um dos serviços, individualmente, incluindo os quantitativos das unidades dos serviços de água e de energia elétrica e do total dos serviços de telefonia. Os dados foram objeto de profunda discussão nas unidades escolares, principalmente os referentes às ligações para telefones celulares.

Abaixo, são apresentados os valores obtidos para esta categoria de gastos.

Tabela 3 – Gasto Aluno Efetivo – Concessionárias de Serviços Básicos – Suzano – 2012 (correntes)

UE	Total de Alunos	Total Concessionárias (R\$)	GAE-Serv. Bas (R\$)
Alice Setuko Honda Miyake, Prof ^a	209	58.483,27	279,82
Antônio Teixeira, Ver.	101	27.618,72	273,45
Cidade Edson	46	15.178,52	329,97
Cláudio José Rodrigues, Prof.	205	51.294,42	250,22
Darcy Correa Gonçalves	231	50.024,92	216,56
Djalma dos Santos Paiva	109	23.874,86	219,04
Jardim Brasil II	42	6.288,11	149,72
Jardim Colorado	30	7.674,32	255,81
Jardim Maitê	50	18.319,01	366,38
Jardim Revista	52	14.064,69	270,47
Jardim São José	41	12.668,51	308,99
Jardim Tabamarajoara	46	6.572,44	142,88
Parque Maria Helena	133	42.469,30	319,32
Suzano Centro	60	19.527,02	325,45
Walter Passagli	44	9.247,42	210,17
Total ---> Média	1.399	363.305,53	259,69

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Suzano

Os gastos com os serviços de água, energia elétrica e telefone registrou um valor mínimo, por aluno, de R\$ 142,88 (Creche Jardim Tabamarajoara) e um valor máximo de R\$ 366,38 (Creche Jardim Maitê). O valor médio do GAE – Serviços Básicos no ano de 2012, em Suzano, foi de R\$ 259,69.

A participação de cada um dos serviços na composição do valor total para esta categoria de gasto também foi diferente, sendo o fornecimento de água o que mais impactou o GAE – Serviços Básicos com 62,4% do valor médio anual. O serviço de telefonia apresentou uma média anual de 19,0 e o de energia elétrica 18,6%. (Anexo V)

4.1.3 Gastos com Materiais de Consumo

Para o caso específico de Suzano, os itens que compõem esta categoria de gastos são: (a) material de limpeza; (b) material de higiene; (c) material de papelaria; (d) material de informática; (e) material de escritório e (f) locação de fotocopiadoras e seu consumo em papéis.

Aqui foram considerados apenas os itens de consumo do coletivo da escola, tanto para as salas de aula, como da escola como um todo.

Apesar de se ter o valor para cada tipo de material de consumo para as creches diretas de Suzano, optamos, como já abordado anteriormente no capítulo II, por não apresentar o seu detalhamento.

Tabela 4 – Gasto Aluno Efetivo – Material de Consumo – Suzano – 2012 (correntes)

UE	Total de Alunos	Total em Materiais de Consumo (R\$)	GAE-Material de Consumo (R\$)
Alice Setuko Honda Miyake, Profª	209	39.962,90	191,21
Antônio Teixeira, Ver.	101	25.702,38	254,48
Cidade Edson	46	22.063,93	479,65
Cláudio José Rodrigues, Prof.	205	47.540,18	231,90
Darcy Correa Gonçalves	231	58.219,01	252,03
Djalma dos Santos Paiva	109	31.864,00	292,33
Jardim Brasil II	42	22.043,94	524,86
Jardim Colorado	30	23.813,09	793,77
Jardim Maitê	50	19.351,46	387,03
Jardim Revista	52	24.119,12	463,83
Jardim São José	41	23.330,59	569,04
Jardim Tabamarajoara	46	20.864,27	453,57
Parque Maria Helena	133	47.719,78	358,80
Suzano Centro	60	30.065,34	501,09
Walter Passagli	44	23.877,15	542,66
Total ---> Média	1.399	460.537,14	329,19

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Suzano

O maior valor para o GAE-Material de Consumo foi de R\$ 793,77 (Jardim Colorado) e o menor foi de R\$ 191,21 (Alice Setuko). A média dos valores, em Suzano, do GAE-Material de Consumo no ano de 2012 foi de R\$ 329,19.

4.1.4 Gastos com Itens de Acesso e Permanência

Aqui foram agrupados todos os gastos com os itens que representam (a) a distribuição diretamente ao aluno e (b) os realizados com alimentação e (c) com o transporte dos alunos.

Apresentaremos inicialmente os valores do GAE para cada um dos itens separadamente por entendermos que o valor agregado dificultaria futuras comparações e também porque há verbas específicas para a alimentação e para bem como o transporte escolar.

4.1.4.a Gastos com Kits Escolares

Foram incluídos neste subgrupo de despesas os valores dos kits escolares, constituídos de itens de higiene pessoal, individual e coletivo, e uniforme escolar.

Abaixo, os dados obtidos em cada uma das creches para o GAE-Kits.

Tabela 5 – Gasto Aluno Efetivo – Kits Escolares – Suzano – 2012 (correntes)

UE	Total de Alunos	Total de Kits (R\$)	GAE-Kits Escolares (R\$)
Alice Setuko Honda Miyake, Prof ^a	209	38.748,58	185,40
Antônio Teixeira, Ver.	101	18.034,74	178,56
Cidade Edson	46	8.260,49	179,58
Cláudio José Rodrigues, Prof.	205	38.867,40	189,60
Darcy Correa Gonçalves	231	40.628,18	175,88
Djalma dos Santos Paiva	109	20.313,18	186,36
Jardim Brasil II	42	7.748,42	184,49
Jardim Colorado	30	5.238,76	174,63
Jardim Maitê	50	8.698,60	173,97
Jardim Revista	52	9.562,78	183,90
Jardim São José	41	7.445,51	181,60
Jardim Tabamarajoara	46	8.337,55	181,25
Parque Maria Helena	133	24.226,80	182,16
Suzano Centro	60	11.119,78	185,33
Walter Passagli	44	7.916,01	179,91
Total ---> Média	1.399	255.146,78	182,38

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Suzano

O maior valor para o GAE Kits – Escolares foi de R\$ 189,60 encontrado na creche Claudio José e o menor foi de R\$ 173,97, registrado na creche Jardim Maitê. O valor médio do GAE – Kits Escolares no ano de 2012, em Suzano, foi de R\$ 182,38. A pequena diferença encontrada refere-se, a nosso ver, com o arranjo de alunos por sala, e, portanto, o kit de material coletivo é proporcional ao número de alunos de cada classe e portanto o valor deste kit é “dividido” por um número maior ou menor de alunos de cada classe, diferindo de escola para escola. Classes com mais alunos tem seu valor de rateio menor e vice-versa.

4.1.4.b Gastos com Alimentação Escolar

Neste subgrupo de despesas foram incluídos os gastos realizados com todos os itens de alimentação enviados para as creches incluindo itens de alimentação diferenciada para algumas crianças com necessidades de dieta específica.

Os valores obtidos foram:

Tabela 6 – Gasto Aluno Efetivo – Alimentação Escolar – Suzano – 2012 (correntes)

UE	Total de Alunos	Total Alimentação (R\$)	GAE-Alim. (R\$)
Alice Setuko Honda Miyake, Profª	209	53.057,34	253,86
Antônio Teixeira, Ver.	101	24.012,21	237,74
Cidade Edson	46	15.873,18	345,07
Cláudio José Rodrigues, Prof.	205	59.137,90	288,48
Darcy Correa Gonçalves	231	39.106,26	169,29
Djalma dos Santos Paiva	109	31.657,78	290,44
Jardim Brasil II	42	16.024,59	381,54
Jardim Colorado	30	15.936,53	531,22
Jardim Maitê	50	19.802,77	396,06
Jardim Revista	52	19.454,28	374,12
Jardim São José	41	15.068,06	367,51
Jardim Tabamarajoara	46	17.040,72	370,45
Parque Maria Helena	133	15.680,83	117,90
Suzano Centro	60	21.168,42	352,81
Walter Passagli	44	15.244,62	346,47
Total ---> Média	1.399	378.265,49	270,38

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Suzano

Para este subgrupo, o maior valor encontrado foi de R\$ 531,22 para a creche Jardim Colorado, enquanto o de menor valor foi registrado na creche Parque Maria Helena com um valor de R\$ 117,90. A média do GAE – Alimentação Escolar no ano de 2012, em Suzano, foi de R\$ 270,38.

4.1.4.c Gastos com Transporte Escolar

Apenas quatro (4) creches apresentaram gastos com o transporte de seus alunos. Atípico para esta etapa de ensino, dadas as idades das crianças, porém decidimos apresentá-los por serem valores significativos para se pensar políticas de transporte escolar.

A Tabela 7 traz os valores para este subgrupo.

Tabela 7 – Gasto Aluno Efetivo – Transporte Escolar – Suzano – 2012 (correntes)

UE	Total de Alunos	Total Transporte Escolar (R\$)	GAE-Transp (R\$)
Cláudio José Rodrigues, Prof.	205	16.992,00	82,89
Jardim Maitê	50	1.274,40	25,49
Jardim São José	41	849,60	20,72
Jardim Tabamarajoara	46	6.796,80	147,76
Walter Passagli	44	424,80	9,65
Total ---> Média	386	26.337,60	68,23

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Suzano

Dentre as creches que tiveram gastos para este subgrupo de despesa foi registrado na Claudio José o maior valor, com a marca de R\$ 82,89 por aluno, enquanto o menor valor registrado foi de R\$ 9,65 na creche Walter Passagli. A média por aluno foi de R\$ 68,23 para o Transporte Escolar no ano de 2012, em Suzano.

A tabela abaixo sintetiza o Gasto Aluno Efetivo – Acesso e Permanência

Tabela 8 – Gasto Aluno Efetivo – Acesso e Permanência – Suzano – 2012 (correntes)

UE	Total de Alunos	Total em Acesso e Permanência (R\$)	GAE-Acesso e Permanência (R\$)
Alice Setuko Honda Miyake, Profª	209	91.805,92	439,26
Antônio Teixeira, Ver.	101	42.046,95	416,31
Cidade Edson	46	24.133,67	524,65
Cláudio José Rodrigues, Prof.	205	114.997,30	560,96
Darcy Correa Gonçalves	231	79.734,44	345,17
Djalma dos Santos Paiva	109	51.970,96	476,8
Jardim Brasil II	42	23.773,01	566,02
Jardim Colorado	30	21.175,29	705,84
Jardim Maitê	50	29.775,77	595,52
Jardim Revista	52	29.017,06	558,02
Jardim São José	41	23.363,17	569,83
Jardim Tabamarajoara	46	32.175,07	699,46
Parque Maria Helena	133	39.907,63	300,06
Suzano Centro	60	32.288,20	538,14
Walter Passagli	44	23.585,43	536,03
Total ---> Média	1.399	659.749,87	471,59

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Suzano

Observa-se que o valor máximo do CAE-Acesso e Permanência foi de R\$ 705,84 para a creche Jardim Colorado e o menor foi de R\$ 300,06 para a creche Parque Maria Helena. O valor médio para este grupo de despesa foi de R\$ 471,59 por aluno, no ano de 2012, em Suzano.

4.1.5 Gastos com Serviços Terceirizados

Neste grupo de despesas foram agrupados os gastos com os serviços prestados por terceiros para a limpeza das caixas d'água, para o controle de pragas, para a segurança patrimonial e para alarme e monitoramento.

Uma vez prestado o serviço, o valor foi computado para aquela escola, naquele mês. Os valores foram pré-definidos para cada tipo de serviço pelo fato de serem compras centralizadas pela SME.

A Tabela 9 reúne os valores do Gasto Aluno Efetivo obtidos para esta categoria de gastos.

Tabela 9 – Gasto Aluno Efetivo – Serviços Terceirizados – Suzano – 2012 (correntes)

EU	Total de Alunos	Total em Serviços Terceirizados (R\$)	GAE-Serv.Terc (R\$)
Alice Setuko Honda Miyake, Profª	209	2.961,08	14,17
Antônio Teixeira, Ver.	101	28.312,79	280,32
Cidade Edson	46	4.597,26	99,94
Cláudio José Rodrigues, Prof.	205	43.963,92	214,46
Darcy Correa Gonçalves	231	38.557,34	166,91
Djalma dos Santos Paiva	109	2.877,69	26,40
Jardim Brasil II	42	4.555,42	108,46
Jardim Colorado	30	3.134,26	104,48
Jardim Maitê	50	3.620,69	72,41
Jardim Revista	52	6.442,89	123,90
Jardim São José	41	3.248,99	79,24
Jardim Tabamarajoara	46	3.105,81	67,52
Parque Maria Helena	133	3.960,89	29,78
Suzano Centro	60	2.843,24	47,39
Walter Passagli	44	3.337,74	75,86
Total ---> Média	1.399	155.520,01	111,17

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Suzano

Este grupo apresenta uma grande variação no valor do GAE – Serv. Terc. Parte das diferenças se deu pelo fato de que algumas escolas estavam em reforma, mesmo com a continuidade dos serviços educacionais. Durante as reformas a Secretaria de Educação de Suzano tomou a decisão de ampliar o período de cobertura do serviço de segurança neste período. As creches Antonio Teixeira, Claudio José e Darcy Correa são exemplos disso. Motivo pelo qual os valores para este grupo de despesa para estas escolas diferirem das demais.

O maior valor por aluno para este grupo de despesa foi de R\$ 280,32 (Antonio Teixeira) e o de menor valor por aluno foi de R\$ 14,17 (Alice Setuko). A média do valor do GAE-Serviços Terceirizados no ano de 2012, em Suzano, foi de R\$ 111,17.

4.1.6 Gastos com os Projetos das Escolas

Neste grupo foram lançados todos os valores gastos com os projetos que foram desenvolvidos em cada uma das escolas. Estes projetos – leitura, teatro, passeios culturais etc. – foram contratados pela secretaria, de forma centralizada, e as escolas puderam definir quais e quando ocorreriam.

Para este estudo não se contabilizou a utilização de recursos provenientes de outra fonte de financiamento externa aos recursos administrados pela SME, como por exemplo, o Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE.

A seguir, na Tabela 10, apresentamos os valores para esta categoria de gastos.

Tabela 10 – Gasto Aluno Efetivo – Projetos das Escolas – Suzano – 2012 (correntes)

UE	Total de Alunos	Total em Projetos (R\$)	GAE-Projetos (R\$)
Alice Setuko Honda Miyake, Profª	209	1.338,77	6,41
Antônio Teixeira, Ver.	101	2.280,77	22,58
Cidade Edson	46	1.204,67	26,19
Cláudio José Rodrigues, Prof.	205	1.338,77	6,53
Djalma dos Santos Paiva	109	669,38	6,14
Jardim Brasil II	42	669,38	15,94
Jardim Colorado	30	669,38	22,31
Jardim Maitê	50	879,30	17,59
Jardim Revista	52	1.161,38	22,33
Jardim São José	41	940,96	22,95
Jardim Tabamarajoara	46	1.066,26	23,18
Suzano Centro	60	3.215,96	53,60
Walter Passagli	44	669,38	15,21
Total ---> Média	1.035	16.104,36	15,56

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Suzano

O maior valor registrado para o GAE-Projetos foi de R\$ 53,60 (Suzano Centro) e o menor foi de R\$ 6,14 (Djalma dos Santos). O valor médio, por aluno, no ano de 2012, em Suzano, foi de R\$ 15,56.

Foram excluídas as creches Darcy Correa Gonçalves e Parque Maria Helena, pois estas escolas não receberam recursos no ano de 2012 por terem seus serviços educacionais iniciados durante o ano letivo, sem uma definição de projetos pedagógicos específicos.

4.1.7 Gastos com Manutenção e Reformas

Este grupo de despesas reuniu os valores gastos com a manutenção das Creches e com reformas realizadas no período de apuração dos dados. Optamos por apresentar desta forma, mesmo entendendo que os gastos com reformas não são regulares para a mesma unidade escolar, ano após ano.

O Tabela 11 aponta os valores gastos com a manutenção e com as reformas realizadas em 2012 em 8 creches. Em duas delas – Antonio Teixeira, Darcy Correa Gonçalves – as reformas envolveram ampliação de salas, enquanto nas demais as obras foram de reparo e pintura, com exceção da Creche Suzano Centro que teve apenas reparo na estrutura do telhado.

Tabela 11 – Gasto Aluno Efetivo – Manutenção e Reformas – Suzano – 2012 (correntes)

UE	Total de Alunos	Total em Obras e Reformas (R\$)	GAE-Obras e Reformas (R\$)
Alice Setuko Honda Miyake, Profª	209	185.170,34	885,98
Antônio Teixeira, Ver.	101	720.932,37	7.137,94
Cidade Edson	46	0,00	0,00
Cláudio José Rodrigues, Prof.	205	0,00	0,00
Darcy Correa Gonçalves	231	552.921,73	2.393,60
Djalma dos Santos Paiva	109	321.749,42	2.951,83
Jardim Brasil II	42	0,00	0,00
Jardim Colorado	30	226.637,66	7.554,59
Jardim Maitê	50	0,00	0,00
Jardim Revista	52	0,00	0,00
Jardim São José	41	177.723,19	4.334,71
Jardim Tabamarajoara	46	140.279,33	3.049,55
Parque Maria Helena	133	0,00	0,00
Suzano Centro	60	10.619,32	176,99
Walter Passagli	44	0,00	0,00
Total ---> Média	1.399	2.336.033,36	1.669,79

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Suzano

Os valores apresentaram uma grande variação para este item, sendo o maior deles de R\$ 7.554,59 (Jardim Colorado) e o menor R\$ 176,99 (Suzano Centro). O valor da reforma da Creche Jardim

Colorado não foi o maior deles, porém por se tratar de uma escola que atende poucos alunos, o rateio do valor representou o GAE-Manutenção e Reformas foi o mais elevado entre todas as creches.

4.1.8 Gastos com a Formação dos Profissionais da Educação

Os valores deste grupo de despesas informam os gastos que a secretaria realizou com a formação dos profissionais da educação no período de levantamento dos dados.

O processo de formação foi abrangente, sendo algumas formações específicas aos profissionais Docentes e outras aos Não Docentes, porém todos passaram por algum tipo de formação, desde os professores até os motoristas. Desta forma, optamos por não detalhar os gastos por categoria profissional, entendendo que todos os alunos da rede se beneficiariam com a formação dada a qualquer um dos profissionais da secretaria.

Na Tabela 12 apresentamos os valores obtidos para o GAE referente à formação dos profissionais da secretaria de educação de Suzano.

Tabela 12 – Gasto Aluno Efetivo – Formação dos Profissionais da Educação – Suzano – 2012

(correntes)

UE	Total de Alunos	Total em Formação dos Profissionais da Educação (R\$)	GAE-Formação (R\$)
Alice Setuko Honda Miyake, Prof ^a	209	21.671,21	103,69
Antônio Teixeira, Ver.	101	10.472,69	103,69
Cidade Edson	46	4.769,74	103,69
Cláudio José Rodrigues, Prof.	205	21.256,45	103,69
Darcy Correa Gonçalves	231	23.952,39	103,69
Djalma dos Santos Paiva	109	11.302,21	103,69
Jardim Brasil II	42	4.354,98	103,69
Jardim Colorado	30	3.110,70	103,69
Jardim Maitê	50	5.184,50	103,69
Jardim Revista	52	5.391,88	103,69
Jardim São José	41	4.251,29	103,69
Jardim Tabamarajoara	46	4.769,74	103,69
Parque Maria Helena	133	13.790,77	103,69
Suzano Centro	60	6.221,40	103,69
Walter Passagli	44	4.562,36	103,69
Total --> Média	1.399	145.062,31	103,69

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Suzano

Lembrando que o valor da formação é único para todos os alunos da rede em função da metodologia adotada³¹.

4.1.9 Gastos com a Administração da Rede Direta de Ensino Municipal

Foram agrupados nesta categoria os gastos com o pessoal dos vários setores da secretaria, os gastos com os serviços básicos das concessionárias de água, energia elétrica e de telefonia da sede da secretaria e dos setores, os gastos com o material de consumo, que inclui também os gastos com combustíveis, os gastos com a manutenção e reformas dos próprios de apoio, como o almoxarifado da alimentação escolar, a sede do transporte escolar e também a sede da secretaria, os gastos com a formação dos profissionais destes setores e os gastos com a locação de imóveis ocupados pelos vários setores da secretaria.

Abaixo, os dados para este grupo de despesas.

Tabela 13 – Gasto Aluno Efetivo – Administração da Rede Direta – Suzano – 2012 (correntes)

Tipos de Despesas	Total de Alunos do Sistema	Total de Alunos da Rede Direta	Total dos Gastos do Sistema(R\$)	Total dos Gastos da Rede(R\$)	GAE Administração (R\$)
Pessoal Não Docente	24.080	22.748	13.432.795,57	12.689.299,05	557,82
Concessionárias de Serv. Bas	24.080	22.748	244.301,57	230.779,64	10,15
Material de Consumo	24.080	22.748	137.795,67	130.168,77	5,72
Acesso e Permanência	24.080	22.748	36.416,73	34.401,09	1,51
Manutenção e Reformas	24.080	22.748	1.145.081,14	1.081.701,64	47,55
Formação	24.080	22.748	87.175,55	82.350,44	3,62
Locações	24.080	22.748	354.494,60	334.873,55	14,72
Total	24.080	22.748	15.438.060,83	14.583.574,17	641,09

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Suzano

O valor do Gasto Aluno Efetivo – Administração foi obtido pela proporção entre o total de alunos do Sistema Público Municipal, que inclui os 1.332 alunos da rede conveniada, e o total de alunos da Rede Direta administrada pela Secretaria de Educação. Desta maneira o valor do GAE – Administração da rede foi calculado como sendo R\$ 641,09, em Suzano, para o ano de 2012.

³¹ Como a formação, a nosso ver, tem por objetivo final a melhor qualificação dos profissionais da educação e como consequência a melhoria dos serviços por eles oferecidos aos alunos da rede, optamos por dividir o valor total dos gastos com formação pelo número total de alunos em cada uma das três redes analisadas, pelo fato de os profissionais da educação poderem se remanejar de uma escola para outra, disseminando, desta forma, a formação que receberam.(p. 51/52)

4.1.10 Consolidação do valor do Gasto Aluno Efetivo-Creches diretas em Suzano

A Tabela 14 traz os valores do GAE – Creche, organizado do maior valor para o menor de cada uma das Creches da rede municipal de administração direta da Secretaria de Educação de Suzano para o ano de 2012. Esta organização não representa qualquer ranqueamento, mas sim uma apresentação didática das informações.

Tabela 14 - Síntese do Gasto Aluno Efetivo das Creches de Suzano – GAE – Creche* – Suzano – 2012 (em R\$ correntes)

Creche	Nº Alunos	GAE-Pessoal	GAE-Serv Bas	GAE-Mat Cons	GAE-Aces e Perm	GAE-Kits	GAE-Alim	GAE-Transp	GAE-Serv Terc	GAE-Proj	GAE-Manut e Ref	GAE-Form	GAE-Adm	GAE – Creche
Jardim Colorado	30	14.560,29	255,81	793,77	705,84	174,63	531,22	-	104,48	22,31	7.554,59	103,69	641,09	24.741,88
Jardim São José	41	15.086,90	308,99	569,04	569,83	181,60	367,51	20,72	79,24	22,95	4.334,71	103,69	641,09	21.716,45
Jardim Tabamarajoara	46	15.615,73	142,88	453,57	699,46	181,25	370,45	147,76	67,52	23,18	3.049,55	103,69	641,09	20.796,67
Jardim Maitê	50	17.413,98	366,38	387,03	595,52	173,97	396,06	25,49	72,41	17,59	-	103,69	641,09	19.597,69
Antônio Teixeira, Ver.	101	9.640,72	273,45	254,48	416,31	178,56	237,74	-	280,32	22,58	7.137,94	103,69	641,09	18.770,58
Jardim Brasil II	42	15.479,05	149,72	524,86	566,02	184,49	381,54	-	108,46	15,94	-	103,69	641,09	17.588,84
Djalma dos Santos Paiva	109	11.397,16	219,04	292,33	476,80	186,36	290,44	-	26,40	6,14	2.951,83	103,69	641,09	16.114,48
Cidade Edson	46	13.898,82	329,97	479,65	524,65	179,58	345,07	-	99,94	26,19	-	103,69	641,09	16.104,00
Jardim Revista	52	13.797,72	270,47	463,83	558,02	183,90	374,12	-	123,90	22,33	-	103,69	641,09	15.981,05
Walter Passagli	44	13.124,90	210,17	542,66	536,03	179,91	346,47	9,65	75,86	15,21	-	103,69	641,09	15.249,62
Alice Setuko Honda Miyake, Profª	209	10.823,83	279,82	191,21	439,26	185,40	253,86	-	14,17	6,41	885,98	103,69	641,09	13.385,47
Darcy Correa Gonçalves	231	9.003,03	216,56	252,03	345,17	175,88	169,29	-	166,91	-	2.393,60	103,69	641,09	13.122,08
Suzano Centro	60	10.458,75	325,45	501,09	538,14	185,33	352,81	-	47,39	53,60	176,99	103,69	641,09	12.846,19
Parque Maria Helena	133	9.478,39	319,32	358,80	300,06	182,16	117,90	-	29,78	-	-	103,69	641,09	11.231,13
Cláudio José Rodrigues, Prof.	205	7.943,60	250,22	231,90	560,96	189,60	288,48	82,89	214,46	6,53	-	103,69	641,09	9.952,46
Total ---> Média		10.938,75	259,69	329,19	520,99	182,38	270,38	68,23	111,17	15,56	1.669,79	103,69	641,09	14.589,94

* ordenado na ordem decrescente do GAE – Creche

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Suzano

O maior valor de Gasto Aluno Efetivo para as creches de Suzano, para o ano de 2012 foi de R\$ 24.741,88, registrado na creche Jardim Colorado e o menor valor por aluno obtido foi de R\$ 9.952,46. O valor médio do GAE – Creche foi de R\$ 14.589,94. Uma diferença que representa 148% entre o menor e o maior valor por aluno das creches e Desvio Padrão³² de R\$ 3.972,93.

Na Tabela 15 apresentamos os valores médios para cada grupo de despesa do Gasto Aluno Efetivo - Creche e a participação percentual média de cada um deles na composição final.

Tabela 15 – GAE - Creche Médio e participação percentual – Suzano – 2012 (correntes)

Grupo de Despesa	GAE - Médio	%
1. Pessoal Docente e Não Docente	10.938,75	75,3%
1.1. Pessoal Docente		
1.2. Pessoal Não Docente		
2. Concessionárias Serviços Básicos	259,69	1,8%
3. Material de Consumo	329,19	2,3%
4. Acesso e Permanência	520,99	3,6%
4.1. Kit Escolar	182,38	1,3%
4.2. Alimentação Escolar	270,38	1,9%
4.3. Transporte Escolar	68,23	0,5%
5. Serviços Terceirizados	111,17	0,8%
6. Projetos das Escolas	15,56	0,1%
7. Manutenção e Reformas	1.669,79	11,4%
8. Formação dos Profissionais	103,69	0,7%
9. Administração da Rede	641,09	4,4%
GAE - Creche	14.589,94	100,0%

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Suzano

A composição do Gasto Aluno Efetivo médio para as creches de Suzano, para o ano de 2012, registrou 75,1% dos recursos para a remuneração dos seus profissionais. O gasto por aluno com a

³² Desvio Padrão – Medida estatística da variação absoluta ou dispersão de uma distribuição de frequência em torno de sua média, obtida mediante o cálculo da raiz quadrada da média aritmética dos quadrados dos desvios da distribuição de frequência. Quanto menor o Desvio Padrão, maior a representatividade da Média). Definição obtida do Dicionário de economia do século XXI (SANDRONI, 2010, p 247)

Manutenção e Reformas foi a segunda maior participação do GAE – Creche, com uma marca de 11,5%, seguida do gasto por aluno referente à Administração da Rede com 4,4% do total. O quarto grupo de despesa de maior valor foi o de Acesso e Permanência com 3,2% dos gastos por aluno e entre os subgrupos deste item a Alimentação registrou a maior participação, com 1,9% do total do GAE Creche.

No extremo oposto dos gastos por aluno estão os dois itens de maior referência pedagógica – Formação dos Profissionais e Projeto das Escolas - que juntos somam apenas 0,8% do total do GAE – Creche médio.

O gráfico abaixo ilustra a participação de cada grupo de despesa na composição do GAE – Creche Médio.

Gráfico 01 – Participação dos Grupos de Despesas no GAE – Creche Médio, Suzano, 2012

4.2. Gasto Aluno das creches da rede direta municipal própria de São Bernardo do Campo

A Secretaria de Educação de São Bernardo do Campo não havia desenvolvido uma metodologia para o cálculo do Gasto Aluno Efetivo, porém manifestado interesse em ter um instrumento de análise que pudesse balizar os patamares de investimentos que a municipalidade vinha consolidando por meio de sua política educacional para cada estudante da rede pública de ensino sob a responsabilidade direta da Secretaria de Educação.

Ao entrar no serviço público do município em setembro de 2013, por concurso para o cargo de Professor de Educação Básica II da Educação de Jovens e Adultos PEB-II-EJA para a disciplina de Matemática, fomos convidados pela Secretária Adjunta de Educação para realizar esta análise por conhecer o estudo que vínhamos desenvolvendo no âmbito de Pós Graduação, em nível de Mestrado na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – FE-USP, sobre o Gasto Aluno Efetivo nas Creches e pela experiência em gestão pública na Educação em vários municípios da Grande São Paulo, na área de acompanhamento e controle da execução orçamentária.

Ficou acertado que para a realização deste estudo seria necessária a ampliação de nossa jornada de trabalho em mais 16 horas que somadas às 24 horas como PEB-II-EJA completavam 40 horas semanais. O início deste estudo se deu a partir de outubro do mesmo ano.

Apresentamos, então, a proposta da metodologia que iríamos utilizar para a obtenção dos valores do Gasto Aluno Efetivo e após a aprovação iniciamos a obtenção dos dados nos vários setores da estrutura da Secretaria de Educação de São Bernardo do Campo.

4.2.1 Gastos com Pessoal Docente e Não-Docente

Os valores para esta Categoria de Gasto representam o total da remuneração paga anualmente aos profissionais de cada unidade escolar, incluindo os encargos sociais pagos pelo município, os

benefícios que cada trabalhador teve direito como Vale Alimentação, Auxílio Refeição, além dos adicionais por Senioridade (tempo de serviço) e de Gratificação por Local de Exercício, bem como o Vale Transporte.

Os profissionais que compõem o quadro de pessoal de cada unidade escolar cujos valores das remunerações estão aqui expressos são todos funcionários próprios da Secretaria de Educação, não contendo nenhum prestador de serviço de empresas terceirizadas.

Apresentamos inicialmente os valores para o todo o pessoal das creches e adiante serão apresentados os valores parciais para o pessoal docente e para o pessoal não docente.

A seguir os valores obtidos para o Gasto Aluno Efetivo – Pessoal

Tabela 16 - Gasto Aluno Efetivo – Pessoal – SBC – 2013 (correntes)

UE	Total de Alunos	Total da Folha e Encargos (R\$)	GAE-Pessoal (R\$)
Afonso Monteiro da Cruz	128	1.645.654,11	12.856,67
Agostinho dos Santos	155	1.847.508,59	11.919,41
Antonio Jose Mantuan	87	1.214.720,28	13.962,30
Arlindo Ferreira	111	1.485.311,10	13.381,18
Armando Zoboli	183	2.169.830,78	11.857,00
Cecilia Oliveira Turbay, Professora	283	3.511.069,49	12.406,61
Dolores de Toledo de Matteo, Professora	136	1.773.758,34	13.042,34
Dora e Maurício Galante	107	1.448.860,50	13.540,75
Eunice Alves Eneas Soares	66	1.041.666,15	15.782,82
Francisco Diassis Gomes Teixeira	187	1.972.758,95	10.549,51
Geraldo de Melo Ferreira	109	1.488.249,70	13.653,67
Gervasio Paz Folha, Vereador	104	1.507.724,49	14.497,35
Gildo dos Santos	60	852.907,04	14.215,12
Jacob Zampieri	108	1.422.637,81	13.172,57
Joao Setti	79	1.062.345,47	13.447,41
Jose Augusto Oliveira Santos	143	1.963.406,54	13.730,12
Jose Roberto Preto	194	2.113.716,61	10.895,45
Josue de Castro	114	1.754.911,69	15.393,96
Kiyoshi Tanaka, Vereador	66	985.114,97	14.925,98
Loide Ungaretti Torres, Professora	51	834.326,83	16.359,35
Luana Lino de Souza	124	1.830.836,07	14.764,81
Manoel Torres de Oliveira	90	1.329.613,92	14.773,49
Marcelo Peres Ribeiro	150	1.645.545,71	10.970,30
Maria Anselma Vieira, Irmã	131	1.569.701,90	11.982,46
Maria Jose Mattar Jorge, Professora	198	2.248.135,12	11.354,22
Roberto Montanheiro, Pastor	136	1.999.803,01	14.704,43
Rosa de Pacce dos Santos, Professora	96	1.155.970,01	12.041,35
Sadão Higuchi	128	1.507.296,03	11.775,75
Silvio Teles de Souza, Professor	56	804.939,70	14.373,92
Sonia Regina Hernandez de Lima, Professora	65	902.925,20	13.891,16
Tarsila do Amaral	139	1.991.452,54	14.327,00
Valderez Avelino de Souza	81	1.341.827,45	16.565,77
Zoraida Aparecida, Professora	160	1.716.946,78	10.730,92
Total --> Média	4.025	52.141.472,88	12.954,40

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de São Bernardo do Campo

A partir dos dados podemos verificar que o valor do Gasto Aluno Efetivo – Pessoal para as Creches varia de R\$ 10.549,71 (EMEB Francisco Diassis Gomes Teixeira) até R\$ 16.565,77 (EMEB Valderez Avelino de Souza), e corresponde a uma variação de 57% entre o menor e o maior valor. O valor médio para o GAE – Pessoal foi de R\$ 12.954,40.

4.2.1.a Gastos com Pessoal Docente

Os valores para este subgrupo de despesa representam os gastos que a Secretaria de Educação realizou com as remunerações, incluindo os encargos patronais, dos profissionais que exercem função docente. São eles:

Os valores obtidos para o Gasto Aluno Efetivo – Pessoal Docente foram:

Tabela 17 - Gasto Aluno Efetivo – Pessoal Docente – SBC – 2013 (correntes)

UE	Total de Alunos	Total da Folha e Encargos (R\$)	GAE-Pessoal Docente (R\$)
Afonso Monteiro da Cruz	128	1.475.056,79	11.523,88
Agostinho dos Santos	155	1.662.117,05	10.723,34
Antonio Jose Mantuan	87	1.073.494,33	12.339,02
Arlindo Ferreira	111	1.309.785,96	11.799,87
Armando Zoboli	183	1.885.526,19	10.303,42
Cecilia Oliveira Turbay, Professora	283	3.150.320,78	11.131,88
Dolores de Toledo de Matteo, Professora	136	1.581.706,24	11.630,19
Dora e Maurício Galante	107	1.293.742,82	12.091,05
Eunice Alves Eneas Soares	66	891.384,06	13.505,82
Francisco Diassis Gomes Teixeira	187	1.794.837,28	9.598,06
Geraldo de Melo Ferreira	109	1.217.517,97	11.169,89
Gervasio Paz Folha, Vereador	104	1.283.392,72	12.340,31
Gildo dos Santos	60	695.954,21	11.599,24
Jacob Zampieri	108	1.291.320,62	11.956,67
Joao Setti	79	949.503,99	12.019,04
Jose Augusto Oliveira Santos	143	1.622.377,36	11.345,30
Jose Roberto Preto	194	1.868.283,71	9.630,33
Josue de Castro	114	1.522.209,45	13.352,71
Kiyoshi Tanaka, Vereador	66	790.057,04	11.970,56
Loide Ungaretti Torres, Professora	51	736.547,34	14.442,10
Luana Lino de Souza	124	1.521.076,96	12.266,75
Manoel Torres de Oliveira	90	1.165.426,61	12.949,18
Marcelo Peres Ribeiro	150	1.512.007,42	10.080,05
Maria Anselma Vieira, Irmã	131	1.427.108,67	10.893,96
Maria Jose Mattar Jorge, Professora	198	1.982.752,67	10.013,90
Roberto Montanheiro, Pastor	136	1.735.662,47	12.762,22
Rosa de Pacce dos Santos, Professora	96	1.045.820,32	10.893,96
Sadão Higuchi	128	1.362.362,11	10.643,45
Silvio Teles de Souza, Professor	56	656.355,54	11.720,63
Sonia Regina Hernandez de Lima, Professora	65	738.769,63	11.365,69
Tarsila do Amaral	139	1.696.106,75	12.202,21
Valderez Avelino de Souza	81	1.157.512,44	14.290,28
Zoraida Aparecida, Professora	160	1.558.124,50	9.738,28
Total --> Média	4.025	45.654.222,00	11.342,66

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de São Bernardo do Campo

O maior valor para o GAE – Pessoal Docente foi de R\$ 14.442,10 encontrado na Creche Loide Ungaretti e o menor valor foi de R\$ 9.598,06, registrado na Creche Francisco Diassis. Essa diferença representa uma variação de 50,5% entre o maior e o menor valor do GAE – Pessoal Docente. A média dos valores do GAE – Pessoal Docente foi de R\$ 11.342,66.

4.2.1.2 Gastos com Pessoal Não Docente

Os valores para este subgrupo de despesa representam os gastos que a Secretaria de Educação realizou com as remunerações, incluindo os encargos patronais, dos profissionais que não exercem função docente. São eles:

Os valores obtidos foram:

Tabela 18 - Gasto Aluno Efetivo – Pessoal Não Docente – SBC – 2013 (correntes)

UE	Total de Alunos	Total da Folha e Encargos (R\$)	GAE-Pessoal Não Docente (R\$)
Afonso Monteiro da Cruz	128	170.597,32	1.332,79
Agostinho dos Santos	155	185.391,54	1.196,07
Antonio Jose Mantuan	87	141.225,95	1.623,29
Arlindo Ferreira	111	175.525,14	1.581,31
Armando Zoboli	183	284.304,59	1.553,58
Cecilia Oliveira Turbay, Professora	283	360.748,71	1.274,73
Dolores de Toledo de Matteo, Professora	136	192.052,10	1.412,15
Dora e Maurício Galante	107	155.117,68	1.449,70
Eunice Alves Eneas Soares	66	150.282,09	2.277,00
Francisco Diassis Gomes Teixeira	187	177.921,67	951,45
Geraldo de Melo Ferreira	109	270.731,73	2.483,78
Gervasio Paz Folha, Vereador	104	224.331,77	2.157,04
Gildo dos Santos	60	156.952,83	2.615,88
Jacob Zampieri	108	131.317,19	1.215,90
Joao Setti	79	112.841,48	1.428,37
Jose Augusto Oliveira Santos	143	341.029,18	2.384,82
Jose Roberto Preto	194	245.432,90	1.265,12
Josue de Castro	114	232.702,24	2.041,25
Kiyoshi Tanaka, Vereador	66	195.057,93	2.955,42
Loide Ungaretti Torres, Professora	51	97.779,49	1.917,24
Luana Lino de Souza	124	309.759,11	2.498,06
Manoel Torres de Oliveira	90	164.187,31	1.824,30
Marcelo Peres Ribeiro	150	133.538,29	890,26
Maria Anselma Vieira, Irmã	131	142.593,23	1.088,50
Maria Jose Mattar Jorge, Professora	198	265.382,45	1.340,32
Roberto Montanheiro, Pastor	136	264.140,54	1.942,21
Rosa de Pacce dos Santos, Professora	96	110.149,69	1.147,39
Sadão Higuchi	128	144.933,92	1.132,30
Silvio Teles de Souza, Professor	56	148.584,16	2.653,29
Sonia Regina Hernandez de Lima, Professora	65	164.155,57	2.525,47
Tarsila do Amaral	139	295.345,79	2.124,79
Valderez Avelino de Souza	81	184.315,01	2.275,49
Zoraida Aparecida, Professora	160	158.822,28	992,64
Total --> Média	4.025	6.487.250,88	1.611,74

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de São Bernardo do Campo

Para este subgrupo de despesa o maior valor encontrado para o GAE – Pessoal Não Docente foi de R\$ 2.955,42, registrado na Creche Kiyoshi Tanaka e o de menor valor foi de R\$ 890,26,

encontrado na Creche Marcelo Peres. Uma diferença de 232% entre o maior e o menor valor. O valor médio para o GAE – Pessoal Não Docente foi de R\$ 1.611,74.

4.2.2 Gastos com Concessionárias de Serviços Básicos

Neste grupo de despesas foram organizados os valores de cada um dos serviços de fornecimento de energia elétrica, de água e de telefonia de cada unidade escolar durante o ano de 2013.

Tabela 19 – Gasto Aluno Efetivo – Concessionárias de Serviços Básicos – SBC – 2013 (correntes)

UE	Total de Alunos	Total Concessionárias (R\$)	GAE-Serv Bas (R\$)
Afonso Monteiro da Cruz	128	224.140,06	1.752,24
Agostinho dos Santos	155	95.978,66	619,88
Antonio Jose Mantuan	87	91.602,96	1.053,92
Arlindo Ferreira	111	194.134,40	1.746,34
Armando Zoboli	183	53.194,88	290,42
Cecilia Oliveira Turbay, Professora	283	320.074,75	1.130,34
Dolores de Toledo de Matteo, Professora	136	94.413,86	692,52
Dora e Maurício Galante	107	94.817,95	885,46
Eunice Alves Eneas Soares	66	19.877,92	301,94
Francisco Diassis Gomes Teixeira	187	189.977,40	1.015,47
Geraldo de Melo Ferreira	109	119.094,52	1.091,78
Gervasio Paz Folha, Vereador	104	146.318,03	1.401,29
Gildo dos Santos	60	64.230,27	1.064,59
Jacob Zampieri	108	134.444,81	1.249,68
Joao Setti	79	100.504,83	1.274,90
Jose Augusto Oliveira Santos	143	141.007,11	986,06
Jose Roberto Preto	194	27.514,77	141,71
Josue de Castro	114	148.355,57	1.298,52
Kiyoshi Tanaka, Vereador	66	95.060,85	1.442,14
Loide Ungaretti Torres, Professora	51	63.084,31	1.230,91
Luana Lino de Souza	124	193.498,26	1.558,38
Manoel Torres de Oliveira	90	153.568,04	1.703,16
Marcelo Peres Ribeiro	150	234.789,48	1.569,62
Maria Anselma Vieira, Irmã	131	169.329,21	1.291,77
Maria Jose Mattar Jorge, Professora	198	263.642,91	1.334,34
Roberto Montanheiro, Pastor	136	170.275,05	1.255,87
Rosa de Pacce dos Santos, Professora	96	91.357,43	951,64
Sadão Higuchi	128	127.494,93	998,65
Silvio Teles de Souza, Professor	56	63.835,36	1.139,92
Sonia Regina Hernandez de Lima, Professora	65	42.949,48	656,55
Tarsila do Amaral	139	5.898,30	42,43
Valderez Avelino de Souza	81	93.651,18	1.162,17
Zoraida Aparecida, Professora	160	37.708,56	236,29
Total --> Média	4.025	4.065.826,13	1.010,21

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de São Bernardo do Campo

Os valores do GAE – Serviços Básicos variaram bastante, sendo o de menor valor R\$ 42,43 obtido na EMEB Tarcila do Amaral e o de maior valor R\$ 1.752,24 na creche Afonso Monteiro, sendo, em média, o valor por aluno ao longo do ano de R\$ 1.010,21

A participação de cada um dos serviços na composição do valor total para esta categoria de gasto também foi diferente, sendo a Energia Elétrica a que mais impactou o GAE –Serv Bas, com 73,3% do valor médio anual. O serviço de fornecimento de água apresentou uma média anual de 23,5% e o de telefonia 3,2%.

4.2.3 Gastos com Materiais de Consumo

Os itens que compuseram esta categoria de gastos foram: material de limpeza; material de higiene; material de papelaria; material de informática; material de escritório ou de secretaria e outros tipos de materiais.

Nossa intenção inicial era a de obter os valores por tipo de material, porém à medida que fomos obtendo os dados, verificamos que a forma com que estes materiais são cadastrados no sistema de controle de estoque da Secretaria de Educação de São Bernardo do Campo não permitia que o agrupamento por tipo pudesse ser feito. Não foram analisados os estoques de materiais que as escolas possuíam ao longo do ano.

Tabela 20 – Gasto Aluno Efetivo – Material de Consumo – SBC – 2013 (correntes)

UE	Total de Alunos	Total Material de Consumo (R\$)	GAE-Mat Cons (R\$)
Afonso Monteiro da Cruz	128	18.688,63	146,10
Agostinho dos Santos	155	15.540,62	100,37
Antonio Jose Mantuan	87	12.664,63	145,71
Arlindo Ferreira	111	14.939,69	134,39
Armando Zoboli	183	26.592,14	145,18
Cecilia Oliveira Turbay, Professora	283	193.501,94	683,35
Dolores de Toledo de Matteo, Professora	136	18.717,20	137,29
Dora e Maurício Galante	107	14.889,94	139,05
Eunice Alves Eneas Soares	66	15.576,17	236,60
Francisco Diassis Gomes Teixeira	187	17.363,20	92,81
Geraldo de Melo Ferreira	109	14.767,70	135,38
Gervasio Paz Folha, Vereador	104	10.932,43	104,70
Gildo dos Santos	60	14.286,33	236,79
Jacob Zampieri	108	60.611,37	563,39
Joao Setti	79	10.666,94	135,31
Jose Augusto Oliveira Santos	143	15.609,88	109,16
Jose Roberto Preto	194	20.785,54	107,05
Josue de Castro	114	19.476,20	170,47
Kiyoshi Tanaka, Vereador	66	19.633,28	297,85
Loide Ungaretti Torres, Professora	51	9.770,30	190,64
Luana Lino de Souza	124	104.342,22	840,34
Manoel Torres de Oliveira	90	17.737,59	196,72
Marcelo Peres Ribeiro	150	16.823,64	112,47
Maria Anselma Vieira, Irmã	131	9.469,46	72,24
Maria Jose Mattar Jorge, Professora	198	17.470,32	88,42
Roberto Montanheiro, Pastor	136	119.469,25	881,15
Rosa de Pacce dos Santos, Professora	96	15.205,44	158,39
Sadão Higuchi	128	13.619,48	106,68
Silvio Teles de Souza, Professor	56	14.276,08	254,93
Sonia Regina Hernandez de Lima, Professora	65	18.067,43	276,19
Tarsila do Amaral	139	26.090,30	187,70
Valderez Avelino de Souza	81	16.107,00	199,88
Zoraida Aparecida, Professora	160	16.679,65	104,52
Total --> Média	4.025	950.371,97	236,13

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de São Bernardo do Campo

A soma dos valores obtidos compuseram o Gasto Aluno Efetivo – Material de Consumo, sendo que o maior valor obtido foi de R\$ 881,15, na creche Roberto Montanheiro, e o menor valor foi de R\$ 72,24, registrado na creche Maria Anselma. A variação foi de mais de 1.000%. O valor médio para o GAE – Efetivo – Material de Consumo foi de R\$ 236,13.

4.2.4 Gastos com Itens de Acesso e Permanência

Para uma melhor análise dos gastos realizados com os itens de distribuição gratuita que são vinculados diretamente ao indivíduo aluno fizemos uma subdivisão desta categoria de gastos.

Analisaremos inicialmente o Gasto Aluno Efetivo referente aos kits escolares, individuais e coletivos, incluindo aqueles que foram distribuídos aos professores e em seguida a análise será sobre os gastos com a Alimentação Escolar. Não foram registrados gastos com o Transporte Escolar para esta etapa de ensino.

4.2.4.a Gastos com Kits Escolares

Para o estabelecimento do GAE – Kits Escolares multiplicamos o valor de cada kit (individual e coletivo) pelo número de alunos de cada etapa/modalidade de ensino e a somatória destes valores foi dividida pelo número total de alunos daquela unidade e o valor do kit do professor ficou definido pelo número de professores de cada unidade escolar e, então, o valor da soma dos kits foi dividido pelo total de alunos daquela escola.

Os valores obtidos formam então uma composição dos preços entres os três tipos de kit, que estão expressos na tabela abaixo.

Tabela 21 – Gasto Aluno Efetivo – Kits Escolares – SBC – 2013 (correntes)

UE	Total de Alunos	Total Kits Escolares (R\$)	GAE-Kits (R\$)
Afonso Monteiro da Cruz	128	7.635,35	59,69
Agostinho dos Santos	155	8.758,92	56,57
Antonio Jose Mantuan	87	5.163,72	59,41
Arlindo Ferreira	111	6.081,93	54,71
Armando Zoboli	183	10.931,39	59,68
Cecilia Oliveira Turbay, Professora	283	15.962,11	56,37
Dolores de Toledo de Matteo, Professora	136	8.035,49	58,94
Dora e Maurício Galante	107	6.789,08	63,40
Eunice Alves Eneas Soares	66	3.624,13	55,05
Francisco Diassis Gomes Teixeira	187	10.031,41	53,62
Geraldo de Melo Ferreira	109	6.491,55	59,51
Gervasio Paz Folha, Vereador	104	6.112,55	58,54
Gildo dos Santos	60	3.323,76	55,09
Jacob Zampieri	108	6.271,03	58,29
Joao Setti	79	4.680,34	59,37
Jose Augusto Oliveira Santos	143	8.365,50	58,50
Jose Roberto Preto	194	11.139,34	57,37
Josue de Castro	114	7.004,67	61,31
Kiyoshi Tanaka, Vereador	66	4.877,17	73,99
Loide Ungaretti Torres, Professora	51	2.880,76	56,21
Luana Lino de Souza	124	7.144,55	57,54
Manoel Torres de Oliveira	90	5.377,54	59,64
Marcelo Peres Ribeiro	150	8.378,16	56,01
Maria Anselma Vieira, Irmã	131	7.387,86	56,36
Maria Jose Mattar Jorge, Professora	198	11.048,86	55,92
Roberto Montanheiro, Pastor	136	8.126,87	59,94
Rosa de Pacce dos Santos, Professora	96	5.631,36	58,66
Sadão Higuchi	128	7.453,18	58,38
Silvio Teles de Souza, Professor	56	3.451,84	61,64
Sonia Regina Hernandez de Lima, Professora	65	3.800,05	58,09
Tarsila do Amaral	139	8.879,32	63,88
Valderez Avelino de Souza	81	4.782,62	59,35
Zoraida Aparecida, Professora	160	8.812,19	55,22
Total --> Média	4.025	234.434,59	58,25

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de São Bernardo do Campo

O maior valor para o Gasto Aluno Efetivo – Kits foi de R\$ 73,99, encontrado na creche Kiyoshi Tanaka e o menor valor foi de R\$ 53,62 na creche Francisco Diassis. O valor médio para este item de gasto foi de R\$ 58,25.

4.2.4.b Gastos com Alimentação Escolar

Os valores para o Gasto Aluno Efetivo – Alimentação incluem os gastos com produtos estocáveis, com produtos de hortifrúti, com o fornecimento de gás, enviados para as escolas e com o serviço terceirizado das merendeiras de cada escola. Estes valores foram, então, somados e o resultado foi

dividido pelo total de alunos daquela unidade e não pelo número de alunos que se alimentou na escola.

Segundo apuramos junto à Divisão de Alimentação Escolar, onde obtivemos os dados, há tradicionalmente estabelecido na rede de São Bernardo do Campo uma multiplicidade de arranjos de cardápios e, portanto, o valor do GAE – Alimentação Escolar representa esta variedade.

Abaixo, os valores obtidos para este subgrupo de despesa.

Tabela 22 – Gasto Aluno Efetivo – Alimentação Escolar – SBC – 2013 (correntes)

UE	Total de Alunos	Total Alimentação Escolar (R\$)	GAE-Alim (R\$)
Afonso Monteiro da Cruz	128	235.938,63	1.844,47
Agostinho dos Santos	155	277.260,05	1.790,70
Antonio Jose Mantuan	87	207.199,69	2.383,89
Arlindo Ferreira	111	219.942,65	1.978,49
Armando Zoboli	183	330.981,04	1.806,99
Cecilia Oliveira Turbay, Professora	283	411.675,77	1.453,83
Dolores de Toledo de Matteo, Professora	136	260.481,88	1.910,63
Dora e Maurício Galante	107	223.675,01	2.088,79
Eunice Alves Eneas Soares	66	147.935,35	2.247,12
Francisco Diassis Gomes Teixeira	187	291.795,04	1.559,71
Geraldo de Melo Ferreira	109	209.314,72	1.918,85
Gervasio Paz Folha, Vereador	104	219.626,67	2.103,37
Gildo dos Santos	60	155.304,19	2.574,10
Jacob Zampieri	108	215.822,18	2.006,09
Joao Setti	79	192.509,61	2.441,98
Jose Augusto Oliveira Santos	143	275.478,43	1.926,42
Jose Roberto Preto	194	290.029,88	1.493,72
Josue de Castro	114	204.034,30	1.785,86
Kiyoshi Tanaka, Vereador	66	153.725,45	2.332,12
Loide Ungaretti Torres, Professora	51	153.453,69	2.994,22
Luana Lino de Souza	124	238.806,75	1.923,28
Manoel Torres de Oliveira	90	205.196,26	2.275,74
Marcelo Peres Ribeiro	150	269.388,29	1.800,92
Maria Anselma Vieira, Irmã	131	210.885,19	1.608,79
Maria Jose Mattar Jorge, Professora	198	287.450,37	1.454,83
Roberto Montanheiro, Pastor	136	265.942,67	1.961,47
Rosa de Pacce dos Santos, Professora	96	175.638,08	1.829,56
Sadão Higuchi	128	219.879,41	1.722,29
Silvio Teles de Souza, Professor	56	148.192,62	2.646,30
Sonia Regina Hernandez de Lima, Professora	65	155.533,73	2.377,59
Tarsila do Amaral	139	264.831,47	1.905,26
Valderez Avelino de Souza	81	169.929,14	2.108,74
Zoraida Aparecida, Professora	160	268.195,67	1.680,60
Total --> Média	4.025	7.556.053,87	1.877,40

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de São Bernardo do Campo

O maior valor para o Gasto Aluno Efetivo – Alimentação foi de R\$ 2.994,22, obtido na creche Loide Ungaretti Torres, Professora, e o menor valor foi de R\$ 1.453,83 na creche Cecília Oliveira. Uma variação de mais de 100% para este item. O valor médio foi de R\$ 1.877,40.

Pudemos apurar a participação média de cada um dos itens que compõem o GAE – Alimentação. A tabela abaixo apresenta a composição participativa destes itens.

Tabela 23 – Participação dos itens que compõem o GAE – Alimentação Escolar Médio – SBC – 2013

	Hortifrúti	Estocáveis	Gás	Merendeiras	GAE – Alimentação
GAE-Alim Médio	76,97	625,17	46,93	1.128,32	1.877,40
Participação Média	4,10%	33,30%	2,50%	60,10%	100%

A Tabela 24 sintetiza os valores do GAE – Acesso e Permanência para as creches.

Tabela 24 – Gasto Aluno Efetivo – Acesso e Permanência – SBC – 2013 (correntes)

UE	Total de Alunos	Total Acesso e Permanência (R\$)	GAE-Aces e Perm (R\$)
Afonso Monteiro da Cruz	128	243.573,98	1.930,01
Agostinho dos Santos	155	286.018,97	1.873,12
Antonio Jose Mantuan	87	212.363,41	2.469,15
Arlindo Ferreira	111	226.024,57	2.059,05
Armando Zoboli	183	341.912,42	1.892,52
Cecilia Oliveira Turbay, Professora	283	427.637,87	1.536,05
Dolores de Toledo de Matteo, Professora	136	268.517,37	1.995,41
Dora e Maurício Galante	107	230.464,10	2.178,04
Eunice Alves Eneas Soares	66	151.559,48	2.328,02
Francisco Diassis Gomes Teixeira	187	301.826,45	1.639,18
Geraldo de Melo Ferreira	109	215.806,27	2.004,21
Gervasio Paz Folha, Vereador	104	225.739,22	2.187,76
Gildo dos Santos	60	158.627,95	2.655,04
Jacob Zampieri	108	222.093,22	2.090,23
Joao Setti	79	197.189,94	2.527,20
Jose Augusto Oliveira Santos	143	283.843,93	2.010,77
Jose Roberto Preto	194	301.169,22	1.576,94
Josue de Castro	114	211.038,97	1.873,02
Kiyoshi Tanaka, Vereador	66	158.602,62	2.431,96
Loide Ungaretti Torres, Professora	51	156.334,46	3.076,28
Luana Lino de Souza	124	245.951,30	2.006,67
Manoel Torres de Oliveira	90	210.573,80	2.361,23
Marcelo Peres Ribeiro	150	277.766,46	1.882,78
Maria Anselma Vieira, Irmã	131	218.273,05	1.691,00
Maria Jose Mattar Jorge, Professora	198	298.499,23	1.536,60
Roberto Montanheiro, Pastor	136	274.069,53	2.047,26
Rosa de Pacce dos Santos, Professora	96	181.269,44	1.914,07
Sadão Higuchi	128	227.332,59	1.806,52
Silvio Teles de Souza, Professor	56	151.644,46	2.733,79
Sonia Regina Hernandez de Lima, Professora	65	159.333,79	2.461,53
Tarsila do Amaral	139	273.710,79	1.994,99
Valderez Avelino de Souza	81	174.711,76	2.193,94
Zoraida Aparecida, Professora	160	277.007,86	1.761,67
Total --> Média	4.025	7.790.488,46	1.935,65

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de São Bernardo do Campo

4.2.5 Gastos com Serviços Terceirizados

Foram dois os serviços terceirizados analisados para o estabelecimento do Gasto Aluno Efetivo: o de limpeza e o de vigilância.

Nas escolas analisadas ocorreu apenas o serviço de vigilância, sendo que a limpeza nestas escolas foi realizada por pessoal do quadro de funcionários e, portanto já incluídos no item de despesa Pessoal Não Docente.

Como apenas os alunos das escolas em que o serviço de vigilância ocorreu foram beneficiados diretamente, os valores correspondentes impactaram apenas nestas escolas.

Abaixo os valores obtidos para os serviços terceirizados.

Tabela 25 – Gasto Aluno Efetivo – Serviços Terceirizados – SBC – 2013 (correntes)

UE	Total de Alunos	Total Serviços Terceirizados (R\$)	GAE-SERV TERC (R\$)
Afonso Monteiro da Cruz	128	195.917,32	1.531,60
Agostinho dos Santos	155	98.500,21	636,17
Antonio Jose Mantuan	87	-	-
Arlindo Ferreira	111	98.533,65	886,36
Armando Zoboli	183	192.153,25	1.049,06
Cecilia Oliveira Turbay, Professora	283	97.344,24	343,77
Dolores de Toledo de Matteo, Professora	136	95.436,26	700,02
Dora E Maurício Galante	107	-	-
Eunice Alves Eneas Soares	66	-	-
Francisco Diassis Gomes Teixeira	187	-	-
Geraldo de Melo Ferreira	109	94.769,05	868,78
Gervasio Paz Folha, Vereador	104	93.744,06	897,79
Gildo dos Santos	60	-	-
Jacob Zampieri	108	96.468,05	896,68
Joao Setti	79	-	-
Jose Augusto Oliveira Santos	143	-	-
Jose Roberto Preto	194	-	-
Josue De Castro	114	187.563,14	1.641,69
Kiyoshi Tanaka, Vereador	66	-	-
Loide Ungaretti Torres, Professora	51	93.383,17	1.822,11
Luana Lino de Souza	124	94.214,52	758,77
Manoel Torres de Oliveira	90	-	-
Marcelo Peres Ribeiro	150	191.778,18	1.282,08
Maria Anselma Vieira, Irmã	131	97.405,02	743,08
Maria Jose Mattar Jorge, Professora	198	-	-
Roberto Montanheiro, Pastor	136	-	-
Rosa de Pacce dos Santos, Professora	96	-	-
Sadão Higuchi	128	98.629,19	772,55
Silvio Teles de Souza, Professor	56	92.757,80	1.656,39
Sonia Regina Hernandez de Lima, Professora	65	-	-
Tarsila do Amaral	139	166.905,64	1.200,76
Valderez Avelino de Souza	81	83.470,63	1.035,83
Zoraida Aparecida, Professora	160	91.829,04	575,43
Total --> Média	2.451	2.260.802,43	922,46

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de São Bernardo do Campo

A terceirização produziu um impacto no Gasto Aluno Efetivo – Serviços Terceirizados que variou de um valor mínimo de R\$ 343,77 registrado na creche Cecília Oliveira até o valor máximo de R\$ 1.822,11 na creche Loide Ungaretti. Uma variação de 430%. O valor médio para este item de despesa foi de R\$ 922,46.

Por uma decisão metodológica optamos em listar todas as escolas do grupo, mesmo aquelas que não apresentaram gastos com este tipo de serviço, como foi o caso das escolas Antonio José, Dora e Maurício Galante, Eunice Alves, Francisco Diassis, Gildo dos Santos, João Zetti, José Augusto, José Roberto, Kiyoshi Tanaka, Manoel Torres, Maria José, Roberto Montanheiro, Rosa de Pacce e Sonia Regina. O cálculo do valor médio do GAE – Serv Terc não levou em consideração o número de alunos destas creches.

4.2.6 Gastos com os Projetos das Escolas

Neste grupo foram lançados todos os valores enviados às APMs das creches da rede de ensino municipal para o desenvolvimento dos seus projetos. Para o estabelecimento do Gasto Aluno Efetivo – Projetos não se contabilizou a utilização de recursos provenientes de outra fonte de financiamento, externa aos recursos administrados pela municipalidade, como por exemplo, o Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, nem os recursos que as APMs arrecadaram por seus meios próprios.

A seguir os dados obtidos para este item de despesa.

Tabela 26 – Gasto Aluno Efetivo – Projeto das Escolas – SBC – 2013 (correntes)

UE	Total de Alunos	Total Projetos (R\$)	GAE-Projetos (R\$)
Afonso Monteiro da Cruz	128	23.337,62	182,44
Agostinho dos Santos	155	26.943,38	174,02
Antonio Jose Mantuan	87	16.787,40	193,14
Arlindo Ferreira	111	18.995,95	170,88
Armando Zoboli	183	32.140,30	175,47
Cecilia Oliveira Turbay, Professora	283	45.995,00	162,43
Dolores de Toledo de Matteo, Professora	136	24.449,62	179,34
Dora e Maurício Galante	107	21.305,62	198,96
Eunice Alves Eneas Soares	66	12.590,66	191,25
Francisco Diassis Gomes Teixeira	187	30.088,03	160,83
Geraldo de Melo Ferreira	109	20.798,29	190,66
Gervasio Paz Folha, Vereador	104	19.702,89	188,69
Gildo dos Santos	60	11.692,15	193,79
Jacob Zampieri	108	19.826,83	184,29
Joao Setti	79	15.691,99	199,05
Jose Augusto Oliveira Santos	143	25.692,67	179,67
Jose Roberto Preto	194	33.343,49	171,73
Josue de Castro	114	21.415,35	187,44
Kiyoshi Tanaka, Vereador	66	13.136,30	199,29
Loide Ungaretti Torres, Professora	51	10.911,32	212,90
Luana Lino de Souza	124	21.489,13	173,07
Manoel Torres de Oliveira	90	17.273,55	191,57
Marcelo Peres Ribeiro	150	25.110,47	167,87
Maria Anselma Vieira, Irmã	131	22.943,60	175,03
Maria Jose Mattar Jorge, Professora	198	33.574,63	169,93
Roberto Montanheiro, Pastor	136	24.564,27	181,17
Rosa de Pacce dos Santos, Professora	96	18.178,20	189,36
Sadão Higuchi	128	22.877,58	179,20
Silvio Teles de Souza, Professor	56	12.086,75	215,83
Sonia Regina Hernandez de Lima, Professora	65	13.199,30	201,77
Tarsila do Amaral	139	26.724,39	192,26
Valderez Avelino de Souza	81	16.519,88	205,00
Zoraida Aparecida, Professora	160	26.731,46	167,51
Total --> Média	4.025	726.118,05	180,41

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de São Bernardo do Campo

O maior valor para o GAE – Projetos foi de R\$ 215,83, repassados para a APM da creche Silvio Teles e o menor valor foi de R\$ 160,83 por aluno para a creche Francisco Diassis. Em média o valor do GAE – Projetos foi de R\$ 180,41.

4.2.7 Gastos com Manutenção e Reformas

Este grupo de despesas reúne os valores que foram gastos com a manutenção física e pequenas reformas nas unidades escolares realizada por empresa terceirizada.

Os valores obtidos para o Gasto Aluno Efetivo – Manutenção e Reformas, em função das diferentes demandas apontadas acima, apresentaram uma variação entre as escolas em torno de 662%, sendo que o maior valor para o GAE – Manutenção e Reformas foi de R\$ 434,45 para a creche Loide Ungaretti, enquanto o menor valor foi de R\$ 56,98 para a creche Cecília Oliveira. O valor médio para este item de despesa foi de R\$ 168,53.

Abaixo, os valores para o GAE – Manutenção e Reformas.

Tabela 27 - Gasto Aluno Efetivo – Manutenção e Reformas – SBC – 2013 (correntes)

UE	Total de Alunos	Total Manutenção e Reformas (R\$)	GAE-Manut e Ref (R\$)
Afonso Monteiro da Cruz	128	15.302,14	119,63
Agostinho dos Santos	155	15.337,04	99,06
Antonio Jose Mantuan	87	15.714,83	180,80
Arlindo Ferreira	111	23.267,97	209,31
Armando Zoboli	183	16.012,80	87,42
Cecilia Oliveira Turbay, Professora	283	16.134,77	56,98
Dolores de Toledo de Matteo, Professora	136	16.567,68	121,52
Dora e Maurício Galante	107	17.489,91	163,33
Eunice Alves Eneas Soares	66	17.930,00	272,35
Francisco Diassis Gomes Teixeira	187	14.272,95	76,29
Geraldo de Melo Ferreira	109	18.320,59	167,95
Gervasio Paz Folha, Vereador	104	19.179,01	183,68
Gildo dos Santos	60	20.198,44	334,78
Jacob Zampieri	108	20.258,70	188,31
Joao Setti	79	20.716,93	262,79
Jose Augusto Oliveira Santos	143	21.627,17	151,24
Jose Roberto Preto	194	23.283,26	119,91
Josue de Castro	114	23.861,77	208,86
Kiyoshi Tanaka, Vereador	66	25.075,28	380,41
Loide Ungaretti Torres, Professora	51	22.265,57	434,45
Luana Lino de Souza	124	19.267,17	155,17
Manoel Torres de Oliveira	90	27.664,84	306,82
Marcelo Peres Ribeiro	150	46.569,18	311,33
Maria Anselma Vieira, Irmã	131	20.297,30	154,84
Maria Jose Mattar Jorge, Professora	198	21.350,75	108,06
Roberto Montanheiro, Pastor	136	21.827,16	160,99
Rosa de Pacce dos Santos, Professora	96	40.570,36	422,61
Sadão Higuchi	128	21.882,94	171,41
Silvio Teles de Souza, Professor	56	14.138,26	252,47
Sonia Regina Hernandez de Lima, Professora	65	14.596,77	223,14
Tarsila do Amaral	139	14.622,90	105,20
Valderez Avelino de Souza	81	17.795,22	220,83
Zoraida Aparecida, Professora	160	14.911,36	93,44
Total --> Média	4.025	678.311,03	168,53

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de São Bernardo do Campo

4.2.8 Gasto Aluno Efetivo – Formação

Da mesma forma que no município de Suzano, neste grupo de despesas foram registrados gastos que a Secretaria de Educação de São Bernardo do Campo realizou com a formação dos profissionais da educação no período de levantamento dos dados.

Os valores para este grupo de despesa vão expressos na tabela abaixo.

Tabela 28 – Gasto Aluno Efetivo – Formação dos Profissionais da Educação – SBC – 2013

(correntes)

UE	Total de Alunos	Total Formação (R\$)	GAE-Form (R\$)
Afonso Monteiro da Cruz	128	33.722,67	263,63
Agostinho dos Santos	155	40.818,71	263,63
Antonio Jose Mantuan	87	22.913,84	263,63
Arlindo Ferreira	111	29.306,87	263,63
Armando Zoboli	183	48.288,23	263,63
Cecilia Oliveira Turbay, Professora	283	74.651,23	263,63
Dolores de Toledo de Matteo, Professora	136	35.941,56	263,63
Dora e Mauricio Galante	107	28.230,38	263,63
Eunice Alves Eneas Soares	66	17.355,64	263,63
Francisco Diassis Gomes Teixeira	187	49.320,78	263,63
Geraldo de Melo Ferreira	109	28.757,64	263,63
Gervasio Paz Folha, Vereador	104	27.527,37	263,63
Gildo dos Santos	60	15.905,68	263,63
Jacob Zampieri	108	28.362,19	263,63
Joao Setti	79	20.782,83	263,63
Jose Augusto Oliveira Santos	143	37.699,09	263,63
Jose Roberto Preto	194	51.188,16	263,63
Josue de Castro	114	30.119,73	263,63
Kiyoshi Tanaka, Vereador	66	17.377,61	263,63
Loide Ungaretti Torres, Professora	51	13.511,04	263,63
Luana Lino de Souza	124	32.734,06	263,63
Manoel Torres de Oliveira	90	23.770,64	263,63
Marcelo Peres Ribeiro	150	39.434,65	263,63
Maria Anselma Vieira, Irmã	131	34.557,50	263,63
Maria Jose Mattar Jorge, Professora	198	52.088,89	263,63
Roberto Montanheiro, Pastor	136	35.743,83	263,63
Rosa de Pacce dos Santos, Professora	96	25.308,48	263,63
Sadão Higuchi	128	33.656,76	263,63
Silvio Teles de Souza, Professor	56	14.763,28	263,63
Sonia Regina Hernandez de Lima, Professora	65	17.245,80	263,63
Tarsila do Amaral	139	36.644,57	263,63
Valderez Avelino de Souza	81	21.244,18	263,63
Zoraida Aparecida, Professora	160	42.070,95	263,63
Total --> Média	4.025	1.061.044,84	263,63

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de São Bernardo do Campo

Os valores do GAE – Formação se repetem para todos os alunos das creches em função da metodologia adotada, como já dito anteriormente.

4.2.9 Gasto Aluno Efetivo – Administração da Rede Direta de Ensino Municipal

Os gastos realizados pela Secretaria de Educação de São Bernardo do Campo para a gestão de todo o sistema educacional envolveu o pagamento das remunerações do pessoal de vários setores, o pagamento pelos serviços de fornecimento de água, energia elétrica e de telefonia, o pagamento de materiais de consumo utilizados nesses setores, o combustível da frota dos veículos, além de café, chá, açúcar, o pagamento dos serviços terceirizados de segurança patrimonial e de limpeza como também com os gastos com a manutenção física do prédio da sede da secretaria.

Na Tabela 29 vão discriminados os itens que compuseram os gastos da Administração Central da Secretaria de Educação.

Tabela 29 – Gasto Aluno Efetivo – Administração da Rede Direta – SBC – 2013 (correntes)

Tipos de Despesas	Total de Alunos do Sistema	Total de Alunos	Total dos Gastos do Sistema(R\$)	Total dos Gastos da Rede(R\$)	GAE Administração (R\$)
Pessoal Não Docente	77.402	74.711	26.318.017,37	25.403.030,87	340,02
Concessionárias de Serv. Bas	77.402	74.711	215.349,69	207.862,73	2,78
Material de Consumo	77.402	74.711	203.597,04	196.518,67	2,63
Acesso e Permanência	77.402	74.711	734.081,07	708.559,61	9,48
Serviço Terceirizados	77.402	74.711	1.377.191,28	1.329.311,10	17,79
Manutenção e Reformas	77.402	74.711	10.247,91	9.891,63	0,13
Formação	77.402	74.711	100.970,29	97.459,90	1,30
Total	77.402	74.711	28.959.454,65	27.952.634,51	374,14

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de São Bernardo do Campo

Aplicando o cálculo da proporcionalidade entre o total de alunos do Sistema Municipal de Ensino e o total de alunos da Rede Direta obtivemos o valor de R\$374,14 para o GAE – Administração da Rede, para o ano de 2013 em São Bernardo do Campo.

4.2.10 Consolidação do valor do Gasto Aluno Efetivo-Creche Direta em SBC

A Tabela 30 apresenta os valores do GAE para as creches de São Bernardo do Campo e estão ordenadas do maior para o menor valor.

Tabela 30 – Síntese do Gasto Aluno Efetivo das Creches de São Bernardo do Campo – GAE – Creche* em 2013 (em R\$ correntes)

UE	Total de Alunos	GAE-Pessoal	GAE-Pessoal Docente	GAE-Pessoal Ñ Docente	GAE-Serviços Básicos	GAE-Material de Consumo	GAE-Acesso e Permanência	GAE-Kits	GAE-Alimentação	GAE-Serviços de Terceiros	GAE-Projetos	GAE-Manutenção e Reformas	GAE-Formação	GAE-Administração	GAE – Creche
Loide Ungaretti Torres, Professora	51	16.359,35	14.442,10	1.917,24	1.230,91	190,64	3.076,28	56,21	2.994,22	1.822,11	212,90	434,45	263,63	374,14	23.938,57
Valderez Avelino de Souza	81	16.565,77	14.290,28	2.275,49	1.162,17	199,88	2.193,94	59,35	2.108,74	1.035,83	205,00	220,83	263,63	374,14	22.195,34
Josue de Castro	114	15.393,96	13.352,71	2.041,25	1.298,52	170,47	1.873,02	61,31	1.785,86	1.641,69	187,44	208,86	263,63	374,14	21.385,88
Silvio Teles de Souza, Professor	56	14.373,92	11.720,63	2.653,29	1.139,92	254,93	2.733,79	61,64	2.646,30	1.656,39	215,83	252,47	263,63	374,14	21.239,17
Luana Lino de Souza	124	14.764,81	12.266,75	2.498,06	1.558,38	840,34	2.006,67	57,54	1.923,28	758,77	173,07	155,17	263,63	374,14	20.869,12
Kiyoshi Tanaka, Vereador	66	14.925,98	11.970,56	2.955,42	1.442,14	297,85	2.431,96	73,99	2.332,12	-	199,29	380,41	263,63	374,14	20.289,55
Manoel Torres de Oliveira	90	14.773,49	12.949,18	1.824,30	1.703,16	196,72	2.361,23	59,64	2.275,74	-	191,57	306,82	263,63	374,14	20.144,92
Gervasio Paz Folha, Vereador	104	14.497,35	12.340,31	2.157,04	1.401,29	104,70	2.187,76	58,54	2.103,37	897,79	188,69	183,68	263,63	374,14	20.073,18
Roberto Montanheiro, Pastor	136	14.704,43	12.762,22	1.942,21	1.255,87	881,15	2.047,26	59,94	1.961,47	-	181,17	160,99	263,63	374,14	19.842,80
Eunice Alves Eneas Soares	66	15.782,82	13.505,82	2.277,00	301,94	236,60	2.328,02	55,05	2.247,12	-	191,25	272,35	263,63	374,14	19.724,91
Gildo dos Santos	60	14.215,12	11.599,24	2.615,88	1.064,59	236,79	2.655,04	55,09	2.574,10	-	193,79	334,78	263,63	374,14	19.312,04
Arlindo Ferreira	111	13.381,18	11.799,87	1.581,31	1.746,34	134,39	2.059,05	54,71	1.978,49	886,36	170,88	209,31	263,63	374,14	19.199,43
Afonso Monteiro da Cruz	128	12.856,67	11.523,88	1.332,79	1.752,24	146,10	1.930,01	59,69	1.844,47	1.531,60	182,44	119,63	263,63	374,14	19.130,61
Jacob Zampieri	108	13.172,57	11.956,67	1.215,90	1.249,68	563,39	2.090,23	58,29	2.006,09	896,68	184,29	188,31	263,63	374,14	18.957,08
Geraldo de Melo Ferreira	109	13.653,67	11.169,89	2.483,78	1.091,78	135,38	2.004,21	59,51	1.918,85	868,78	190,66	167,95	263,63	374,14	18.724,35
Tarsila do Amaral	139	14.327,00	12.202,21	2.124,79	42,43	187,70	1.994,99	63,88	1.905,26	1.200,76	192,26	105,20	263,63	374,14	18.662,27
Antonio Jose Mantuan	87	13.962,30	12.339,02	1.623,29	1.053,92	145,71	2.469,15	59,41	2.383,89	-	193,14	180,80	263,63	374,14	18.616,95
Joao Setti	79	13.447,41	12.019,04	1.428,37	1.274,90	135,31	2.527,20	59,37	2.441,98	-	199,05	262,79	263,63	374,14	18.458,60
Sonia Regina Hernandez de Lima, Professora	65	13.891,16	11.365,69	2.525,47	656,55	276,19	2.461,53	58,09	2.377,59	-	201,77	223,14	263,63	374,14	18.322,26
Jose Augusto Oliveira Santos	143	13.730,12	11.345,30	2.384,82	986,06	109,16	2.010,77	58,50	1.926,42	-	179,67	151,24	263,63	374,14	17.778,94
Dora e Maurício Galante	107	13.540,75	12.091,05	1.449,70	885,46	139,05	2.178,04	63,40	2.088,79	-	198,96	163,33	263,63	374,14	17.717,52
Dolores de Toledo de Matteo, Professora	136	13.042,34	11.630,19	1.412,15	692,52	137,29	1.995,41	58,94	1.910,63	700,02	179,34	121,52	263,63	374,14	17.480,37
Cecilia Oliveira Turbay, Professora	283	12.406,61	11.131,88	1.274,73	1.130,34	683,35	1.536,05	56,37	1.453,83	343,77	162,43	56,98	263,63	374,14	16.931,45
Marcelo Peres Ribeiro	150	10.970,30	10.080,05	890,26	1.569,62	112,47	1.882,78	56,01	1.800,92	1.282,08	167,87	311,33	263,63	374,14	16.908,38
Maria Anselma Vieira, Irmã	131	11.982,46	10.893,96	1.088,50	1.291,77	72,24	1.691,00	56,36	1.608,79	743,08	175,03	154,84	263,63	374,14	16.722,34
Sadão Higuchi	128	11.775,75	10.643,45	1.132,30	998,65	106,68	1.806,52	58,38	1.722,29	772,55	179,20	171,41	263,63	374,14	16.422,69
Rosa de Pacce dos Santos, Professora	96	12.041,35	10.893,96	1.147,39	951,64	158,39	1.914,07	58,66	1.829,56	-	189,36	422,61	263,63	374,14	16.289,35
Armando Zoboli	183	11.857,00	10.303,42	1.553,58	290,42	145,18	1.892,52	59,68	1.806,99	1.049,06	175,47	87,42	263,63	374,14	16.109,00
Agostinho dos Santos	155	11.919,41	10.723,34	1.196,07	619,88	100,37	1.873,12	56,57	1.790,70	636,17	174,02	99,06	263,63	374,14	16.033,95
Maria Jose Mattar Jorge, Professora	198	11.354,22	10.013,90	1.340,32	1.334,34	88,42	1.536,60	55,92	1.454,83	-	169,93	108,06	263,63	374,14	15.203,49
Zoraida Aparecida, Professora	160	10.730,92	9.738,28	992,64	236,29	104,52	1.761,67	55,22	1.680,60	575,43	167,51	93,44	263,63	374,14	14.281,70
Francisco Diasss Gomes Teixeira	187	10.549,51	9.598,06	951,45	1.015,47	92,81	1.639,18	53,62	1.559,71	-	160,83	76,29	263,63	374,14	14.146,01
Jose Roberto Preto	194	10.895,45	9.630,33	1.265,12	141,71	107,05	1.576,94	57,37	1.493,72	-	171,73	119,91	263,63	374,14	13.624,70
Média		12.954,40	11.342,66	1.611,74	1.010,21	236,13	1.961,49	1.935,65	1.877,40	922,46	180,41	168,53	263,63	374,14	18.045,57

* ordenado na ordem decrescente do GAE – Creche

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de São Bernardo do Campo

O maior valor do GAE das Creches foi de R\$ 23.938,57 para a EMEB Professora Loide Ungaretti Torres, e o menor foi de R\$ 13.624,70 para a EMEB Jose Roberto Preto. A variação foi de 75,6% entre o de menor valor e o de maior valor para o GAE - Creche.

O valor médio do GAE – Creche foi de R\$ 18.045,57 e o Desvio Padrão foi de R\$ 2.335,17

Abaixo apresentamos a participação média das categorias de gastos que compõem o GAE para as Creches de São Bernardo do Campo em 2013.

Tabela – 31 – GAE – Creche Médio e participação percentual – SBC - 2013 (correntes)

Grupo de Despesa	GAE - Médio	%
1. Pessoal Docente e Não Docente	12.954,40	71,8%
1.1. Pessoal Docente	11.342,66	62,9%
1.2. Pessoal Não Docente	1.611,74	8,9%
2. Concessionárias Serviços Básicos	1.010,21	5,6%
3. Material de Consumo	236,13	1,3%
4. Acesso e Permanência	1.935,65	10,7%
4.1. Kit Escolar	58,25	0,3%
4.2. Alimentação Escolar	1.877,40	10,4%
5. Serviços Terceirizados	922,46	5,1%
6. Projetos das Escolas	180,41	1,0%
7. Manutenção e Reformas	168,53	0,9%
8. Formação dos Profissionais	263,63	1,5%
9. Administração da Rede Direta	374,14	2,1%
GAE - Creche	18.045,57	100,0%

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de São Bernardo do Campo

A composição do GAE médio para as creches de São Bernardo do Campo apresentou a maior participação para as remunerações dos profissionais com 71,8% do total. O segundo item de maior participação foi o de Acesso e Permanência, registrando 10,7 % do total, onde o subgrupo Alimentação Escolar foi o mais expressivo (10,4% do total). Os grupos de despesa Concessionárias de Serviços Básicos e de Serviços terceirizados tiveram participação próximas,

com 5,6% e 5,1% respectivamente. A Administração da Rede Direta teve uma participação de 2,1% do total, enquanto os itens Kit Escolar, Projetos das Escolas e Formação dos Profissionais, tiveram juntos uma participação de 2,8% do GAE Creche Médio, em 2013.

O gráfico abaixo ilustra melhor a participação de cada grupo de despesa na composição do GAE – Creche Médio.

Gráfico 02 – Participação dos Grupos de Despesas no GAE – Creche Médio, SBC, 2013

Elaborado pelo autor

4.3 Gasto Aluno das creches da rede direta municipal própria de Araçoiaba da Serra

Já há algum tempo temos contato com as pessoas da Secretaria de Educação de Araçoiaba da Serra que estavam à época da obtenção dos dados da pesquisa, pois havíamos morado na cidade e, por se tratar de uma cidade pequena, o convívio era frequente.

Quando este grupo político assumiu a Secretaria de Educação nos apresentamos como pesquisador acadêmico na área de financiamento da educação, mais especificamente do Gasto

Aluno Ano das creches, propondo uma metodologia para a análise dos gastos e a temática interessou aos novos gestores e com isso estabelecemos uma parceria que pudesse garantir a obtenção dos dados das creches e pudéssemos transmitir aos técnicos e gestores da Educação parte da experiência que acumulamos nas atividades que desenvolvemos nas secretarias de educação por onde trabalhamos nos últimos tempos na construção da metodologia do Gasto Aluno Ano para as Creches.

4.3.1 Gastos com Pessoal Docente e Não-Docente

Os valores para os gastos com pessoal representam toda a remuneração destes profissionais, onde estão incluídos além dos salários bases, os adicionais por tempo de serviço, as gratificações de funções, vale alimentação, incluindo os encargos sociais pagos pela municipalidade.

A Secretaria de Educação tem o seu quadro de funcionários preenchido por pessoal concursado.

Apresentamos, tal como no tópico anterior, os valores totais para os profissionais da Educação das creches e em seguida apresentamos os valores para o pessoal docente e para o pessoal não docente.

Os valores encontrados para o Gasto Aluno Efetivo – Pessoal do município de Araçoiaba da Serra segue na Tabela 32.

Tabela 32 - Gasto Aluno Efetivo – Pessoal – Araçoiaba da Serra – 2013 (correntes)

UE	Total de Alunos	Total da Folha e Encargos (R\$)	GAE-Pessoal (R\$)
Alfredo Emiliano Lourenço	61	545.807,72	8.947,67
Antonio Euzébio Gonçalves	102	831.252,05	8.149,53
Lígia de Paula Alvares	74	538.237,03	7.273,47
Maria de Souza Cruz	37	283.133,64	7.652,26
Rita Machado	13	108.695,04	8.361,16
Total --> Média	287	2.307.125,48	8.038,76

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Araçoiaba da Serra

O maior valor encontrado para o GAE – Pessoal foi de R\$ 8.947,67, registrado na Creche Alfredo Emiliano Lourenço e o de menor valor foi de R\$ 7.273,47, indicando que houve um bom equilíbrio da variação dos valores em torno da média, que foi de R\$ 8.038,76.

4.3.1.a Gastos com Pessoal Docente

Quando se desagrega o valor do pessoal, analisando o valor do Gasto Aluno Efetivo – Pessoal Docente, também encontramos o maior valor na Creche Alfredo Emiliano Lourenço com um valor de R\$ 7.713,20 e o de menor valor na Creche Maria de Souza Cruz, com R\$ 6.095,34. Da mesma maneira que se comporta o valor de pessoal, verificamos que o GAE – Pessoal Docente varia pouco em relação à média, que foi de R\$ 6.976,84, como registrado na Tabela 33.

Tabela 33 - Gasto Aluno Efetivo – Pessoal Docente – Araçoiaba da Serra – 2013 (correntes)

UE	Total de Alunos	Total da Folha e Encargos (R\$)	GAE-Pessoal Docente (R\$)
Alfredo Emiliano Lourenço	61	470.505,37	7.713,20
Antonio Euzébio Gonçalves	102	722.220,15	7.080,59
Lígia de Paula Alvares	74	490.260,03	6.625,14
Maria de Souza Cruz	37	225.527,60	6.095,34
Rita Machado	13	93.840,28	7.218,48
Total --> Média	287	2.002.353,43	6.976,84

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Araçoiaba da Serra

4.3.1.b Gastos com Pessoal Não-Docente

Os valores para o GAE – Pessoal Não Docente para as creches de Araçoiaba da Serra registraram seu maior valor na Creche Maria de Souza Cruz e o de menor valor foi registrado na Creche Lígia de Paula Alvares com apenas R\$ 684,34 por aluno. A média para esta categoria de gastos foi de R\$ 1.061,92, que em proporção aos grupos anteriores, é o que apresenta a maior variação dos valores em torno da média.

Tabela 34 - Gasto Aluno Efetivo – Pessoal Não Docente – Araçoiaba da Serra – 2013 (correntes)

UE	Total de Alunos	Total da Folha e Encargos (R\$)	GAE-Pessoal Não Docente (R\$)
Alfredo Emiliano Lourenço	61	75.302,35	1.234,46
Antonio Euzébio Gonçalves	102	109.031,90	1.068,94
Lígia de Paula Alvares	74	47.977,00	648,34
Maria de Souza Cruz	37	57.606,04	1.556,92
Rita Machado	13	14.854,76	1.142,67
Total --> Média	287	304.772,05	1.061,92

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Araçoiaba da Serra

4.3.2 Gastos com Concessionárias de Serviços Básicos

Os valores do GAE – Serviços Básicos, registrados na Tabela 35 mostram que a escola com maior valor foi a Creche Rita Machado, com a marca de R\$ 241,97 por aluno para o ano de 2013, enquanto a que registrou o menor valor para o GAE – Serviços Básicos foi a Creche Alfredo Emiliano Lourenço, com R\$ 85,73. A média dos valores para este categoria de gasto foi de R\$ 143,11.

Tabela 35 - Gasto Aluno Efetivo – Serviços Básicos – Araçoiaba da Serra – 2013 (correntes)

UE	Total de Alunos	Total Concessionárias (R\$)	GAE-Pessoal Docente (R\$)
Alfredo Emiliano Lourenço	61	5.229,45	85,73
Antonio Euzébio Gonçalves	102	16.022,05	157,08
Lígia de Paula Alvares	74	11.335,35	153,18
Maria de Souza Cruz	37	5.339,74	144,32
Rita Machado	13	3.145,56	241,97
Total --> Média	287	41.072,14	143,11

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Araçoiaba da Serra

As cinco creches juntas gastaram R\$ 9.578,66 com os serviços de energia elétrica, o que representa uma participação de 23,3% sobre o total de gastos com as concessionárias de serviços básicos. Com um total gasto de R\$ 9.410,20, no ano, os serviços de telefonia, apresentaram uma participação de 22,9% sobre o gasto total, enquanto os gastos com o fornecimento de água, no valor total de R\$ 22.083,28 representaram 54% do total.

4.3.3 Gastos com Materiais de Consumo

Foram agrupados nesta categoria de gastos os valores dos itens de consumo das creches, classificados em materiais de limpeza, materiais para a higiene das crianças, materiais de papelaria, materiais de informática e materiais de consumo na secretaria.

O maior valor obtido para o GAE – Mat Cons foi registrado na Creche Rita Machado, com o valor de R\$ 198,13, enquanto o de menor valor foi o da Creche Antonio Euzébio Gonçalves, com o registro de R\$ 42,05 por aluno, em 2013. O valor médio para o GAE – Mat Cons foi de R\$ 68,59. Como mostra a tabela abaixo.

Tabela 36 - Gasto Aluno Efetivo – Material de Consumo – Araçoiaba da Serra – 2013

(correntes)

UE	Total de Alunos	Total em Materiais de Consumo (R\$)	GAE-Material de Consumo (R\$)
Alfredo Emiliano Lourenço	61	4.980,16	81,64
Antonio Euzébio Gonçalves	102	4.289,10	42,05
Lígia de Paula Alvares	74	4.143,85	56,00
Maria de Souza Cruz	37	3.697,51	99,93
Rita Machado	13	2.575,75	198,13
Total --> Média	287	19.686,37	68,59

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Araçoiaba da Serra

4.3.4 Gastos com Itens de Acesso e Permanência

O município de Araçoiaba da Serra oferece o serviço de transporte escolar para os alunos da rede, porém não foram registrados gastos com os alunos das creches, igualmente ao município de São Bernardo do Campo. Diferentemente dos dois outros municípios, este não estabeleceu a política de fornecimento de uniformes escolares para os alunos da rede. O fornecimento de apostilas com distribuição gratuita aos alunos acontece apenas para os alunos com mais idade do que os da creche, de forma que a categoria de gastos para garantir o acesso e a permanência, com itens de distribuição gratuita, contou apenas com os gastos da alimentação fornecida aos alunos das creches.

Consideraremos, no entanto, os gastos com a alimentação como o GAE – Acesso e Permanência para, ao analisarmos as categorias de gastos entre os três municípios, termos subsídios comparativos.

4.3.4.a Gastos com Alimentação Escolar

O município de Araçoiaba da Serra tem parte dos gastos para a alimentação escolar com o fornecimento direto às escolas de produtos estocáveis e de hortifrúti, e com o serviço terceirizado de merendeiras e do fornecimento de refeições.

O maior valor encontrado para a alimentação escolar nas creches, para o ano de 2013, foi de R\$ 1.619,09 por aluno ano, para a Creche Rita Machado, enquanto o de menor valor foi de R\$ 1.407,10, para a Creche Antonio Euzébio Gonçalves. A média do valor da Alimentação escolar foi de R\$ 1.468,01. Uma variação pequena em relação ao valor médio para o GAE – Alimentação.

Abaixo estão registrados os valores para a alimentação escolar.

Tabela 37 - Gasto Aluno Efetivo – Alimentação Escolar – Araçoiaba da Serra – 2013 (correntes)

UE	Total de Alunos	Total Alimentação (R\$)	GAE-Alim (R\$)
Alfredo Emiliano Lourenço	61	93.889,42	1.539,17
Antonio Euzébio Gonçalves	102	143.524,63	1.407,10
Lígia de Paula Alvares	74	106.107,38	1.433,88
Maria de Souza Cruz	37	56.749,46	1.533,77
Rita Machado	13	21.048,13	1.619,09
Total --> Média	287	421.319,02	1.468,01

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Araçoiaba da Serra

Os dados obtidos permitiram o desmembramento dos gastos com a Alimentação Escolar e com isso pudemos, então, calcular a participação de cada subitem na composição do Gasto Aluno Efetivo – Alimentação Escolar. Ressalto o alto percentual de participação dos serviços

terceirizados para o fornecimento da alimentação, com quase 80% do total dos gastos com este item. Abaixo seguem os dados da participação dos subitens.

Tabela 38 – Participação dos itens que compõem o GAE – Alimentação Escolar Médio – Araçoiaba da Serra – 2013

	Hortifrúti	Estocáveis	Terceirizada	GAE – Alimentação
GAE-Alim Médio	147,05	146,95	1.174,01	1.468,01
Participação Média	10,02%	10,01%	79,97%	100,00%

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Araçoiaba da Serra

4.3.5 Gastos com Serviços Terceirizados

Não foram registrados serviços de limpeza e vigilância para as creches no período analisado, sendo, segundo a secretaria de educação, os serviços de limpeza realizados pelos próprios profissionais das creches.

Para estas unidades não foram registrados gastos com serviços de vigilância.

4.3.6 Gastos com os Projetos das Escolas

Era proposta da gestão da secretaria de educação a descentralização de recursos para que as escolas comesçassem a desenvolver seus projetos próprios, porém como o ano de 2013 foi o primeiro ano da gestão, não houve tempo, segundo os gestores, para o estabelecimento de marcos legais para tal repasse e havia uma recusa por parte dos dirigentes das escolas em acessar qualquer verba pelo regime de adiantamento³³ para desenvolver atividades nas escolas, em particular nas creches, em função do estigma da penalidade administrativa para os inadimplentes.

De forma que não houve registro de gastos com projetos das creches para o ano de 2013

³³ Vide nota de rodapé da página 50

4.3.7 Gastos com Manutenção e Reformas

Os valores apurados junto à Secretaria de Obras, responsável por pequenas reformas e pela manutenção física dos prédios escolares mostram que o maior valor para o GAE - Manutenção e Reformas foi de R\$ 228,59 para a Creche Rita Machado, enquanto o de menor valor foi de R\$ 91,79 por aluno, durante o ano de 2013. A média registrada para este grupo de despesa foi de R\$ 113,95.

Tabela 39 - Gasto Aluno Efetivo – Manutenção e Reformas – Araçoiaba da Serra – 2013

(correntes)

UE	Total de Alunos	Total Manutenção e Reformas (R\$)	GAE-Manut e Ref (R\$)
Alfredo Emiliano Lourenço	61	8.425,63	138,13
Antonio Euzébio Gonçalves	102	9.362,28	91,79
Lígia de Paula Alvares	74	7.368,44	99,57
Maria de Souza Cruz	37	4.576,21	123,68
Rita Machado	13	2.971,64	228,59
Total --> Média	287	32.704,20	113,95

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Araçoiaba da Serra

4.3.8 Gasto Aluno Efetivo – Formação

A metodologia que adotamos para a apuração do Gasto Aluno Efetivo – Formação leva em consideração todos os gastos que a secretaria realizou, no período, para a formação, direta ou indireta dos profissionais da educação.

Para o ano de 2013 a secretaria de educação realizou formações gerais aos seus profissionais, no montante de R\$ 51.980,00, o que representou R\$ 10,39 para cada um dos 5.006 alunos matriculados em todas as escolas da rede publica municipal. A tabela abaixo mostra os valores totais para cada creche.

Tabela 40 - Gasto Aluno Efetivo – Formação dos Profissionais da Educação – Araçoiaba da Serra – 2013 (correntes)

UE	Total de Alunos	Total Formação (R\$)	GAE-Form (R\$)
Alfredo Emiliano Lourenço	61	633,64	10,39
Antonio Euzébio Gonçalves	102	1.059,53	10,39
Lúgia de Paula Alvares	74	768,68	10,39
Maria de Souza Cruz	37	384,34	10,39
Rita Machado	13	135,04	10,39
Total --> Média	287	2.981,22	10,39

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Araçoiaba da Serra

4.3.9 Gasto Aluno Efetivo – Administração da Rede Direta de Ensino Municipal

Este grupo de despesas engloba os gastos que a Secretaria de Educação de Araçoiaba da Serra realizou para a manutenção de todos os serviços educacionais da rede pública. Estes gastos dizem respeito ao pagamento das remunerações dos profissionais da secretaria, da equipe pedagógica e do pessoal de apoio às atividades educacionais. Também estão incluídos os gastos com serviços básicos prestados pelas concessionárias de água, energia elétrica e de telefonia.

Os gastos com materiais de escritório e de combustíveis, também estão aqui representados. Por fim, estão registrados os valores com a manutenção e pequenas reformas do prédio da secretaria e do almoxarifado da educação. Em função da metodologia adotada o total de alunos “administrados” no sistema educacional inclui 43 alunos de uma entidade conveniada com a Educação, e representou um valor para o GAE – Administração de R\$ 253,01.

Tabela 41 – Gasto Aluno Efetivo – Administração da Rede Direta – Araçoiaba da Serra – 2013

(correntes)

Tipos de Despesas	Total de Alunos do Sistema	Total de Alunos da Rede	Total dos Gastos do Sistema (R\$)	Total dos Gastos da Rede (R\$)	GAE Administração (R\$)
Pessoal Não Docente	5.049	5.006	1.019.178,88	1.010.499,00	201,86
Concessionárias de Serv. Bas	5.049	5.006	16.560,50	16.419,46	3,28
Material de Consumo	5.049	5.006	237.744,47	235.719,71	47,09
Manutenção e Reformas	5.049	5.006	3.657,40	3.626,25	0,72
Formação	5.049	5.006	321,89	319,15	0,06
Total	5.049	5.006	1.277.463,14	1.266.583,58	253,01

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Araçoiaba da Serra

4.3.10 Consolidação do valor do Gasto Aluno Efetivo-Creche Direta em Araçoiaba da Serra

A Tabela 42 traz todos os valores obtidos para o Gasto Aluno Efetivo – Creche, para o ano de 2013, das escolas de educação infantil para crianças de 0 a 3 anos, do município de Araçoiaba da Serra.

Nela verificamos que o maior valor para o GAE – Creche foi de R\$ 11.055,73 foi encontrado na Creche Alfredo Emiliano Lourenço, e o menor valor obtido foi na Creche Ligia de Paula Álvares, com a marca de R\$ 9.279,51. Para estas creches o valor médio do GAE – Creche foi de R\$ 10.095,83, com um desvio padrão de apenas R\$ 668,60 por aluno ano.

Tabela 42 – Síntese do Gasto Aluno Efetivo das Creches de Araçoiaba da Serra – GAE – Creche* em 2013 (em R\$ correntes)

UE	Total de Alunos	GAE-Pessoal	GAE-Pessoal Docente	GAE-Pessoal Não Docente	GAE-Pessoal Docente	GAE-Material de Consumo	GAE-Aces e Perm	GAE-Manut e Ref	GAE-Form	GAE Administração	GAE – Creche
Alfredo Emiliano Lourenço	61	8.947,67	7.713,20	1.234,46	85,73	81,64	1.539,17	138,13	10,38	253,01	11.055,73
Rita Machado	13	8.361,16	7.218,48	1.142,67	241,97	198,13	1.619,09	228,59	10,38	253,01	10.912,32
Antonio Euzébio Gonçalves	102	8.149,53	7.080,59	1.068,94	157,08	42,05	1.407,10	91,79	10,38	253,01	10.110,95
Maria de Souza Cruz	37	7.652,26	6.095,34	1.556,92	144,32	99,93	1.533,77	123,68	10,38	253,01	9.817,35
Lígia de Paula Alvares	74	7.273,47	6.625,14	648,34	153,18	56,00	1.433,88	99,57	10,38	253,01	9.279,51
Média		8.038,76	6.976,84	1.061,92	143,11	68,59	1.468,01	113,95	10,38	253,01	10.095,83

* ordenado na ordem decrescente do GAE – Creche

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Araçoiaba da Serra

Como tratado anteriormente para os outros dois municípios a Tabela 43 traz a síntese dos valores médios praticados para os grupos de despesas para as creches de Araçoiaba da Serra para o ano de 2013.

Tabela 43 – GAE – Creche Médio e participação percentual – Araçoiaba da Serra - 2013
(correntes)

Grupo de Despesa	GAE - Médio	%
1. Pessoal Docente e Não Docente	8.038,76	79,6%
1.1. Pessoal Docente	6.976,84	69,1%
1.2. Pessoal Não Docente	1.061,92	10,5%
2. Concessionárias Serviços Básicos	143,11	1,4%
3. Material de Consumo	68,59	0,7%
4. Acesso e Permanência	1.468,01	14,5%
4.1. Kit Escolar	-	-
4.2. Alimentação Escolar	1.468,01	14,5%
5. Serviços Terceirizados	-	-
6. Projetos das Escolas	-	-
7. Manutenção e Reformas	113,95	1,1%
8. Formação dos Profissionais	10,38	0,1%
9. Administração do Sistema	253,01	2,5%
GAE - Creche	10.095,83	100,0%

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Araçoiaba da Serra

O peso da remuneração dos profissionais das creches na composição do GAE – Creche foi de 79,6%, que representou mais de 5 vezes o valor da participação do segundo grupo de despesas, que é o de Acesso e Permanência, com 14,5%, não deixando de registrar que, para este município, este grupo foi representado apenas pela Alimentação Escolar.

O 6,1% restantes foi distribuído entre os grupos das concessionárias de serviços básicos (1,4%), o grupo de despesas de consumo (0,7%), o grupo de manutenção e reformas (1,1%), o grupo de formação dos profissionais (0,1%) e, finalmente, o grupo de administração do sistema (2,5%).

O gráfico 03 mostra a distribuição das participações dos grupos de despesas na composição do Gasto Aluno Efetivo – Creche para Araçoiaba da Serra, em 2013.

Gráfico 03 – Participação dos Grupos de Despesas no GAE – Creche Médio, Araçoiaba da Serra, 2013

Elaborado pelo autor

Capítulo V – Análise Comparativa dos dados do Gasto Aluno Efetivo

Analizando os valores médios do Gasto Aluno Efetivo para as creches (GAE – Creche) dos três municípios podemos inicialmente dizer que a metodologia adotada para a obtenção dos valores pode vir a se constituir, também, em uma nova referência.

Na Tabela 44 podemos verificar que foram obtidos valores para praticamente todos os grupos de despesa para os três municípios, com exceção para as categorias de Gastos com Serviços Terceirizados e Gastos com Projetos das Escolas para as escolas do município de Araçoiaba da Serra e, portanto, nossa análise comparativa não se focará nestes dois itens.

Também não podem ser comparados, entre os três municípios, os valores para o grupo de gastos com itens de Acesso e Permanência, pois o único município que registrou valores para as três subcategorias de despesas foi o de Suzano. Os outros dois municípios apresentam cenários distintos, sendo que o município de São Bernardo do Campo apresentou valores para os kits escolares e para a alimentação escolar e não registrou valores para o transporte escolar e o município de Araçoiaba da Serra apresentou valores, apenas, para a alimentação escolar.

As demais categorias de despesa permitem uma análise comparativa entre os três municípios.

Para uma melhor comparação entre os valores atualizamos os valores do Gasto Aluno Efetivo – Creches do município de Suzano, para o ano de 2013.

Nossa análise está focada nos aspectos quantitativos dos valores obtidos e buscará respaldo nas ações políticas que determinaram os patamares financeiros dos valores obtidos. Analisamos, também, os percentuais de participação de cada categoria de gasto com os parâmetros do Custo Aluno-Qualidade inicial – CAQi para as creches. Para tal comparação tomamos os valores do CAQi de 2005 e o atualizamos para o ano de 2013, base dos valores do GAE – Creche.

Analizamos os valores finais do GAE – Creche frente aos valores do CAQi e, também, a participação percentual do GAE – Creche frente ao Produto Interno Bruto *per capita* (PIB *per capita*), tanto do país como do Estado de São Paulo e dos municípios em tela.

Analizamos, também, os valores do GAE – Creche frente aos valores *per capita* de referência do FUNDEB para esta Etapa de Ensino, indicando, quando for o caso, a distância entre o valor do GAE - Creche e o valor *per capita* do repasse do FUNDEB.

O maior valor para o GAE – Creche foi de R\$ 18.044,27, obtido para o município de São Bernardo do Campo, e o de menor valor foi de R\$ 10.095,76 para Araçoiaba da Serra, enquanto o valor para Suzano ficou com a marca intermediária de R\$ 15.515,51, como mostrados na Tabela 44.

Todos os valores do GAE Creche são maiores do que o valor proposto pelo CAQi³⁴, que foi de R\$ 6.305,96. O município de São Bernardo do Campo apresentou o maior valor entre os três municípios, que foi de 2,9 vezes maior do que o do CAQi. Suzano registrou um fator de 2,5 vezes maior do que o CAQi, enquanto o município de Araçoiaba da Serra apresentou um valor 1,6 vezes maior do que o CAQi.

³⁴ Os valores do CAQi que serão utilizados neste capítulo serão sempre os valores atualizados monetariamente para 2013 (INPC – IBGE)

Tabela 44 – Gasto Aluno Efetivo – Médio para as Creches dos municípios de Araçoiaba da Serra, de São Bernardo do Campo e de Suzano e CAQi – valores em R\$ de 2013

Grupo de Despesa	Araçoiaba da Serra	São Bernardo do Campo	Suzano*	CAQi*
1. Pessoal Docente e Não Docente	8.038,76	12.954,40	11.632,69	4.747,00
1a. Pessoal Docente	6.976,84	11.342,66		
1b. Pessoal Não Docente	1.061,92	1.611,74		
2. Concessionárias Serv. Bas.	143,11	1.010,21	276,16	183,00
3. Material de Consumo	68,59	236,13	350,07	82,27
4. Acesso e Permanência	1.468,01	1.935,65	554,04	457,07
4a. Kit Escolar		58,25	193,95	
4b. Alimentação Escolar	1.468,01	1.877,40	287,54	305,00
4c. Transporte Escolar			72,56	
5. Serviços Terceirizados		922,46	118,22	
6. Projetos das Escolas		180,41	16,55	152,36
7. Manutenção e Reformas	113,95	168,53	1.775,72	197,56
8. Formação dos Profissionais	10,38	263,63	110,27	171,40
9. Administração do Sistema	253,01	374,14	681,79	315,30
GAE - Creche	10.095,83	18.045,57	15.515,51	6.305,96

* Atualizado para 2013

Elaborada pelo autor

5.1 Gastos com Pessoal – GAE – Pessoal Docente e Não Docente

Categoria de despesa de maior participação na composição do GAE – Creche que registrou seu maior valor para o município de São Bernardo do Campo – R\$ 12.954,40, seguido do valor de R\$ 11.632,69, registrado em Suzano e o de menor valor, encontrado em Araçoiaba da Serra – 8.038,76.

O valor do CAQi para as Creches para o custo com pessoal mais encargos, atualizado para a mesma data que os demais dados, é de R\$ 4.747,00, portanto os valores encontrados para os três municípios são, todos, maiores do que o CAQi. Para o valor de São Bernardo do Campo esta diferença representa mais de 170%, ou seja, quase 2,7 vezes maior do que o do CAQi. Para Suzano a diferença é de 145%, ou o mesmo que duas vezes e meia maior que o CAQi e para Araçoiaba da Serra é de quase 170%, ou seja, 1,7 vezes maior do que o CAQi, para este grupo de despesas.

Tabela 45 - Comparação GAE – Pessoal com CAQi Pessoal + Encargos entre os três municípios
– valores em R\$ de 2013

	Araçoiaba da Serra	São Bernardo do Campo	Suzano
GAE - Pessoal	8.038,76	12.954,40	11.632,69
CAQi – Pessoal+Encargos	4.747,00	4.747,00	4.747,00
Relação GAE x CAQi (%)	69,3%	172,9%	145,0%
Aumento	1,7	2,7	2,5

Elaborada pelo autor

Quando analisamos o peso de cada um dos valores na composição do valor final do GAE – Creche temos a inversão dos valores, como apontado na Tabela 46, com Araçoiaba da Serra registrando a maior participação sobre o total - 79,6% -, seguido do valor de participação de Suzano, com 75,3% e o de menor participação foi o de São Bernardo do Campo – 71,8%.

O percentual de participação apontado pelo CAQi para o custo do pessoal mais os encargos sociais, análogo à esta categoria de gasto é de 75,3% do valor total do Custo Aluno Qualidade inicial e, portanto, percentual abaixo, apenas, do verificado em Araçoiaba da Serra. Para os outros dois, os percentuais são menores do que o CAQi, porém percebemos que todos os percentuais estão bastante próximos com números da mesma ordem de grandeza.

Tabela 46 – GAE – Pessoal – valores, percentual de participação sobre o total e diferença em relação à participação do CAQi – valores em R\$ de 2013

	Araçoiaba da Serra	São Bernardo do Campo	Suzano	CAQi
GAE - Pessoal	8.038,76	12.954,40	11.632,69	4.747,00
GAE – Creche	10.095,83	18.045,57	15.515,51	6.305,96
Relação Pessoal x Creche (%)	79,6%	71,8%	75,3%	75,3%

Elaborada pelo autor

Analisando a origem das despesas para este grupo vemos que o número médio de profissionais das creches define significativamente os valores do GAE - Creche, pois as creches têm, pela natureza

dos serviços prestados e pela faixa etária dos alunos uma característica peculiar em se tratando de pessoal. Cada profissional docente atende um número menor de alunos.

Os números médios de alunos atendidos por docente, apresentados no capítulo III e aqui reproduzidos, apontam para outra análise, agora com a possibilidade de comparação entre os quantitativos de pessoal e os valores do GAE – Creches com as quantitativos e valores do CAQi.

A Tabela 47 trás, em sua última coluna, a média de alunos assistidos por docente em cada um dos municípios e o proposto pelo CAQi que é de 5,5 alunos por docente. Vemos que nenhum município alcança a proposição formulada pelo CAQi, sendo a média de Araçoiaba da Serra – 3,3 alunos por docente, a que mais se afasta daquele valor, ou seja, em média, cada profissional docente das creches de Araçoiaba da Serra atende mais de 2 crianças do que a proposta pelo CAQi. Para os municípios de São Bernardo do Campo e de Suzano, esta média é de 1 aluno a mais por profissional docente.

Como a proposição desta pesquisa é a análise do Gasto Aluno Efetivo para as creches, a proporção de alunos atendidos por Docentes implica mais recursos por aluno quanto menor for a proporção entre alunos e Docentes, justificando a proporção encontrada em Araçoiaba da Serra em relação ao percentual de participação dos valores do GAE – Pessoal e o número médio de alunos atendidos por docente.

Tabela 47 – Média de alunos atendidos por Docente nos três municípios e a proposição do CAQi.

Localidade	Média de Alunos	Média de Docentes por Creche	Média de Alunos por Docente
Araçoiaba da Serra	57,4	17,4	3,3
São Bernardo do Campo	122,0	27,1	4,5
Suzano	93,3	20,7	4,5
CAQi*	120	22	5,5

* os valores do CAQi não representam média, mas sim uma proposição quantitativa

Elaborada pelo autor

Quando comparamos o total de profissionais Não Docentes atuando nas creches dos três municípios, como mostra a Tabela 48, com os valores propostos pelo CAQi temos a seguinte situação.

O município de São Bernardo do Campo é aquele que mais se aproxima do valor proposto pelo CAQi, que é de 24 alunos por Não Docente, porém a diferença ainda é, na nossa opinião, grande, pois cada profissional Não Docente atende 7,7 alunos a menos do que o proposto pelo CAQi, enquanto os valores para esta relação para os municípios de Suzano e de Araçoiaba da Serra são próximos e mais se afastam, ainda, da proposição do CAQi. Suzano atende 10,7 alunos por Não Docente a menos do que o CAQi, enquanto este número para Araçoiaba da Serra é de 11 alunos a menos.

Tabela 48 – Média de alunos atendidos por Não Docente nos três municípios e a proposição do CAQi.

Localidade	Média de Alunos	Média de Não Docentes por Creche	Média de Alunos por Não Docente
Araçoiaba da Serra	57,4	4,4	13,0
São Bernardo do Campo	122,0	7,5	16,3
Suzano	93,3	7,0	13,3
CAQi*	120	5	24,0

* os valores do CAQi não representam média, mas sim uma proposição quantitativa
Elaborada pelo autor

5.2 Gastos com Serviços Básicos – GAE – Concessionárias de Serviços Básicos

Encontramos nesta categoria de gastos uma variação importante nos valores do GAE – Serv. Bas., com o maior valor para o município de São Bernardo do Campo, com a marca de R\$ 1.010,21, seguido do valor obtido para Suzano, R\$ 276,16 e por fim o valor de Araçoiaba da Serra registrando R\$ 143,11. Estes valores representaram uma participação percentual de 5,6% sobre o

valor total do GAE – Creche médio para o município de São Bernardo do Campo, 1,8% para o GAE – Creche de Suzano e de 1,4% para o de Araçoiaba da Serra.

Para este mesmo grupo de despesas encontramos, na composição do CAQi, o valor de R\$ 183,00, com uma participação de 2,9% sobre o valor final.

Ao analisarmos mais detalhadamente os componentes desta categoria de gastos, vemos que a participação média dos serviços de água, energia elétrica e de telefonia, encontram certa regularidade entre os municípios de Araçoiaba da Serra e de Suzano, porém estes números têm um comportamento bastante diferenciado para São Bernardo do Campo, onde encontramos um peso bastante grande para a componente Energia Elétrica, com uma média de participação de 73,3%, frente aos outros serviços.

Tabela 49 – Valor do GAE – Serviços Básicos e média de participação de cada serviço – valores em R\$ de 2013.

Localidade	GAE - Serv Bas	Água	Energia Elétrica	Telefone
Araçoiaba da Serra	143,11	53,8%	23,3%	22,9%
São Bernardo do Campo	1.010,21	23,5%	73,3%	3,2%
Suzano	276,16	62,4%	18,6%	19,0%
CAQi	183,00	-	-	-

Elaborada pelo autor

5.3 Gastos com Material de Consumo – GAE – Material de Consumo

Para esta categoria de gastos, compreendida com as despesas com material de limpeza, material de higiene, material de papelaria, material de informática, material de escritório ou de secretaria e outros tipos de materiais verificamos que a município de Suzano foi o que apresentou a maior média entre os três, com um valor de R\$ 350,07, valor este que representa 2,3% do total do GAE – Creche, e também representa o maior percentual de participação do total, entre os três municípios. Na ponta oposta estão os gastos médios por aluno no valor de R\$ 68,59, registrado no município

de Araçoiaba da Serra, valor este que representa, apenas, 0,7% do total da média anual. Na posição intermediária encontramos o valor de R\$ 236,13 do município de São Bernardo do Campo, com uma participação percentual sobre o valor da média total de 1,3%. Percentual este que coincide com a participação destes materiais de consumo encontrado na planilha dos custos do CAQi, porém com um valor nominal de R\$ 82,27.

Não encontramos na descrição dos itens de material de consumo do CAQi o detalhamento dos itens que compõem este grupo de despesas, havendo, apenas a nomeação de “material de limpeza” e de “material de escritório”.

Como havíamos dito anteriormente não pudemos organizar os dados referentes aos materiais de consumo por tipo (p. 36) e portanto não podemos comparar mais do que o aqui apresentado, mas parece haver a necessidade de se repensar a composição deste item para os parâmetros do CAQi, pois, a nosso ver, estão subestimados.

Tabela 50 - Valor do GAE – Material de Consumo e participação sobre o valor total – valores em R\$ de 2013.

Localidade	GAE – Mat Cons. (R\$)	Participação sobre o GAE - Creche (%)
Araçoiaba da Serra	68,59	0,7%
São Bernardo do Campo	236,13	1,3%
Suzano	350,07	2,3%
CAQi	82,27	1,3%

Elaborada pelo autor

5.4 Gastos com itens de Acesso e Permanência – GAE – Acesso e Permanência

Categoria de gasto com subitens que apresentam características distintas no gasto de valores em função dos diferentes arranjos trabalhistas, política de distribuição de itens de uso direto dos alunos e também pelas características próprias do atendimento às crianças pequenas e suas famílias entre os três municípios estudados.

Este grupo de despesas é formado pelas subcategorias dos gastos com (a) kits escolares, kits de materiais de uso coletivos, kits de material para professores e uniformes escolares, onde estão incluídas as mochilas para os alunos transportarem seus objetos de uso escolar pessoal, (b) os gastos com a alimentação fornecida aos alunos e com a terceirização dos serviços para a produção, distribuição e confecção dos alimentos e (c) os gastos com o transporte do escolar.

Verificamos que a política educacional no município de Suzano abrangeu todas as despesas das três subcategorias, e, portanto, a nosso ver, a mais completa distribuição dos gastos relacionados à esta categoria. Apesar de parecer estranho aparecerem gastos com transporte dos escolares para os alunos desta faixa etária, o município adotou o critério de transportar um grupo de pais de alunos, com seus filhos, para uma creche que estava sendo utilizada temporariamente até a inauguração do prédio oficial da nova creche, que ficava localizada em região mais próxima da residência das famílias dos alunos. Situação temporária, porém existente no período de obtenção dos dados da pesquisa. Houve, também neste município, o traslado de crianças de uma escola que estava sofrendo um processo de reforma para outro local, pois a obra se estendeu para além do prazo previsto, ocasionando um gasto extraordinário para esta subcategoria.

Encontramos nos dados dos municípios de São Bernardo do Campo e de Araçoiaba da Serra gastos com o pagamento por serviços terceirizados para a alimentação escolar e, portanto, situação diferente de Suzano, que manteve todas as merendeiras no seu quadro de funcionários e adquiriu todos os itens que compuseram o cardápio das escolas analisadas, não terceirizando os serviços para a alimentação escolar.

Quando desmembramos os valores gastos com as empresas terceirizadas para a alimentação escolar encontramos alguma possibilidade de comparação entre os valores, como mostra a Tabela 51.

Tabela 51 – Valor do GAE – Alimentação sem o valor das terceirizadas e participação sobre o
GAE - Creche – em R\$ de 2013

Localidade	GAE – Alimentação (R\$)	Participação sobre o GAE - Creche (%)
Araçoiaba da Serra	294,00	2,9%
São Bernardo do Campo	749,08	4,2%
Suzano	287,54	1,9%
CAQi	305,00	4,8%
Elaborada pelo autor		

Com este arranjo, os valores gastos com a aquisição de gêneros alimentícios apresentam uma regularidade entre os municípios e o indicado pelo CAQi, exceção feita ao município de São Bernardo do Campo, que apresentou um valor duas vezes e meia maior que a média dos demais municípios, incluindo o CAQi.

Lembramos que a alimentação escolar é um programa mantido, pelas prefeituras, que recebe recursos do governo federal pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e tem valores bem definidos para cada etapa da Educação Básica em função da modalidade de ensino. O caso que estamos analisando se enquadra na Etapa de Educação Infantil, Modalidade Creche, período integral e o valor repassado por aluno nestas condições, para o ano de 2013 foi de R\$ 1,00 por refeição. Na prática R\$ 1,00 por dia letivo, considerando o ano letivo com 200 dias, portanto R\$ 200,00 por aluno da creche por ano. As diferenças entre os valores médios do GAE – Alimentação e o valor do repasse são cobertos pela municipalidade e não podem ser contabilizados como gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE. Para o caso de São Bernardo do Campo esta diferença é de R\$ 549,08, a de Araçoiaba da Serra de R\$ 94,00 e a de Suzano de R\$ 87,54. Em relação ao CAQi, esta diferença seria de R\$ 105,00.

Quando juntamos as subcategorias verificamos que São Bernardo do Campo apresenta o maior valor para o GAE – Creche Acesso e Permanência, com o valor de R\$ 1.935,65. Este valor representa 10,7% do total do GAE – Médio das Creches. O município de Araçoiaba da Serra

registra o valor de R\$ 1.468,01 para este mesmo grupo, sendo, neste caso, o percentual de 14,5% a participação na composição do total.

Na extremidade inferior encontramos o valor dos gastos por aluno de Suzano, com a marca de R\$ 501,50, pelos valores de 2013, representando 3,2% de todo o gasto médio com cada criança das creches.

Tabela 52 – GAE – Médio para Acesso e Permanência e participação sobre o total – valores em R\$ de 2013.

Localidade	GAE – Acesso e Perm. (R\$)	Participação sobre o Total (%)
Araçoiaba da Serra	1.468,01	14,5%
São Bernardo do Campo	1.935,65	10,7%
Suzano	501,50	3,2%
CAQi	457,07	4,8%

Elaborada pelo autor

As duas categorias de gastos a seguir encontram comparativos apenas entre os municípios de Suzano e São Bernardo do Campo, pois o município de Araçoiaba da Serra não terceirizou os serviços de limpeza e vigilância – grupo de despesas 5 -, nem apresentou descentralização de recursos especificamente destinados para a realização de projetos de cada uma das creches – grupo de despesas 6.

5.5 Gastos com Serviços Terceirizados – GAE – Serviço de Terceiros

Para este grupo de despesas encontramos o valor de R\$ 922,46 para São Bernardo do Campo, representando 5,1% sobre o total do GAE – Creche, para o ano de 2013, enquanto o valor para o município de Suzano foi de R\$ 188,22, o que representa 0,8% do total dos gastos por aluno, com valores atualizados para o ano de 2013. Não encontramos na proposta do CAQi itens de custo que representem o análogo ao analisado nos gastos dos dois municípios e, portanto, nenhuma comparação pode ser feita para este indicador.

Tabela 53 – GAE – Médio para Serviços Terceirizados e participação sobre o total – valores em R\$ de 2013.

Localidade	GAE – Serv. Terc. (R\$)	Participação sobre o Total (%)
Araçoiaba da Serra	0,00	0,0%
São Bernardo do Campo	922,46	5,1%
Suzano	118,22	0,8%
CAQi	0,00	0,0%

5.6 Gastos com Projetos das Escolas – GAE – Projetos

Encontramos, para o município de São Bernardo do Campo, o maior valor para esta categoria de despesas, com a marca de R\$ 180,41, enquanto o valor para o município de Suzano foi de R\$ 12,24. Diferença bastante significativa entre os dois municípios, uma vez que São Bernardo do Campo gastou quase 15 vezes mais recursos com cada aluno das suas creches do que o município de Suzano. Encontramos no primeiro município uma política mais consolidada de repasse de recursos para as escolas, por meio de transferência direta às Associações de Pais e Mestres – APM – de cada escola, com leis municipais específicas para isto, estabelecendo os valores *per capita* anuais que deveriam ser repassados, situação diferente de Suzano, onde os repasses foram realizados pela modalidade de adiantamento de recursos aos funcionários das escolas, e como já mencionado anteriormente, esta modalidade de repasse de recursos encontrou bastante reatividade entre boa parte dos dirigentes das escolas, pelas dificuldades de prestação de contas dos recursos. Em 2012, havia na Câmara Municipal de Suzano a tramitação de projeto de lei de iniciativa do executivo municipal que instituía o repasse de recursos às APMs, semelhante ao que acontece em São Bernardo do Campo, para o pagamento de despesas que dessem conta dos projetos pedagógicos desenvolvidos nas escolas, porém tal projeto não havia sido apreciado pelos legisladores durante o ano em que fizemos o levantamento dos dados.

Para este mesmo grupo de despesas, encontramos no CAQi, o valor, atualizado para o ano de 2013, de R\$ 152,36, que é bastante próximo ao de São Bernardo do Campo, porém este valor

representa uma participação de 2,4% sobre o total do CAQi, enquanto o valor de São Bernardo do Campo representa, apenas, 1,0% sobre o total, uma diferença de mais de 140%.

Tabela 54 – GAE – Médio para Projetos das Escolas e participação sobre o total – valores em R\$ de 2013.

Localidade	GAE - Projetos (R\$)	Participação sobre o Total (%)
Araçoiaba da Serra	0,00	0,0%
São Bernardo do Campo	180,41	1,0%
Suzano	12,24	0,1%
CAQi	152,36	2,4%

Elaborada pelo autor

5.7 Gastos com Manutenção e Reformas – GAE – Manut. Reforma

Encontramos valores para os três municípios e, também, o equivalente para o CAQi para este grupo de despesas, e o maior valor encontrado foi de R\$ 1.775,72 para as creches de Suzano, que representou 11,5% sobre o total do GAE – Creche, para o ano de 2012, com valores atualizados pra 2013, valor e percentual bem acima dos números encontrados nos outros dois municípios – R\$ 113,95 e 1,1% para Araçoiaba da Serra e R\$ 168,53 e 0,9% para São Bernardo do Campo - e na proposta do CAQi.

A metodologia adotada agrega neste grupo de despesas todos os valores gastos com a manutenção dos prédios das escolas como também as reformas neles realizadas. É da metodologia, também, a fixação do prazo de um ano para o levantamento dos gastos efetivamente realizados, neste período, para a manutenção dos serviços educacionais dos entes públicos e, portanto, não adotamos o critério de diluição dos valores gastos com reformas, por exemplo, por um determinado número de anos, para computarmos o quanto equivaleria ao ano em que foi efetivamente realizado. Dessa forma ao acontecer uma reforma para uma determinada escola, naquele ano de apuração, o valor total da reforma compôs o valor do GAE – Creche daquela escola e, portanto, interferindo no valor médio do GAE – Creche daquele ano. Essa explicação se

adequa às despesas realizadas nas creches de Suzano para o ano de 2012 e com isso o valor para este grupo de despesas ter um diferencial significativo em relação aos demais municípios, onde não ocorreram reformas com valores tão diferenciados no período analisado.

Com exceção de Suzano, os valores do GAE – Manutenção e Reformas dos demais municípios são bastante próximos, não excedendo os R\$ 170,00 por aluno ano. O valor análogo, para esta categoria, no CAQi é de R\$ 195,56.

Tabela 55 – GAE – Médio para Manutenção e Reformas e participação sobre o total – valores em R\$ de 2013.

Localidade	GAE – Manut e Ref. (R\$)	Participação sobre o Total (%)
Araçoiaba da Serra	113,95	1,1%
São Bernardo do Campo	168,53	0,9%
Suzano	1.775,72	11,5%
CAQi	197,56	3,1%

Elaborada pelo autor

5.8 Gastos com Formação dos Profissionais da Educação – GAE – Formação

Para este grupo de despesas foram obtidos valores para os três municípios e há, também, o correspondente na proposta do CAQi, o que mostra que há um consenso de que a formação dos profissionais da educação é, para os três municípios, uma prioridade.

O maior valor encontrado foi de R\$ 263,63 para o município de São Bernardo do Campo sendo que este valor corresponde à 1,5% do total do GAE – Creche do município. O valor intermediário para o GAE – Formação foi de R\$ 110,27, para o município de Suzano e por fim o município de Araçoiaba da Serra registrou o valor de R\$ 10,38 para cada aluno, no ano de 2013. Estes dois municípios registraram um percentual de participação do GAE – Formação de 0,7% e de 0,1%, respectivamente, sobre o valor total do GAE – Creche.

Comparando os valores do GAE – Formação dos municípios com o CAQi, vemos que dentre os valores encontrados nos municípios, apenas o de São Bernardo do Campo é maior do que o proposto pelo CAQi, que é de R\$ 171,40 por aluno ao ano.

Tabela 56 – GAE – Médio para Formação dos Profissionais da Educação e participação sobre o total – valores em R\$ de 2013.

Localidade	GAE - Formação (R\$)	Participação sobre o Total (%)
Araçoiaba da Serra	10,38	0,1%
São Bernardo do Campo	263,63	1,5%
Suzano	110,27	0,7%
CAQi	171,40	2,7%

Elaborada pelo autor

Quando se analisa o valor dos gastos com formação dos profissionais da educação vemos, no CAQi, uma referência de valor investido por profissional, por ano, e se aplicarmos esta mesma metodologia aos valores dos GAE – Formação vemos que os valores encontrados nos municípios repetem a mesma ordem de classificação, onde o município de São Bernardo do Campo investiu R\$ 930,80 por profissional das Creches, no ano de 2013, enquanto o município de Suzano investiu R\$ 370,84 e o município de Araçoiaba da Serra investiu, apenas, R\$ 27,34 por aluno ao ano, em R\$ de 2013.

Para essa mesma categoria de gasto encontrada no CAQi propõe um valor de R\$ 500,00 por profissional por ano para a ano de 2005, quando foi formulado, que, atualizado para o ano de 2013, representa R\$ 762,00 de investimento na formação dos profissionais da educação, por ano.

Analisando os valores dos municípios frente ao valor proposto pelo CAQi, vemos que o investimento que São Bernardo do Campo realizou no ano de 2013 foi 22% maior do que o proposto pelo CAQi, o que faz deste item uma prioridade para este município.

O município de Suzano apresentou um valor de investimento na ordem de 51% menor do que o proposto pelo CAQi, enquanto o município de Araçoiaba da Serra gastou 96% a menos do que o proposto pelo CAQi.

Tabela 57 – Investimento por profissional da educação dos três municípios e o proposto pelo CAQi – valores em R\$ de 2013.

Localidade	GAE - Formação (R\$)	Nº de Profissionais	Nº de Alunos	Investimento por Profissional (R\$)
Araçoiaba da Serra	10,38	109	287	27,34
São Bernardo do Campo	263,63	1.140	4.025	930,80
Suzano	110,27	416	1.399	370,84
CAQi	171,45	27	120	762,00

Elaborada pelo autor

5.9 Gastos com Administração da Rede Direta de Ensino Municipal – GAE – Administração

Neste grupo de despesas vemos, pelos valores encontrados, que o município de Suzano é o que mais gasta, por aluno das creches, com a estrutura de gestão do sistema educacional, com o valor de R\$ 681,79, valor este atualizado para 2013. São Bernardo do Campo ocupa a segunda colocação, com um valor para o GAE – Administração de R\$ 374,14, enquanto Araçoiaba da Serra, o que menos gasta por aluno para a gestão do sistema, registrou o valor de R\$ 253,01 para esta categoria de gasto.

A diferença significativa entre Suzano e os demais municípios encontra-se no fato de que no cômputo dos valores das remunerações do pessoal não docente da Administração, encontrarem-se, para além dos quadros técnicos e pedagógicos da secretaria de educação, todos os motoristas do sistema de transporte do escolar. Como não tivemos a possibilidade de desmembrar o valor pago aos profissionais da secretaria, como falado anteriormente, não podemos afirmar o montante específico apenas do pessoal técnicos e pedagógicos da secretaria.

Tanto para São Bernardo do Campo como para Araçoiaba da Serra o valor da remuneração paga aos motoristas do sistema de transporte dos escolares constariam nos valores do GAE – Acesso e Permanência, pois estes municípios terceirizam o serviço de transporte escolar.

Como para as creches, praticamente não se realiza o transporte dos escolares, o valor por nós apurados para o GAE – Acesso e Permanência não apresenta distorções pela forma de prestação do serviço de transporte escolar.

Quando comparamos os valores do GAE – Administração com o valor do correspondente do CAQi – R\$ 315,30 - encontramos um certo equilíbrio com os municípios de São Bernardo do Campo e de Araçoiaba da Serra – R\$ 374,14 e R\$ 253,01 respectivamente e quando comparamos o percentual de participação deste item sobre o total dos gastos o equilíbrio do CAQi – 5,0% - se dá, agora, com Suzano – 4,4%.

Tabela 58 – GAE – Médio para Administração das Redes Diretas de Ensino, CAQi e participação sobre o total – valores em R\$ de 2013.

Localidade	GAE - Administração (R\$)	Participação sobre o Total (%)
Araçoiaba da Serra	253,01	2,5%
São Bernardo do Campo	374,14	2,1%
Suzano	681,79	4,4%
CAQi	315,30	5,0%

Elaborada pelo autor

O Quadro 40 aponta em quais categorias de despesa os valores encontrados foram maiores do que o valor do CAQi, em seta azul, apontada para cima, e quais foram menores do que o CAQi, em seta vermelha, apontada para baixo.

Quadro 40 – Comparação dos valores dos itens do GAE – Creche com o valor dos itens do CAQi

Grupo de Despesa	Araçoiaba da Serra	São Bernardo do Campo	Suzano
	GAE - Médio	GAE - Médio	GAE - Médio
1. Pessoal Docente e Não Docente	↑	↑	↑
2. Concessionárias Serv. Bas.	↓	↑	↑
3. Material de Consumo	↓	↑	↑
4. Acesso e Permanência	↑	↑	↑
5. Serviços Terceirizados		↑	↑
6. Projetos das Escolas		↑	↓
7. Manutenção e Reformas	↓	↓	↑
8. Formação dos Profissionais	↓	↑	↓
9. Administração do Sistema	↓	↑	↑
GAE - Creche	↑	↑	↑

Elaborado pelo autor

Sem a intenção de classificar os municípios quanto à qualidade da educação realizada nos três municípios frente aos parâmetros do Custo Aluno Qualidade inicial – CAQi e muito menos afirmar, a partir dos valores encontrados, se tal município tem ou não qualidade nos serviços educacionais, podemos dizer que os valores do GAE – Creche são, todos, maiores do que o CAQi, indicando que os municípios analisados realizam valores que podem indicar o padrão mínimo de qualidade previsto na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Se desmembrarmos os valores do GAE – Creche nas categorias de despesas, proposta em nossa metodologia, vemos que nenhum dos municípios supera integralmente os parâmetros das categorias análogas do CAQi. O município de São Bernardo do Campo apresentou o maior

número de categorias com valores superiores ao do CAQi, fato este que podemos inferir: a) que este município realiza uma manutenção dos próprios educacionais com padrões inferiores aos propostos pelo CAQi; ou b) no período analisado as demandas por manutenção do prédio não requereram maior aporte de recursos, indicando que a qualidade não ficaria prejudicada. Resposta que apenas uma análise mais detalhada poderia indicar a resposta, o que não foi o propósito desta pesquisa.

O município de Suzano apresentou duas categorias de despesas com valores abaixo do proposto pelo CAQi: Projeto das Escolas e Formação dos Profissionais. Categorias estas que, em nosso entendimento, estão relacionadas diretamente à qualidade na educação, tanto do ponto de vista da descentralização de recursos para que as escolas possam mais desenvolver sua autonomia para a definição e realização de seus projetos políticos pedagógicos, como do ponto de vista da atualização e reconstrução de novos saberes e conhecimentos aos profissionais da educação por meio de políticas de formação continuada.

Há que se registrar que houve, para as duas categorias, aporte de recursos. O que se analisa é que o município investiu, no ano de 2012, valores menores, por aluno das creches, do que o proposto pelo CAQi, indicando que a proposta pedagógica implantada no município reconhece estes parâmetros na dimensão da qualidade na educação, porém não conseguiu atingir o CAQi.

Entre os três, o município de Araçoiaba da Serra foi o que apresentou o maior número de categorias de análise com valores abaixo dos parâmetros propostos pelo CAQi: Serviços Básicos das Concessionárias; Material de Consumo; Manutenção e Reformas; Formação de Profissionais e; Administração do Sistema. Entre estas, classificamos a redução dos gastos com Serviços Básicos como um aspecto positivo, pois são despesas que não são, em nosso entendimento, centrais no estabelecimento da qualidade na educação e portanto quanto menos se gastar com estas despesas, mais recursos podem ser destinados para outras categorias de despesas mais diretamente

relacionadas à melhoria da qualidade. O que verificamos para este município, para o ano de 2013, foi que os valores registrados para as demais despesas com valores abaixo dos parâmetros do CAQi estão bastante ligadas ao estabelecimento de um padrão mínimo de qualidade.

Há que se ressaltar que os três municípios apresentaram valores do GAE - Creche maiores dos que os parâmetros do CAQi para duas categorias de análise das despesas: Pessoal Docente e Não Docente (Araçoiaba da Serra 1,7 vezes, Suzano, 2,5 vezes e São Bernardo do Campo 2,7 vezes) e Acesso e Permanência (São Bernardo do Campo 4,2 vezes, Araçoiaba da Serra 3,2 vezes e Suzano, 1,1 vezes). A primeira categoria indica que os profissionais da educação destes municípios tem remunerações superiores aos parâmetros do CAQi, e portanto, um aspecto positivo, pois é legítimo os profissionais da educação receberem maiores remunerações pelos serviços educacionais que exercem. A segunda categoria indica que, a nosso ver, os parâmetro do CAQi estão abaixo da realidade consolidada nestes municípios e, portanto, vejo a necessidade de se estabelecerem estudos mais aprofundados para o apontamento ou não do aporte de mais recursos para esta categoria.

5.10 Valores do GAE – Creche e Fundeb: uma primeira comparação

Para o ano de 2013 o valor do repasse do Fundeb para as creches diretas públicas em período integral foi de R\$ 4.103,52 por aluno ao ano, para o Estado de São Paulo, o que inclui os três municípios objetos desta pesquisa. Esse valor pode ser utilizado para todas as despesas classificadas como as de manutenção e desenvolvimento do ensino – MDE. Parte deste valor – no mínimo 60% – tem, obrigatoriamente, que ser utilizado na remuneração dos profissionais do magistério, em efetivo exercício, da educação básica pública e o restante – máximo 40% – para as demais despesas de MDE. Para que possamos fazer uma comparação entre o valor do GAE – Creche e o valor do repasse do Fundeb precisamos organizar os valores do GAE – Creche em dois grupos de despesas: as de manutenção e desenvolvimento do ensino e outras despesas.

O grupo de despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino é formado por todas as categorias de despesas, com exceção das subcategorias de alimentação escolar e de transporte escolar e, portanto, os valores para o GAE – Creche de cada município e a proposta pelo CAQi, referente às despesas de MDE, ficam definidas como mostra a tabela a seguir.

Tabela 59 – Despesas do GAE – Creche e do CAQi em manutenção e desenvolvimento do ensino – MDE – e diferença ao valor do Fundeb - valores em R\$ de 2013.

	Araçoiaba da Serra	GAE - Creche de São Bernardo do Campo	GAE - Creche de Suzano	CAQi
GAE – Creche (MDE)	8.627,75	16.166,87	15.151,11	5.764,00
GAE - Creche (Demais Despesas)	1.468,01	1.877,40	307,56	541,96
GAE - Creche	10.096,76	18.044,27	15.459,67	6.306,96
Repasse do Fundeb	4.103,52	4.103,52	4.103,52	4.103,52
Diferença GAE – Creche (MDE) - Repasse do Fundeb e CAQi	4.524,23	12.063,35	11.047,59	1.660,48

Elaborada pelo autor

Para o município de Araçoiaba da Serra, a diferença entre os valores do GAE – Creche – MDE e do repasse do Fundeb, para o ano de 2013, foi de R\$ 4.524,23, ou seja, o município gastou mais do que o dobro do valor do repasse do Fundeb para a prestação dos serviços de creche. O município de Suzano gastou R\$ 11.047,59 a mais por criança-ano do que recebeu do Fundeb, ou seja 3,7 vezes mais do que o parâmetro estadual. O município de São Bernardo do Campo fez o maior aporte de recursos próprios entre os três para manter suas creches, R\$ 12.0063,35, esse valor é quase 4 vezes maior do que o valor recebido por criança do Fundeb.

Fica evidente que o valor por aluno que cada município gastou para mantê-lo nas suas creches diretas, pelos valores de 2013, foi bem maior do que os recursos repassados pelo Fundeb, o que demandou que as diferenças fossem arcadas com recursos vinculados e próprios.

5.11 O Plano Nacional de Educação e a necessidade de novos recursos

Com a aprovação da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, o chamado Plano Nacional de Educação – PNE - para a década de 2014 a 2020 ficou aprovada a meta (1) que estabelece a obrigatoriedade de atendimento mínimo de cinquenta por cento das crianças de até três anos de idade escolar até o final do plano.

O cumprimento desta meta representa um acréscimo de recursos nos orçamentos da área da educação significativo, pois nenhum dos três municípios analisados atendia, à época do levantamento dos dados desta pesquisa, o número total de crianças desta faixa etária.

Também não havia nestes municípios estudo detalhado da demanda efetiva por este tipo de atendimento, o que dificulta estabelecer efetivamente a expansão do número de classes e ou a construção de mais prédios para novos alunos para as creches. O que podemos analisar é que pelos dados do Censo de 2010, com projeção para os anos de 2012 e 2013 feita pela Fundação SEADE, havia, para cada um destes três municípios um déficit neste atendimento que registrava 67,7% em Araçoiaba da Serra, 71% em São Bernardo do Campo e 83,5% em Suzano em relação à população em idade escolar de 0 a 3 anos.

Utilizando o valor do GAE – Creche como referência para o estabelecimento dos montantes que cada município terá que incrementar em seus orçamentos para o alcance da meta estabelecida no PNE concluímos que o município de Araçoiaba da Serra terá que ampliar seu orçamento em R\$ 2.841.956,00, aos valores de 2013, para atender 282 novas crianças de 0 a 3 anos, em creches diretas que registrem o atendimento apenas para esta etapa e modalidade de ensino, com atendimento em período integral, nos próximos 10 anos, uma vez mantidas constantes as taxas de crescimento anual da população desta faixa etária, ou seja, um incremento de pouco mais de 1,2% ao ano de novos recursos em relação ao ano de 2013, como apresentado na Tabela 59.

O município de São Bernardo do Campo terá, nas mesmas condições, uma necessidade maior do que a do município de Araçoiaba da Serra, pois precisará ampliar o atendimento em 8.741 novas vagas, tendo que ampliar os recursos em mais de R\$ 17 milhões de reais. Esse valor representa um acréscimo de 3,0% ao ano, nos próximos 10 anos, no orçamento da pasta da educação.

A tarefa mais árdua será a de Suzano, pois de acordo com o valor apurado do GAE – Creche, a necessidade de novos recursos para atender as 5.293 novas crianças terá que ampliar em 6,1% seu orçamento, o que representa pouco mais de R\$ 9 milhões, em valores de 2013, até 2024 para que a meta do PNE seja cumprida.

Tabela 60 – Necessidade de novos recursos para o cumprimento do PNE 2014 - 2024 para atendimento em creche – 0 a 3 anos – valores em R\$ de 2013.

Localidade	População em Idade Escolar de 0 a 3 Anos*	Número de Matrículas em Creche no Município**	PNE até 2024	Déficit no Atendimento	Necessidade de ampliação	GAE - Creche (R\$)	Necessidade de Novos Recursos (R\$)	Necessidade de Novos Recursos por ano nos próximos 10 anos (R\$)	Despesas Realizadas em Educação (R\$ de 2013)	Necessidade de incremento anual no Orçamento da Educação (%)
Araçoiaba da Serra	1.591	514	796	282	54,8%	10.096	2.841.976	315.775	25.875.190	1,2%
São Bernardo do Campo	41.595	12.057	20.798	8.741	72,5%	18.046	157.727.305	17.525.256	578.850.881	3,0%
Suzano	15.805	2.610	7.903	5.293	202,8%	15.459	81.814.958	9.090.551	148.974.809	6,1%

Elaborada pelo autor com informações das Fontes:

* Fundação SEADE – 2012 e 2013

** Censo Escolar 2012 para Suzano e 2013 para Araçoiaba da Serra e São Bernardo do Campo

Considerações Finais

Este estudo teve como finalidade apresentar, discutir e aprofundar uma metodologia de análise do Gasto Aluno para as creches diretas da rede pública e contrastar os resultados obtidos à luz de parâmetros como os do Custo Aluno-Qualidade inicial – CAQi e do custo aluno ano do FUNDEB e nesse sentido pudemos observar que para cada um dos parâmetros, as distâncias foram definidas, apontando o quão distantes estão estes parâmetros dos valores calculados para cada uma das redes de creches diretas dos municípios estudados, remetendo a possibilidade de ampliar as discussões sobre os valores que devem nortear o estabelecimento de um padrão mínimo de qualidade, em particular, para a etapa de ensino das crianças pequenas de 0 a 3 anos de idade.

Há que se lembrar de que o estudo foi realizado em três municípios do Estado de São Paulo, com características distintas entre si, e, portanto, os valores obtidos devem ser entendidos para esta realidade, porém a utilização da metodologia aqui desenvolvida poderá, a nosso ver, contribuir para o estabelecimento de valores para cada etapa e modalidade de ensino, para vários sistemas públicos de ensino do território nacional.

Poderá, também, contribuir para que gestores públicos tenham subsídios para o planejamento dos sistemas públicos de ensino que administram, estimando valores mais realistas para a consecução das metas de seus planos de ensino, sejam eles municipais, regionais, estaduais ou até mesmo nacional para o atendimento das demandas por serviços educacionais nas creches, para as crianças pequenas de 0 a 3 anos.

Acredito que a metodologia proposta para o cálculo GAE – Creche poderá contribuir, também, para as discussões na área de financiamento da educação pública, dada a escassez de estudos para esta etapa da Educação Infantil, na temática de custo aluno.

Mesmo não sendo objetivo deste trabalho o estabelecimento de uma metodologia que chancelasse os serviços educacionais prestados nas creches diretas dos três municípios como tendo ou não um

padrão mínimo de qualidade, julgo que os assuntos aqui abordados poderão contribuir para a discussão e para o estabelecimento de novos estudos sobre “qualidade” na educação, frente aos valores investidos nos sistemas de ensino.

O detalhamento da metodologia permite analisar as categorias de gastos, individualmente, permitindo assim a possibilidade de se priorizar com aporte de recursos determinados setores da ação pedagógica para mais se aproximar de parâmetros reconhecidamente significativos para o alcance de um padrão de qualidade, como o CAQi, ou até mesmo propiciar o estabelecimento de metas quantitativas para a aproximação destes patamares de qualidade, de forma gradual e objetiva.

Referências bibliográficas.

ALVES, T. **Desenvolvimento de um modelo de previsão de custo para planejamento de sistemas públicos de educação básica em condições de qualidade: Uma aplicação a municípios de Goiás**. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. 2012.

BACIC, M. J. e CARPINTÉRO, J.N..(1998) “**Metodologia de cálculo do custo aluno no ensino fundamental público no Brasil**”, Anais do VI Congresso Internacional de Custos (em CD-Rom), Universidade do Minho, Braga, Portugal, set. de 1999, 28 págs.

BRASIL. Instituto de Planejamento Econômico e Social, Instituto de Pesquisa. **Eficiência e custo das escolas de nível médio: um estudo-piloto na Guanabara**. Por Claudio de Moura Castro, Apresentação de Annibal Villanova e Hamilton Carvalho Tolosa. Rio de Janeiro, 1971

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil**. 2006.

BRASIL, **Decreto nº 6.253**, de 13 de novembro de 2007. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

BRASIL, **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. **Parecer nº 08/2010** de 5 de maio de 2010. Estabelece normas para aplicação do inciso IX do artigo 4º da Lei nº 9.394/96(LDB), que trata dos padrões mínimos de qualidade de ensino para a Educação Básica pública.

BRASIL, **Lei nº 11.494**, de 20 de junho de 2007. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

CARPINTÉRO, J.N. Relatório Final do projeto Financiamento do Ensino Básico no Estado de São Paulo desenvolvido pela Fundap, para a Secretaria de Estado da Educação.

CARREIRA, D. e PINTO, J.M.R. **Custo Aluno-Qualidade Inicial: rumo à educação pública de qualidade no Brasil**. São Paulo: Global: Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2007.

DAVIES, N. **O FUNDEF e o orçamento da educação: desvendando a caixa preta**. Campinas: Autores Associados, 1999.

FARENZENA, N. (org.). **Custos e condições de qualidade da educação em escolas públicas: aportes regionais**. Brasília: INEP/MEC, 2005.

FÓRUM PERMANENTE DO MAGISTÉRIO DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Custo-aluno-qualidade**. Brasília, 1995.

GOUVEIA, A.B. et al. **Condições de trabalho docente, ensino de qualidade e custo-aluno-ano**. RBAE, Porto Alegre, v.22, n.2, p. 253-276, jul./dez. 2006.

HALLAK, J. in COOMBS, H.P., ANDERSOM, C.A., POIGNANT R. e BEEBY, C.E. **Fundamentos do planejamento educacional**. São Paulo, Editora Cultrix, 1969.

MELCHIOR, J.C.A. **Administração Financeira e Contábil da Educação**. In Revista da Faculdade de Educação. São Paulo: FEUSP, n.12 (v.1/2), jan./dez. 1986, p. 41- 75.

MELCHIOR, J.C.A. **O Financiamento da Educação no Brasil**. São Paulo, 1987.

MONLEVADE, J.A. **Custo-aluno-qualidade: apontamentos para clarear um conceito-chave para o planejamento da educação** In: CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. Dossiê para a oficina custo-aluno-qualidade: financiando a educação que queremos. São Paulo: Campanha Nacional pelo Direito à Educação, [200-].

NASCIMENTO, A.P.S. do. **Avanços e retrocessos na oferta da educação infantil no Brasil: Análise financeiro-orçamentária dos recursos destinados a essa etapa da educação 2001-2010**. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Educação da USP. 2012

PARO, V.H. **O custo do ensino público no estado de São de Paulo: estudo de custo/aluno na rede estadual de primeiro e segundo graus**. Caderno de Pesquisa. São Paulo, n.43, nov. 1982.

_____. **Gestão da educação ante as exigências de qualidade e produtividade da escola pública**. In: SILVA, L. A escola cidadã no contexto da globalização. Petrópolis: Vozes, 1998.

PINTO, J.M.R. **Os recursos para a educação no Brasil no contexto das finanças públicas**. Brasília. Plano, 2000.

_____. **Relatório do grupo de trabalho sobre financiamento da educação**. Revista Brasileira de estudos Pedagógicos, v 82, n/200/201/201, p. 117-136, 2001.

_____. **Financiamento da Educação no Brasil: da vinculação constitucional à construção de uma escola com padrões mínimos de qualidade**. Linhas Críticas, v 11, n 20, p. 93-102, jan/jun, 2005.

_____. **Uma proposta de custo-aluno-qualidade na educação básica**. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v 22, n 2, p. 197-227, 2006.

SCHULTZ, T.W. **O valor econômico da Educação**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967.

SUZANO, **Lei 4392/10** - Dispõe sobre a estruturação do plano de cargos, carreiras e vencimentos da Prefeitura Municipal de Suzano, dos Profissionais da Educação, do quadro de pessoal da Guarda Civil Municipal de Suzano, institui tabelas de vencimento, e dá outras providências. Suzano – SP, 2010

_____, **LOA 2011** – Lei Orçamentária Anual da Prefeitura Municipal de Suzano – SP, 2011.

_____, **Plano de Educação de Suzano**. Projeto de Lei do Executivo sobre o plano decenal de educação do município enviado para a câmara dos Vereadores, 2012.

VERHINE, R.E. **Determinação de custos educacionais: uma análise panorâmica do estado da arte**. Revista Educação – PUC/RS. Porto Alegre, v. 21, n.35, 1998, p. 107-122.

XAVIER, A.C.R. **Custo direto de funcionamento das escolas públicas de 1º grau da Região Sul**. Ministério da Educação. Brasília, 1988.

Sites consultados

www.mec.gov.br

www.fnde.gov.br

www.inep.gov.br

www.seade.gov.br

www.tesouro.fazenda.gov.br

ANEXOS

ANEXO I - Dados Gerais dos Profissionais da Educação das Creches

A - Suzano

UE	Profissionais Docentes	Profissionais Não Docentes	Total de Profissionais	Total de Alunos	Alunos por Profissional
Alice Setuko Honda Miyake, Profª	35	21	56	209	3,7
Antônio Teixeira, Ver.	14	14	28	101	3,6
Cidade Edson	8	9	17	46	2,7
Cláudio José Rodrigues, Prof.	26	19	45	205	4,6
Darcy Correa Gonçalves	36	24	60	231	3,9
Djalma dos Santos Paiva	19	17	36	109	3,0
Jardim Brasil II	9	7	16	42	2,6
Jardim Colorado	8	5	13	30	2,3
Jardim Maitê	10	11	21	50	2,4
Jardim Revista	10	9	19	52	2,7
Jardim São José	9	7	16	41	2,6
Jardim Tabamarajoara	8	9	17	46	2,7
Parque Maria Helena	21	16	37	133	3,6
Suzano Centro	12	8	20	60	3,0
Walter Passagli	8	7	15	44	2,9

B - São Bernardo do Campo

UE	Profissionais Docentes	Profissionais Não Docentes	Total de Profissionais	Total de Alunos	Alunos por Profissional
Afonso Monteiro da Cruz	33	7	40	128	3,2
Agostinho dos Santos	35	9	44	155	3,5
Antonio Jose Mantuan	21	6	27	87	3,2
Arlindo Ferreira	24	8	32	111	3,5
Armando Zoboli	40	12	52	183	3,5
Cecilia Oliveira Turbay, Professora	63	12	75	283	3,8
Dolores de Toledo de Matteo, Professora	28	8	36	136	3,8
Dora E Maurício Galante	26	7	33	107	3,2
Eunice Alves Eneas Soares	18	6	24	66	2,8
Francisco Diassis Gomes Teixeira	38	7	45	187	4,2
Geraldo de Melo Ferreira	23	7	30	109	3,6
Gervasio Paz Folha, Vereador	23	9	32	104	3,3
Gildo dos Santos	14	5	19	60	3,2
Jacob Zampieri	25	6	31	108	3,5
Joao Setti	17	5	22	79	3,6
Jose Augusto Oliveira Santos	31	11	42	143	3,4
Jose Roberto Preto	36	9	45	194	4,3
Josue De Castro	28	8	36	114	3,2
Kiyoshi Tanaka, Vereador	14	8	22	66	3,0
Loide Ungaretti Torres, Professora	14	3	17	51	3,0
Luana Lino de Souza	27	9	36	124	3,4
Manoel Torres de Oliveira	23	6	29	90	3,1
Marcelo Peres Ribeiro	31	5	36	150	4,2
Maria Anselma Vieira, Irmã	29	6	35	131	3,7
Maria Jose Mattar Jorge, Professora	40	10	50	198	4,0
Roberto Montanheiro, Pastor	34	11	45	136	3,0
Rosa de Pacce dos Santos, Professora	21	5	26	96	3,7
Sadão Higuchi	27	6	33	128	3,9
Silvio Teles de Souza, Professor	11	5	16	56	3,5
Sonia Regina Hernandez de Lima, Professora	14	6	20	65	3,3
Tarsila do Amaral	32	11	43	139	3,2
Valderez Avelino de Souza	21	8	29	81	2,8
Zoraida Aparecida, Professora	32	6	38	160	4,2

ANEXO II – Módulo dos Profissionais das Creches

A- Docentes de Suzano

UE	Professor 24h	Professor 30h	Professor Adjunto	Coordenador Educacional	Aux.Desenv. Infantil	Total de Docentes	Total de Alunos	Alunos por Docente
Alice Setuko Honda Miyake, Prof ^a	10	20	4	1	10	45	209	4,6
Antônio Teixeira, Ver.	6	6	1	1	6	20	101	5,1
Cidade Edson	0	6	1	1	3	11	46	4,2
Cláudio José Rodrigues, Prof.	8	14	3	1	7	33	205	6,2
Darcy Correa Gonçalves	10	22	3	1	12	48	231	4,8
Djalma dos Santos Paiva	0	16	2	1	8	27	109	4,0
Jardim Brasil II	0	7	1	1	3	12	42	3,5
Jardim Colorado	0	6	1	1	2	10	30	3,0
Jardim Maitê	0	8	1	1	4	14	50	3,6
Jardim Revista	0	8	1	1	3	13	52	4,0
Jardim São José	0	7	1	1	3	12	41	3,4
Jardim Tabamarajoara	0	6	1	1	3	11	46	4,2
Parque Maria Helena	0	18	2	1	8	29	133	4,6
Suzano Centro	2	8	1	1	3	15	60	4,0
Walter Passagli	0	6	1	1	3	11	44	4,0

B- Não Docentes de Suzano

UE	Agente Escolar	Cozinha	Aux. Ativ. Escolar	Aux. Secretaria	Secretário Escolar	Ag. Seg. Escolar	Total Não Docentes	Total de Alunos	Alunos por Não Docente
Alice Setuko Honda Miyake, Prof ^a	3	4	2	0	1	1	11	209	19,0
Antônio Teixeira, Ver.	2	2	2	1	1	0	8	101	12,6
Cidade Edson	2	2	1	0	0	1	6	46	7,7
Cláudio José Rodrigues, Prof.	3	4	2	1	1	1	12	205	17,1
Darcy Correa Gonçalves	3	4	2	1	1	1	12	231	19,3
Djalma dos Santos Paiva	2	3	1	1	1	1	9	109	12,1
Jardim Brasil II	1	2	1	0	0	0	4	42	10,5
Jardim Colorado	1	2	0	0	0	0	3	30	10,0
Jardim Maitê	2	2	1	1	0	1	7	50	7,1
Jardim Revista	2	2	1	1	0	0	6	52	8,7
Jardim São José	1	2	1	0	0	0	4	41	10,3
Jardim Tabamarajoara	2	2	1	0	0	1	6	46	7,7
Parque Maria Helena	2	3	1	1	1	0	8	133	16,6
Suzano Centro	1	2	1	1	0	0	5	60	12,0
Walter Passagli	1	2	1	0	0	0	4	44	11,0

A – Docentes de São Bernardo do Campo

UE	Auxiliar em Educação	Coord. Pedagógico	Diretor Escolar	Dirigente de Creche	Professor de Apoio À Direção	PEB Ens. Profissional	PEB I Fund.	PEB Fund.	PEB I Inf.	PEB Inf.	Prof. Subst. Ed. Inf.	Respon- dendo por Direção	Total de Docentes	Total de Alunos	Alunos por Profissional
Afonso Monteiro da Cruz	14	1	1						14	2	1		33	128	3,9
Agostinho dos Santos	13	1	1						14	4	1	1	35	155	4,4
Antonio Jose Mantuan	8	1	1					1	7	2	1		21	87	4,1
Arlindo Ferreira	8	1	1						8	5	1		24	111	4,6
Armando Zoboli	15	1	1						20	2	1		40	183	4,6
Cecilia Oliveira Turbay, Professora	23	1	1		1		1		17	16	3		63	283	4,5
Dolores de Toledo de Matteo, Professora	11	1	1					2	7	5	1		28	136	4,9
Dora E Maurício Galante	8	1	1					1	10	4	1		26	107	4,1
Eunice Alves Eneas Soares	6	1	1						8	1	1		18	66	3,7
Francisco Diassis Gomes Teixeira	14	1	1						21		1		38	187	4,9
Geraldo de Melo Ferreira	8	1	1					1	9	2	1		23	109	4,7
Gervasio Paz Folha, Vereador	7		1						6	8	1		23	104	4,5
Gildo dos Santos	4	1	1						5	1	2		14	60	4,3
Jacob Zampieri	9	1		1					9	4	1		25	108	4,3
Joao Setti	4	1	1						7	3	1		17	79	4,6
Jose Augusto Oliveira Santos	10	1	1				1		9	8	1		31	143	4,6
Jose Roberto Preto	12	1	1			1			14	6	1		36	194	5,4
Josue De Castro	9	1	1					1	10	5	1		28	114	4,1
Kiyoshi Tanaka, Vereador	4	1	1					1	3	2	2		14	66	4,7
Loide Ungaretti Torres, Professora	5	1							3	3	1	1	14	51	3,6
Luana Lino de Souza	8	1		1					9	7	1		27	124	4,6
Manoel Torres de Oliveira	7	1		1					12	1	1		23	90	3,9
Marcelo Peres Ribeiro	10	1	1						14	4	1		31	150	4,8
Maria Anselma Vieira, Irmã	10	1	1					1	11	4	1		29	131	4,5
Maria Jose Mattar Jorge, Professora	15	1	1					5	9	8	1		40	198	5,0
Roberto Montanheiro, Pastor	12	1	1					2	6	11	1		34	136	4,0
Rosa de Pacce dos Santos, Professora	7	1	1						8	3	1		21	96	4,6
Sadão Higuchi	9	1	1					1	11	3	1		27	128	4,7
Silvio Teles de Souza, Professor	3	1	1						4	2			11	56	5,1
Sonia Regina Hernandez de Lima, Professora	4	1	1						6	2			14	65	4,6
Tarsila do Amaral	12	1		1					11	6	1		32	139	4,3
Valderez Avelino de Souza	7	1		1				1	6	4	1		21	81	3,9
Zoraida Aparecida, Professora	11	1	1						13	5	1		32	160	5,0

B – Não Docentes de São Bernardo do Campo

UE	Auxiliar Administrativo	Ajudante Geral	Auxiliar de Limpeza	Continuo	Merendeira	Monitor em Educação	Oficial de Escola	Prof. Readaptado	Zelador Escolar	Total de Docentes	Total de Alunos	Alunos por Profissional
Afonso Monteiro da Cruz			6				1			7	128	18,3
Agostinho dos Santos			6				2	1		9	155	17,2
Antonio Jose Mantuan			5				1			6	87	14,5
Arlindo Ferreira			7				1			8	111	13,9
Armando Zoboli			11				1			12	183	15,3
Cecilia Oliveira Turbay, Professora		1	7		1		2	1		12	283	23,6
Dolores de Toledo de Matteo, Professora			6				1	1		8	136	17,0
Dora E Maurício Galante			6					1		7	107	15,3
Eunice Alves Eneas Soares		1	4				1			6	66	11,0
Francisco Diassis Gomes Teixeira			6				1			7	187	26,7
Geraldo de Melo Ferreira			4			1	1	1		7	109	15,6
Gervasio Paz Folha, Vereador			7			1	1			9	104	11,6
Gildo dos Santos			2		1		1	1		5	60	12,0
Jacob Zampieri			5				1			6	108	18,0
Joao Setti			4				1			5	79	15,8
Jose Augusto Oliveira Santos	1		7			1		2		11	143	13,0
Jose Roberto Preto		6				1	1		1	9	194	21,6
Josue De Castro		1	5				1	1		8	114	14,3
Kiyoshi Tanaka, Vereador			6		1		1			8	66	8,3
Loide Ungaretti Torres, Professora			2				1			3	51	17,0
Luana Lino de Souza		3	3			1	1	1		9	124	13,8
Manoel Torres de Oliveira			5				1			6	90	15,0
Marcelo Peres Ribeiro			4				1			5	150	30,0
Maria Anselma Vieira, Irmã			5				1			6	131	21,8
Maria Jose Mattar Jorge, Professora			8				1	1		10	198	19,8
Roberto Montanheiro, Pastor			9				1	1		11	136	12,4
Rosa de Pacce dos Santos, Professora			4				1			5	96	19,2
Sadão Higuchi			5				1			6	128	21,3
Silvio Teles de Souza, Professor			2	1		1	1			5	56	11,2
Sonia Regina Hernandez de Lima, Professora			4				1	1		6	65	10,8
Tarsila do Amaral			9				1	1		11	139	12,6
Valderez Avelino de Souza			6				1	1		8	81	10,1
Zoraida Aparecida, Professora			5				1			6	160	26,7

ANEXO III – Classificação Profissional

A - Profissionais Docentes de Suzano

1	Professor 24h
2	Professor 30h
3	Professor Adjunto
4	Coordenador Educacional
5	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil

B - Profissionais Não Docentes de Suzano

1	Agente Escolar
2	Cozinheira
3	Auxiliar de Atividade Escolar
4	Auxiliar de Secretaria
5	Secretário Escolar
6	Agente de Segurança Escolar

C – Profissionais Docentes de São Bernardo do Campo

1	Auxiliar em Educação I
2	Coordenador Pedagógico
3	Diretor Escolar
4	Dirigente de Creche
5	PAD - Professor de Apoio à Direção Escolar
6	PEB Ensino Profissional
7	PEB Fundamental
8	PEB I - Fundamental
9	PEB I - Infantil
10	PEB Infantil
11	Professor Substituto Educação Infantil
12	Professor Respondendo por Direção Escolar

D – Profissionais Não Docentes de São Bernardo do Campo

1	Ajudante Geral
2	Auxiliar Administrativo de Ensino
3	Auxiliar de Limpeza
4	Continuo
5	Merendeira
6	Monitor em Educação
7	Oficial de Escola I
8	Professor Readaptado
9	Zelador Escolar
10	Ajudante Geral
11	Auxiliar Administrativo de Ensino

ANEXO IV – Dados Socioeconômicos dos Municípios

Território e População	Ano	AS	Suzano	SBC	ESP
Área	2014	255,43	206,20	409,48	248.223,21
Densidade Demográfica (Habitantes/km2)	2013	112,77	1.313,71	1.906,65	170,43
Grau de Urbanização (em %)	2010	68,74	96,48	98,33	95,94
Índice de Envelhecimento (em %)	2013	65,17	42,46	58,19	61,55
População	2013	28.804	270.887	780.735	42.304.694
População com 60 Anos e Mais (em %)	2013	13,65	9,78	11,48	12,52
População com Menos de 15 Anos (em %)	2013	20,95	23,04	19,72	20,35
Razão de Sexos	2013	98,87	96,11	93,46	94,79
Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População–2010/2013 (em % a.a.)	2013	1,90	1,10	0,68	0,87
Estatísticas Vitais e Saúde	Ano				
Gestações Pré-Termo (em %)	2011	10,70	6,41	9,63	8,98
Mães Adolescentes (com menos de 18 anos) (em %)	2011	7,49	7,07	5,23	6,88
Mães que Tiveram Sete e Mais Consultas de Pré-Natal (em %)	2011	88,54	76,62	81,13	78,33
Nascimentos de Baixo Peso (menos de 2,5kg) (em %)	2011	11,11	8,94	9,32	9,26
Partos Cesáreos (em %)	2011	50,90	55,21	62,88	59,99
Taxa de Fecundidade Geral (por mil mulheres entre 15 e 49 anos)	2011	52,09	57,33	48,84	51,60
Taxa de Mortalidade da População de 60 Anos e Mais (por cem mil habitantes nessa faixa etária)	2011	3.364,59	3.871,96	3.158,38	3.611,03
Taxa de Mortalidade da População entre 15 e 34 Anos (por cem mil habitantes nessa faixa etária)	2011	191,70	121,41	97,33	119,61
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)	2012	12,92	10,54	9,28	11,48
Taxa de Mortalidade na Infância (por mil nascidos vivos)	2011	31,01	16,64	11,94	13,35
Taxa de Natalidade (por mil habitantes)	2012	13,69	16,29	14,32	14,71
Educação	Ano				
População de 18 a 24 Anos com Ensino Médio Completo (em %)	2010	59,21	62,47	63,00	58,68
Taxa de Analfabetismo da População de 15 Anos e Mais (em %)	2010	4,91	4,85	3,04	4,33

Condições de Vida	Ano	AS	Suzano	SBC	ESP
Domicílios Particulares com Renda per Capita de até ½ Salário Mínimo (em %)	2010	20,64	28,42	16,77	18,86
Domicílios Particulares com Renda per Capita de até ¼ do Salário Mínimo (em %)	2010	6,81	10,83	7,15	7,42
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal–IDHM	2010	0,78	0,77	0,81	0,78
Índice Paulista de Responsabilidade Social–IPRS*	2010	G3	G2	G1	
Índice Paulista de Responsabilidade Social–IPRS–Dimensão Escolaridade	2010	50,00	43,00	54,00	48,00
Índice Paulista de Responsabilidade Social–IPRS–Dimensão Longevidade	2010	66,00	61,00	72,00	69,00
Índice Paulista de Responsabilidade Social–IPRS–Dimensão Riqueza	2010	31,00	42,00	52,00	45,00
Renda per Capita (Em reais correntes)	2010	763,31	552,44	944,67	853,75
Habitação e Infraestrutura Urbana	Ano				
Abastecimento de Água – Nível de Atendimento (em %)	2010	81,95	94,91	99,05	97,91
Coleta de Lixo – Nível de Atendimento (em %)	2010	99,71	99,21	99,87	99,66
Esgoto Sanitário – Nível de Atendimento (em %)	2010	40,67	85,01	90,26	89,75

Emprego e Rendimento	Ano				
Participação dos Empregos Formais da Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura no Total de Empregos Formais (em %)	2012	7,48	1,15	0,01	2,54
Participação dos Empregos Formais da Construção no Total de Empregos Formais (em %)	2012	11,69	4,21	3,98	5,23
Participação dos Empregos Formais da Indústria no Total de Empregos Formais (em %)	2012	11,26	36,38	32,01	20,30
Participação dos Empregos Formais do Comércio Atacadista e Varejista e do Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas no Total de Empregos Formais (em %)	2012	19,00	22,80	15,96	19,46
Participação dos Empregos Formais dos Serviços no Total de Empregos Formais (em %)	2012	50,57	35,46	48,05	52,47
Rendimento Médio do Total de Empregos Formais (em reais correntes)	2012	1.459,97	2.119,02	2.860,16	2.329,86
Rendimento Médio dos Empregos Formais da Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura (em reais correntes)	2012	1.119,86	941,21	965,15	1.412,49
Rendimento Médio dos Empregos Formais da Construção (em reais correntes)	2012	1.747,04	1.488,51	2.170,53	2.028,78
Rendimento Médio dos Empregos Formais da Indústria (em reais correntes)	2012	1.549,00	3.149,24	4.452,28	2.754,07
Rendimento Médio dos Empregos Formais do Comércio Atacadista e Varejista e do Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas (em reais correntes)	2012	1.240,67	1.288,01	1.693,49	1.766,79
Rendimento Médio dos Empregos Formais dos Serviços (em reais correntes)	2012	1.505,47	1.729,93	2.255,99	2.449,21

Economia	Ano				
Participação da Agropecuária no Total do Valor Adicionado (em %)	2011	2,72	0,34	0,02	2,11
Participação da Indústria no Total do Valor Adicionado (em %)	2011	24,97	45,70	42,74	27,43
Participação dos Serviços no Total do Valor Adicionado (em %)	2011	72,31	53,96	57,25	70,46
Participação nas Exportações do Estado (em %)	2012	0,01	0,92	6,65	100,00
Participação no PIB do Estado (Em %)	2011	0,03	0,43	2,69	100,00
PIB (em milhões de reais correntes)	2011	412,24	5.788,82	36.337,34	1.349.465,14
PIB per Capita (em reais correntes)	2011	14.859,90	21.840,47	47.181,73	32.454,91

* Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS

Grupo 1 - Municípios com nível elevado de riqueza e bons níveis nos indicadores sociais

Grupo 2 - Municípios que, embora com níveis de riqueza elevados, não exibem bons indicadores sociais

Grupo 3 - Municípios com nível de riqueza baixo, mas com bons indicadores nas demais dimensões

Fonte: Fundação SEAD – elaborada pelo autor

ANEXO V – Salário Base dos profissionais da Educação

A- Suzano – Valores em Reais de 2013

Denominação do Cargo	Salário Base (R\$)
Agente de Segurança Escolar	1.220,01
Agente Escolar	1.048,00
Assessor Técnico Educacional	2.720,24
Assistente de Diretor de Escola	2.357,95
Assistente Pedagógico	2.357,95
Assistente Técnico de E.J.A. e Ensino Fundamental	4.648,32
Assistente Técnico de Educação Especial	4.648,32
Assistente Técnico de Educação Infantil	4.648,32
Auxiliar de Atividades Escolares	1.220,01
Auxiliar de Desenvolvimento Educacional	1.220,01
Auxiliar de Secretaria	1.268,43
Chefe de Alimentação Escolar	4.648,32
Coordenador Educacional	3.631,96
Cozinheiro Escolar	1.089,39
Diretor de Escola	3.631,96
Diretor de Planejamento Educacional	5.165,14
Diretor de Suprimentos	5.165,14
Diretor Geral de Ensino	5.165,14
Inspetor de Alunos	1.220,01
Merendeira	1.089,39
Motorista de Transporte Escolar	1.418,81
Oficial de Escola	1.418,81
Professor Assistente	2.357,95
Professor Coordenador	4.079,01
Professor de Educação Básica I (24 horas)	1.699,90
Professor de Educação Básica I (30 horas)	2.124,87
Professor de Educação Básica II	2.124,87
Professor Municipal I 24H	1.699,90
Secretário de Escola	1.854,44
Supervisor de Ensino	4.079,01

Fonte: Lei 4.392/10 – Suzano – Elaborada pelo autor
Atualizada para 2013

B- Araçoiaba da Serra – Valores em Reais de 2013

Denominação do Cargo	Salário Base (R\$)
Agente de Administração Escolar	855,90
Agente de Desenvolvimento Infantil	1.002,83
Assistente Administrativo	1.219,00
Assistente Técnico Pedagógico	2.100,00
Bibliotecário	1.521,52
Coordenador Geral	4.986,86
Coordenador Pedagógico	2.200,00
Direto de Escola	2.500,00
Monitor Educacional	1.298,61
Motorista	863,43
Nutricionista	1.521,52
Professor de Educação Básica I	1.552,78
Professor de Educação Básica II	1.718,31
Professor de Educação Básica III	1.718,31
Psicopedagoga	1.521,52
Secretário de Escola	1.248,18
Supervisor de Ensino	3.989,49
Vice Diretor Escolar	2.400,00

Fonte: Secretaria de Educação de Araçoiaba da Serra – Elaborada pelo autor

C- São Bernardo do Campo – Valores em Reais de 2013

Denominação do Cargo	Salário Base (R\$)
Agente Administrativo de Ensino	3.174,46
Agente de Biblioteca E Arquivo	3.042,57
Assistente de Diretor Escolar	4.524,61
Auxiliar Administrativo de Ensino	1.855,10
Auxiliar de Biblioteca	1.439,05
Auxiliar em Educação	1.555,16
Bibliotecário	3.620,57
Coordenador Pedagógico	3.029,39
Cozinheira	1.471,24
Diretor Escolar	5.040,99
Dirigente de Creche	5.302,50
Inspetor de Alunos	1.322,79
Merendeira	1.471,24
Monitor em Educação	1.439,05
Motorista	2.149,14
Nutricionista	3.620,57
Oficial de Escola	1.439,05
Orientador Pedagógico	4.331,72
Professor de Educação Básica I – EJA - 24h	1.643,19
Professor de Educação Básica I – EJA - 30h	1.944,97
Professor de Educação Básica I – EJA - 40h	2.738,74
Professor de Educação Básica I - Fundamental - 24h	1.555,94
Professor de Educação Básica I - Fundamental - 30h	2.050,82
Professor de Educação Básica I - Fundamental - 40h	2.593,18
Professor de Educação Básica I - Infantil - 24h	1.640,57
Professor de Educação Básica I - Infantil - 30h	1.944,97
Professor de Educação Básica I - Infantil - 40h	2.593,18
Professor de Educação Especial - 24h	1.730,42
Professor de Educação Especial - 30h	2.163,05
Professor de Educação Especial - 40h	2.884,04

Fonte: Secretaria de Educação de São Bernardo do Campo – Elaborada pelo autor